



E-book

# DPE PR

PROVA COMENTADA

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 30/06/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Defensoria Pública do Estado do Paraná**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 5 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 27, 70, 83, 86 e 89.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da DPE-PR** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/3c2f9f5f-133d-4da6-86de-5cfc05e273e2>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/b1b0360a-d35d-4b6a-bc28-ce7f7e7341c2>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**QUESTÃO 01. Analise a situação hipotética a seguir:**

"Na gira, cantavam: Balorê Exú, Exú ê Mojubá/ Ogunhê Patacuri/ Ogum é Orixá!/ Kao Cabicile Xangô/ Kao meu pai!/ Okê Arô/ Oxossi é Caçador!/ Ewê/ Arroboia Oxumarê Robobai/ Eparrei/ Ora ieie o mãe Oxum/ Ora ieie o/ Ô docyaba Yemanja/ Ódôia mamãe..."

(Pontos de domínio público. Compilação constante do álbum "Tecnomacumba", 2006, de Rita Benneditto).

A Iyalorixá Mãe Menininha, sacerdotisa de um terreiro de Candomblé localizado há 50 anos no bairro Pinheirinho, em Curitiba, tem como novo vizinho o senhor João, o qual realizou denúncias contra sua pessoa à polícia alegando: (a) maus tratos a animais durante as práticas religiosas; (b) sonegação de imposto (IPTU); (c) e perturbação de sossego. A Iyalorixá recebe a intimação da delegacia de polícia para esclarecimentos, mas antes de comparecer no dia e hora marcados, ela procura orientação jurídica junto ao Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Defensoria Pública.

Tomando por base a situação hipotética e considerando a existência e as práticas dos povos e comunidades de terreiro, bem como o que dispõe a Constituição da República e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que apresenta as corretas orientações a serem prestadas pelo defensor público.

a) Comunidades de terreiro não possuem autorização para prática religiosa com animais em razão de vedação constitucional aos maus tratos de animais e, ainda, em razão da ausência do pagamento de IPTU, os cultos do terreiro de Candomblé da situação acima devem ser interrompidos. Além disso, há prevalência da intimidade ser resguardada, no caso da perturbação de sossego, motivo pelo qual o lugar da prática religiosa deve ser alterado.

b) Povos e comunidades de terreiro devem ser alertadas de que são historicamente vítimas de intolerância, de discriminação e de preconceito. Assim, a Iyalorixá deverá ser orientada a buscar subvenção dos cultos e relação da aliança junto ao Município em razão do patrimônio histórico e cultural como estratégia para evitar o agravamento da situação antes de comparecer à delegacia. Por fim, quanto à perturbação de sossego, pela interpretação do princípio da dignidade da pessoa humana e da intimidade, o vizinho pode interromper os cultos religiosos quando assim ocorrer.

c) Há proteção constitucional ao local da comunidade de terreiro como forma de evitar a descaracterização do Candomblé como manifestação afro-brasileira, incluindo a isenção tributária em questão, estando assegurada a sacralização de animais durante suas práticas

religiosas, uma vez que a legislação não pode interferir em atos rituais. Quanto à alegação de perturbação de sossego, deverá ser aplicada a ponderação e a regra da proporcionalidade.

**d) As comunidades de terreiro são protegidas pela legislação constitucional e supralegal apenas sob o viés da religiosidade, não ensejando a aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho quanto ao seu modo de ser e viver. Assim, os animais no caso em comento são preponderantemente sacralizados em rituais religiosos e devem ser analisados pelo princípio da proporcionalidade.**

**e) Há nítido racismo religioso na postura do vizinho da Iyalorixá, porém há restrição para o abate de animais em comunidades ao não postular vedação às manifestações culturais envolvendo as brigas de galo, farra do boi e vaquejada já decididos pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, em razão de perturbação de sossego, deverá ser aplicada a ponderação interpretativa e a regra da proporcionalidade.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema liberdade religiosa e maus tratos aos animais.

A alternativa A está incorreta. Entendeu o STF que a “prática e os rituais relacionados ao sacrifício animal são patrimônio cultural imaterial e constituem os modos de criar, fazer e viver de diversas comunidades religiosas, particularmente das que vivenciam a liberdade religiosa a partir de práticas não institucionais”, conforme RE 494601-RS.

A alternativa B está incorreta. O artigo 19, I, da CF/88 veda aos entes públicos “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”

A alternativa C está correta. Primeiramente, veja-se que, segundo o Art. 5º, VI, da CF, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”. Além disso, verifica-se no art. 150, VI, b, da CF/88 que há uma limitação legal ao poder de tributar, imunidade prevista na Constituição, que impede a instituição de impostos sobre “b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;” Em nosso material de Direito Constitucional, elaborado pela Professora Nelma Fontana, você verá que o Princípio da Proporcionalidade é princípio implícito da Administração Pública que está relacionado ao excesso de poder. Tem por finalidade conter os atos públicos que ultrapassem os limites adequados para atingir o objetivo pretendido. Assim, *a priori*, deve-se aplicar o princípio da proporcionalidade na fiscalização dos locais de cultos e suas liturgias quanto ao nível de ruído produzido em suas sessões.

A alternativa D está incorreta. Os considerandos da Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais reconhecem as diferentes formas de vidas das diferentes populações, inclusive para fins religiosos. Ainda, o artigo 5º da Convenção sustenta que: “Ao se aplicar as disposições da presente Convenção: a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e dever-se-á levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente;

A alternativa E está incorreta. Ao que se viu acima, no RE 494601-RS o STF entendeu constitucional o sacrifício de animais em rituais religiosos.

**QUESTÃO 02. "Há um sentido agônico ou agonista na política que é preciso ser explorado na Constituição [...]. Precisamos de uma Constituição capaz de capturar a natureza (agonista) do poder constituinte e, assim, de si mesma, promessa e agônicas" (CHUEIRI, Vera Karam de. "Constituição Radical: Uma Ideia e Uma Prática". Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013).**

**Acerca da teorização de uma Constituição Radical na relação entre constitucionalismo e democracia, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) A Constituição não se deixa reduzir ao constituído e nela se retém o poder constituinte e, portanto, nos constitui, de maneira radical, como comunidade política.**

**b) A noção de Constituição Radical parte da premissa de desconstrução da crença ingênua de que a Constituição é apenas um texto e de que suas normas abrandam as tensões políticas.**

**c) Uma Constituição Radical é concebida não como síntese entre democracia e poderes instituídos, pois ela é a própria tensão, uma vez que não se resumem aos mecanismos tradicionais liberais de negociação.**

**d) A tensão entre poder constituinte e poderes constituídos tem de ser entendida em uma perspectiva democrática, como sinal virtuoso de uma sociedade radicalmente democrática.**

**e) Para a concepção de uma Constituição Radical, o poder constituinte soberano (potência) e expressão da democracia, não se esgota no momento da promulgação da Constituição, que reitera compromissos democráticos em relação ao passado.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra E** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do conceito de Constituição Radical. A própria questão indica o fundamento doutrinário a ser levado em questão, desta forma, passamos à análise das alternativas considerando o entendimento da professora Vera Karam.

A alternativa A está correta. A noção de uma Constituição Radical implica que a Constituição não se limita ao que foi constituído. Ela mantém a essência do poder constituinte, mantendo-se viva e em constante diálogo com a comunidade política. A Constituição é vista como um instrumento que nos constitui continuamente como uma comunidade política, não apenas um texto estático.

A alternativa B está correta. A ideia de uma Constituição Radical desafia a visão simplista de que a Constituição é apenas um texto que apazigua as tensões políticas. Em vez disso, reconhece que a Constituição é um campo de tensão e conflito contínuo, refletindo a dinâmica e a complexidade da política.

A alternativa C está correta. A Constituição Radical é vista como a própria manifestação da tensão entre democracia e poderes instituídos. Ela não é apenas um compromisso ou uma síntese, mas sim um campo

onde essa tensão é constantemente negociada e vivida, indo além dos mecanismos tradicionais de negociação liberal.

A alternativa D está correta. A teoria de Chueiri sugere que a tensão entre poder constituinte e poderes constituídos deve ser vista como um aspecto positivo e virtuoso de uma sociedade radicalmente democrática. Essa tensão é um sinal de vitalidade democrática, indicando uma sociedade que está sempre em processo de transformação e renegociação de seus fundamentos.

A alternativa E está incorreta. A concepção de uma Constituição Radical, segundo Chueiri, implica que o poder constituinte não se esgota no momento da promulgação da Constituição. Pelo contrário, o poder constituinte é contínuo e deve estar sempre ativo, permitindo que a Constituição permaneça dinâmica e aberta a mudanças e transformações. A ideia é que a Constituição não apenas reitera compromissos democráticos em relação ao passado, mas também se projeta no futuro, mantendo viva a capacidade de transformação democrática.

### **QUESTÃO 03. Analise a situação hipotética a seguir:**

**Um coletivo de mulheres busca atendimento junto ao Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), da Defensoria Pública do Paraná, pois tramita em um município do estado um Projeto de Lei (PL) que busca vedar na rede de saúde a realização de aborto em qualquer hipótese e em qualquer momento da gestação.**

**Considerando as regras e princípios regentes do controle de constitucionalidade e as normas constitucionais (Constituição Federal e Estadual) sobre as temáticas envolvidas na situação, bem como considerando o papel da Defensoria Pública, assinale a alternativa que apresenta as adequadas e corretas orientações que o NUDEM poderá fornecer ao coletivo de mulheres que buscou a Defensoria Pública no referido caso.**

**a) Caberá à coordenação do núcleo especializado da Defensoria Pública informar que se deverá aguardar a sanção da lei municipal, para, em seguida, ser instada a Defensoria Pública Geral para ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Tribunal de Justiça, conforme previsto na Constituição Estadual.**

**b) O NUDEM deverá informar que tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual vedam a prática de aborto, motivo pelo qual a temática em questão passa pelo crivo de constitucionalidade, sendo possível o município legislar sobre a matéria, além de competir à Defensoria a defesa do nascituro, nada podendo ser feito.**

**c) Caberá à coordenação do NUDEM informar que, durante a tramitação do PL, não há legitimidade da Defensoria Pública para realizar o controle prévio de constitucionalidade, mas é possível realizar uma nota técnica sobre o PL, no exercício do legal da difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, qualificando o debate público e institucional a respeito do tema.**

**d) A coordenação do NUDEM poderá oficiar à presidência da Câmara Municipal, no exercício de seu poder de requisição, que foi ratificado pelo STF, e requerer informações para instrução de ação pública, em que, incidentalmente, questionar-se-á a inconstitucionalidade do projeto de lei em tramitação.**

**e) Caberá ao NUDEM impetrar, preventivamente, mandado de segurança coletivo para impedir a tramitação do PL em razão do direito líquido e certo das mulheres ao aborto.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade de projeto de lei.

A alternativa A está incorreta. A Defensoria Pública do Estado do Paraná não possui legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) segundo a Constituição Estadual do Paraná. O artigo 111 da Constituição Estadual do Paraná não inclui a Defensoria Pública entre os legitimados para propor ADI.

A alternativa B está incorreta. Entendeu o STF que a Constituição Federal e o Código Penal permitiriam a prática do aborto em algumas situações, como em casos de estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia do feto (ADPF 54). Além disso, a competência para legislar sobre aborto é da União, não dos municípios, conforme a competência legislativa privativa prevista no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal.

A alternativa C está correta. A Defensoria Pública não tem legitimidade para realizar o controle prévio de constitucionalidade de um Projeto de Lei. No entanto, pode atuar de forma proativa, emitindo notas técnicas, promovendo a conscientização sobre os direitos humanos e contribuindo para o debate público sobre a matéria. Em nosso material de Direito Constitucional, elaborado pelo professor Marcos Gomes, você verá que o controle prévio de constitucionalidade é excepcionalíssimo. Possui legitimidade para tanto somente o parlamentar no qual tramita o projeto de lei inconstitucional. No caso, o parlamentar protege, por meio de Mandado de Segurança, o seu direito a processo que respeite o devido processo legislativo e as cláusulas pétreas. Veja-se que no julgamento do MS 32.033/DF, o Supremo Tribunal Federal discutiu sobre a possibilidade de controle de constitucionalidade prévio nos casos em que envolvam atos normativos. Segundo o entendimento firmado por este tribunal: “1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não (...)

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública não pode usar Ação Civil Pública para realizar controle judicial incidental de constitucionalidade de um Projeto de Lei. A inconstitucionalidade de um Projeto de Lei só pode ser questionada após sua transformação em lei e sua efetiva aplicação.

A alternativa E está incorreta. Somente parlamentares têm legitimidade para impetrar mandado de segurança preventivo visando impedir a tramitação de um Projeto de Lei, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

**QUESTÃO 04. Analise os trechos a seguir:**

I. "Eu escuto feministas radicais afirmando que são contrárias à utilização de banheiros por mulheres trans porque elas são, na verdade, homens e podem estuprá-las. O que significa 'de verdade' aqui? Que as mulheres trans foram socializadas como homens e preparadas para desempenhar o lugar de poder que os homens ocupam (no que se refere à virilidade)? Certamente. Mas não é justamente esta maldição do gênero masculino (ou herança de gênero) que elas negam? No entanto, o 'de verdade' (no discurso das feministas radicais) está em outro lugar. Refere-se à materialidade corpórea. Elas podem me estuprar porque têm pênis. Nada é mais absurdo que esta afirmação. Jamais uma pessoa que tenha feito o mínimo de 'tradução cultural' das dimensões que constituem as múltiplas possibilidades de viver as experiências trans faria uma afirmação como esta" (BENTO, Berenice. "Que nossas universidades sejam arco-íris: Entrevista com Berenice Bento". Em *Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*. UERJ. Número 5/2019; p. 194 - 200, p. 197-198).

II. "Por fim, e em reforço ao que se vem de expor, esta Corte reconheceu recentemente o caráter constitucional e a repercussão geral em hipótese também envolvendo direitos de transexuais, destacando-se a importância de esta Corte definir o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual" (Min. Luis Roberto Barroso. RE 845779 RG/SC).

Tomando por base (I) o estudo do transfeminismo e (II) a tutela jurídica dos direitos das pessoas transgênero pela jurisprudência do STJ e do STF, assinale a alternativa INCORRETA em relação a cada um desses temas, respectivamente.

a) O transfeminismo pode ser entendido como uma corrente teórica e política relacionada ao feminismo, pensando-o a partir das experiências e práticas de mulheres trans e travestis. Segundo o STJ, não é uma discricionariedade livre do julgador a determinação de local de cumprimento de pena privativa de liberdade das pessoas trans, devendo-se resguardar os direitos constitucionais à integridade física e à vida, respeitando a diversidade de gênero.

b) As mulheres travestis e transexuais lutam contra o local marginal que ocupavam na construção de políticas públicas e também na política LGBTQIAPN+, que historicamente destacaram o homem gay branco. É aplicável a Lei Maria da Penha às mulheres travestis e transexuais, no contexto da proteção constitucional da igualdade, liberdade e dignidade humana, segundo o STJ, que expressamente distinguiu sexo de gênero, considerando mulheres trans como mulheres.

c) Assim como o feminismo é plural, comportando variadas correntes, o transfeminismo também se constitui em um bloco monolítico de pensamento. A pessoa transgênero possui direito fundamental subjetivo à alteração de prenome e gênero em seu registro civil, exigindo-se, para tanto, a simples manifestação de vontade da pessoa, independentemente de procedimentos cirúrgicos, segundo o STF, uma vez que a igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero.

d) É indiscutível a adoção do determinismo biológico, fisiologia e anatomia por parte do transfeminismo como chave de leitura e definição do que é ser mulher, desconsiderando-se a identidade mantida no tempo e espaço. Segundo o STF, o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade compreende a expressão da identidade de gênero das

peças trans perante o Estado e deve ter constituição acessada pela via judicial ou administrativa, no as respectivas esferas de mera reconhecimento estatal.

e) O transfeminismo reconhece o papel histórico das travestis e das mulheres transexuais como elementos fundamentais para a construção de um feminismo inclusivo. Segundo o STJ, é irrelevante o porte de laudo de equipe multidisciplinar de psicologia e plástica mamária com implantação de próteses para fins de obtenção de financiamento público dos tratamentos que se relacionam ao direito à saúde integral do ser humano mantido no tempo e espaço.

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema transfeminismo e a tutela jurídica das pessoas transgênero. A partir de Letícia Nascimento (2021) e de seu livro *Transfeminismo*, pode-se entender este conceito como uma vertente do feminismo que integra questões transgêneras, criticando a biologização do gênero. Influenciado pela interseccionalidade, teoria queer e feminismo negro, busca incluir pessoas trans no discurso feminista tradicional, abordando tanto questões específicas de transgêneros quanto temas relevantes a todas as mulheres.

A alternativa A está correta. O STJ decidiu que a “determinação do local do cumprimento da pena da pessoa transgênero não é um exercício de livre discricionariedade da julgadora ou do julgador, mas sim uma análise substancial das circunstâncias que tem por objeto resguardar a liberdade sexual e de gênero, a integridade física e a vida das pessoas transgênero presas, haja vista que o art. 7º da Resolução CNJ n. 348/2020 determina que a referida decisão ‘será proferida após questionamento da preferência da pessoa presa’”, conforme HC: 861817 SC.

A alternativa B está correta. Também entendeu o STJ que a aplicação da Lei Maria da Penha aplica-se às mulheres trans, independente da distinção entre sexo e gênero. Deve haver o afastamento do critério exclusivamente biológico para proteção da mulher, ao que foi decidido no REsp n. 1977124 SP.

A alternativa C está correta. No Tema 761, firmado a partir do RE 670422, o STF firmou as teses de que: I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; II) Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo 'transgênero'; III) Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial; IV) Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar de ofício ou a requerimento do interessado a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa de que o transfeminismo adota o determinismo biológico é falsa. O transfeminismo, de fato, critica a biologização do gênero e se posiciona contra o determinismo biológico. Ele reconhece a identidade de gênero como uma construção social e histórica, não determinada exclusivamente por aspectos biológicos. Portanto, esta alternativa está incorreta.

A alternativa E está correta. No REsp 2097812 MG, o STJ decidiu que planos de saúde devem cobrir cirurgias de afirmação de gênero para mulheres transexuais, como transgenitalização e implante de

próteses mamárias, reconhecidas pelo CFM e incorporadas ao SUS. A negativa de cobertura foi considerada indevida e configurou dano moral. O valor da compensação foi considerado proporcional.

**QUESTÃO 05. Analise a situação hipotética a seguir:**

**A Associação dos Povos Faxinalenses do Paraná busca atendimento jurídico junto ao Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos (NUCIDH), da Defensoria Pública, relatando que determinado município recebe repasse estadual a título de ICMS ecológico/ambiental, mas não o transfere à comunidade do faxinalense local, cujo território é reconhecido como área de conservação ambiental na modalidade de Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR), que compõe o cadastro de unidades de conservação ambiental estadual e, assim, deveria repassar diretamente na unidade/área em questão.**

**Tomando por base a noção dos povos faxinalenses e o entendimento do STF sobre a questão jurídica em relação a cada uma das disposições constitucionais acerca do tema, assinale a alternativa correta sobre um desses temas, respectivamente.**

**a) Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrossilvopastoris com a conservação ambiental. No caso em comento, o núcleo especializado da Defensoria Pública poderá ingressar com (reclamação constitucional) para preservação do entendimento judicial do STF acerca da vinculação do imposto ao direto diretamente às áreas ambientalmente protegidas, conforme já decidido (ADI 2355/PR).**

**b) São características dos faxinais, entre outras, a produção animal à solta em terras de uso comum e o extrativismo florestal de baixo impacto associado à conservação da biodiversidade. Caberá ao núcleo da Defensoria informar que o STF já julgou não ser possível haver vinculação de receita do imposto em comento, pois a destinação que será dada ao repasse depende de decisão autônoma do ente municipal.**

**c) Os faxinais têm sua territorialidade legalmente protegida, recebendo também proteção constitucional por seu patrimônio cultural e ambiental. Caberá à Defensoria Pública orientar a associação de que, em razão de haver previsão expressa na Constituição Federal da destinação do ICMS ecológico/ambiental pelos municípios às áreas de proteção ambiental, o caso poderá ser judicializado.**

**d) Entende-se por Sistema Faxinal o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que concilia o traço marcante do uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental. Caberá à Defensoria Pública informar que, no caso em comento, já existe entendimento judicial que prevê e determina a destinação e a vinculação da receita para as áreas de proteção ambiental quando se tratar de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos faxinalenses, não cabendo, portanto, questionamento judicial.**

**e) São características dos faxinais, que se assemelham à condição de quilombola, em razão do processo jurídico expressivo de resistência e formação coletiva. De acordo com esse**

**entendimento, considerando que a Constituição Federal prevê a destinação de 50% do valor arrecadado a título de ICMS para as unidades de conservação localizadas nos municípios.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema ICMS e dos faxinais ou faxinalenses.

“Os faxinais, ou faxinalenses, do centro-sul e sudeste paranaense são comunidades tradicionais camponesas cuja formação social se caracteriza principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Delimitado pela cerca comunitária, no interior do qual se conserva uma significativa agrobiodiversidade, é no criadouro comunitário que ocorre o manejo da erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, fruteiras nativas, ervas medicinais e variedades de cultivo agrícolas. É nesse espaço que se encontra a moradia, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum há também aqueles de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria plantações compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. Desta forma, o faxinal se caracteriza como um território composto e complexo, que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra.” (<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-mesmo-enfrentando-violencias-a-luta-e-as-vitorias-dos-faxinalenses-desemboca-na-sua-integracao-a-outras-comunidades-tradicionais/#:~:text=Os%20faxinais%2C%20ou%20faxinalenses%2C%20do,na%20forma%20de%20criadouro%20comunit%C3%A1rio.>, acesso em 30.06.2024)

A alternativa A está incorreta. A decisão do STF na ADI 2355 não determinou a vinculação de receitas do ICMS a áreas protegidas, mas exatamente o oposto, reforçando a autonomia municipal para decidir a destinação dos recursos.

A alternativa B está correta. Autonomia Municipal: O STF, na ADI 2355, declarou inconstitucional a lei estadual do Paraná que vinculava o repasse do ICMS ecológico a áreas específicas de proteção ambiental, afirmando que a destinação dos recursos é uma decisão autônoma dos municípios. Não-Afetação de Receitas: Conforme o artigo 167, IV, da Constituição Federal, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto nas hipóteses previstas na Constituição.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão expressa na Constituição Federal que obrigue os municípios a destinarem o ICMS ecológico/ambiental diretamente às áreas de proteção ambiental. A decisão do STF na ADI 2355 reforça a autonomia dos municípios.

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, a decisão do STF na ADI 2355 não determina a vinculação de receita para áreas de proteção ambiental, reafirmando a autonomia dos municípios para decidir sobre a destinação do ICMS ecológico.

A alternativa E está incorreta. Não existe na Constituição Federal a previsão de destinação de 50% do ICMS arrecadado para unidades de conservação. A decisão do STF na ADI 2355 declara inconstitucional qualquer vinculação obrigatória imposta por leis estaduais.

**QUESTÃO 06. “Agora a barca entra no meio da vila. Estão atrás de qualquer coisa que os leve ao assassinato do Maicon. A cada hora que passa, a vontade de vingar a morte do colega cresce. No fim do dia, eles voltaram para o batalhão. Na verdade, eles já haviam ultrapassado o número de**

abordagens [...]. Amanhã eles voltarão à vila, mas ele é escalado para outro horário. À noite, as abordagens costumam ser mais violentas, sempre há a possibilidade do confronto” (TENÓRIO, Jeferson. O avesso da pele. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020).

Tomando por base as noções de racismo, o entendimento jurisprudencial do STF sobre o tema, o que foi decidido no julgado ADPF 635 MC-ED/RJ, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 2 e 3/02/2022 (“ADPF das Favelas”) e o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na ADPF 635, o tema dialoga com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Favela Nova Brasília) para a adoção de um plano de redução da letalidade policial.

b) Em sede de controle de constitucionalidade, o STF entende pela possibilidade de utilização da ADPF para atacar omissões estruturais do poder público (estado de coisas inconstitucional).

c) O racismo não se limita apenas à exclusão ou ao empobrecimento das pessoas negras, mas também promove a desumanização dessas pessoas, produzindo vantagens e benefícios sociais para os integrantes do grupo racial hegemônico, o que possui reflexos no sistema de justiça criminal.

d) O STF possui entendimento de que o crime de injúria racial é espécie de gênero racismo, sendo imprescritível.

e) É inconstitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, por violar competência da União, uma vez que impacta em matéria trabalhista.

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema racismo e jurisprudência.

A alternativa A está correta. Na ADPF 635 o STF entendeu haver omissão estrutural do Poder Público na adoção de medidas de redução da letalidade policial. Foi chamada a atenção para decisão da Corte IDH e da mora inconstitucional, sendo necessário medidas estruturais para superar a inconstitucionalidade.

A alternativa B está correta. O caso paradigma diz respeito à ADPF 347 DF. Neste caso, o STF entendeu ser cabível a arguição para superar a situação degradante das penitenciárias no Brasil diante da superlotação carcerária e falta de condições. Havendo uma violação massiva de direitos fundamentais por falhas estruturais. O que levaria a um estado de coisas inconstitucional a ser combatido.

A alternativa C está correta. Nesta alternativa, vemos a interseccionalidade da questão. Em nosso material de Criminologia, desenvolvido pelos professores Marcos Gomes e Allan Joss, vemos que o conceito que se enquadra à alternativa. Discriminação institucional, estrutural e intergeracional: Estamos diante de teorias que abordam o aspecto coletivo da discriminação. A discriminação poderá ocorrer pelos mecanismos sociais e instituições, afastando-se da ideia de discriminação interpessoal. Assim, a discriminação institucional ocorre no âmbito de instituições públicas e privadas. Assim, por meio dessa discriminação por instituições públicas e privadas, agentes de um grupo dominante, que

controlam as formas de acesso, fazem perpetuar os preconceitos e subordinações de certos grupos vulneráveis. Basta lembrar de prisões de homens negros, muitas delas até mesmo para averiguação.

A alternativa D está correta. No julgamento do HC 154248, o STF entendeu que o crime de injúria racial seria espécie do gênero racismo. Havendo imprescritibilidade. Cabe pontuar que o legislador excluiu este crime do artigo 140, § 3º, do Código Penal e o incluiu na Lei 7.716/1989, Lei dos Crimes de Racismo, dando legalidade ao entendimento do STF, conforme atual redação do artigo 2º-A.

A alternativa E está incorreta. A instituição de feriados municipais com alta significação, ligados ao combate à discriminação é constitucional. Logo, o município teria essa competência para instituir feriados locais como o Dia da Consciência Negra, conforme entendimento firmado na ADPF 634.

**QUESTÃO 07. Em agosto de 2023, o plenário do STF referendou a decisão em medida cautelar proferida pelo Relator Min. Alexandre de Moraes na ADPF 976, determinando uma série de ações a serem adotadas pela União, Estados e Municípios em favor das pessoas em situação de rua. Entre essas medidas, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das determinações tal como delineadas pelo STF.**

**a) Independentemente de adesão formal à política nacional para a população em situação de rua, devem os entes municipais e estaduais, onde houver atuação, disponibilizar imediatamente pela Defesa Civil barracas para pessoas em situação de rua com estrutura mínima compatível com a dignidade da pessoa humana, nos locais nos quais não há número de vagas em número compatível com a necessidade.**

**b) Devem os entes municipais e estaduais, no âmbito das zeladorias urbanas, divulgar previamente o dia, o horário e o local das ações nos seus respectivos sites, nos abrigos, e em outros meios, permitindo assim que a população em situação de rua recolha seus pertences e faça a limpeza do espaço sem conflitos.**

**c) No âmbito de suas zeladorias urbanas e em seus abrigos, devem os municípios disponibilizar bebedouros, banheiros públicos e lavanderias sociais de fácil acesso para a população em situação de rua.**

**d) Os municípios devem vedar, após alteração dos planos diretores municipais, o emprego de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua, bem como efetuar o levantamento das barreiras e equipamentos que dificultam o acesso a políticas e serviços públicos, assim como a obrigação de superá-las, após a adesão formal à política nacional para a população em situação de rua.**

**e) Os municípios devem realizar diagnóstico pormenorizado, no prazo de 120 dias, da situação nos respectivos territórios, com a indicação da distribuição de pessoas em situação de rua por área geográfica, quantidade e local das vagas de abrigo e de capacidade de fornecimento de alimentação.**

**Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra D**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do entendimento do STF sobre população em situação de rua. A questão centrou-se na ementa da Medida Cautelar deferida na ADPF 976.

A alternativa A está correta. O STF determinou que, independentemente da adesão formal à política nacional, os entes municipais e estaduais devem disponibilizar barracas pela Defesa Civil para as pessoas em situação de rua, nos locais onde não há vagas suficientes.

A alternativa B está correta. A decisão do STF estipula que os entes municipais e estaduais devem divulgar previamente as ações de zeladoria urbana para permitir que a população em situação de rua recolha seus pertences e limpe o espaço sem conflitos.

A alternativa C está correta. Veja que a decisão do STF determina que os municípios devem disponibilizar bebedouros, banheiros públicos e lavanderias sociais de fácil acesso para a população em situação de rua, no âmbito das zeladorias urbanas e abrigos.

A alternativa D está incorreta. A vedação ao emprego de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua, segundo a decisão do STF, é independente da adesão formal à Política Nacional para a População em Situação de Rua. O erro da alternativa está em condicionar essa vedação à adesão formal à política, o que não corresponde à determinação do STF.

A alternativa E está correta. Exigiu-se que os municípios realizem um diagnóstico pormenorizado da situação nos respectivos territórios, indicando a distribuição de pessoas em situação de rua, quantidade e local das vagas de abrigo e capacidade de fornecimento de alimentação, no prazo de 120 dias.

**QUESTÃO 08. Em sede da ADPF 828, durante a crise sanitária da pandemia da Covid-19, o STF determinou uma série de medidas em relação aos processos de desocupações e despejo. Considerando, respectivamente, as disposições constitucionais sobre direito à moradia, política fundiária urbana e rural, bem como o quanto decidido em sede da ADPF 828 PI-quarta-Ref/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 2/11/2022, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, bem como a propriedade produtiva. No aludido julgado, com o arrefecimento dos efeitos da pandemia, um regime de transição em relação às desocupações coletivas foi estabelecido.**

**b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. No referido julgado, determinou-se a criação imediata, nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais, de Comissão de Conflitos Fundiários, tendo como referência expressa o que já havia sido pactuado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.**

**c) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. No mencionado julgado, não que pese a criação das comissões de conflitos fundiários dos Tribunais de Justiça, elas terão a atribuição de realizar visitas técnicas, audiências de mediação e, principalmente, propor a aplicação de retomada de despejos suspensos, de maneira gradual e escalonada com o arrefecimento dos efeitos da pandemia.**

**d) Os imóveis públicos não serão adquiridos pela União para fins de reforma agrária, em face das medidas administrativas que possam resultar em remoções coletivas de pessoas vulneráveis, o proprietário deverá dar ciência prévia e ouvir os representantes das comunidades afetadas.**

**e) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. No julgado acima, com o arrefecimento dos efeitos da pandemia, também foram criadas normas de transição para evitar que as decisões judiciais de desocupações em ações de despejo previstas na lei do inquilinato de base contratual.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema medidas judiciais durante o período de pandemia de COVID-19. A ADPF 828 suspendeu os despejos coletivos e reintegrações coletivas.

A alternativa A está correta. De fato, a Constituição Federal estabelece que pequenas e médias propriedades rurais, desde que produtivas e o proprietário não possua outra, são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (art. 185, I e II da CF). A ADPF 828 estabeleceu um regime de transição para as desocupações coletivas.

A alternativa B está correta. função social da propriedade urbana está vinculada ao cumprimento das exigências do plano diretor (art. 182, §2º da CF). A criação das Comissões de Conflitos Fundiários foi uma medida determinada pelo STF na ADPF 828, seguindo o modelo do Tribunal de Justiça do Paraná.

A alternativa C está correta. O plano diretor é de fato obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 182, §1º da CF). As comissões terão as atribuições mencionadas, conforme decidido na ADPF 828.

A alternativa D está correta. ADPF 828 estabeleceu que, em casos de remoções coletivas, deve haver ciência prévia e audiência dos representantes das comunidades afetadas. O foco está na necessidade de consulta e comunicação antes de remoções, o que está em conformidade com o julgado.

A alternativa E está incorreta. Embora a União tenha competência para desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua função social (art. 184 da CF), o erro está na afirmação de que a ADPF 828 criou normas de transição para as desocupações previstas na Lei do Inquilinato. Na verdade, a decisão do STF estabeleceu que as desocupações de imóveis urbanos em ações de despejo reguladas pela Lei do Inquilinato não necessitam de um regime de transição, pois não enfrentam as mesmas complexidades das ocupações coletivas sem base contratual.

**QUESTÃO 09. De acordo com a Constituição da República, a Lei Complementar Federal nº 80/1994, a Lei Complementar Estadual nº 136/2011 e, ainda, com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA acerca do Regime Jurídico da Defensoria Pública e o alcance de sua atuação.**

**a) Com base na teoria dos poderes implícitos, o STF entende que o(a) defensor(a) público(a) pode requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e**

**providências necessários ao exercício de suas atribuições, dependendo, em qualquer hipótese, de prévia autorização judicial.**

**b) A Defensoria Pública não é uma instituição do sistema de justiça equiparada à advocacia, seja ela pública ou privada, estando, com efeito, mais próxima à perspectiva institucional atribuída ao próprio Ministério Público.**

**c) A estruturação da Defensoria Pública em cargos de carreira, providos mediante concurso público de provas e títulos, opera como garantia da independência técnica da instituição, a se refletir na boa qualidade da assistência que fazem jus os estratos mais vulnerabilizados da coletividade.**

**d) Segundo o STF, é devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.**

**e) Os municípios podem instituir a prestação de assistência judiciária à população de baixa renda, o que não se confunde com Defensoria Pública Municipal.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema Defensoria Pública na Constituição.

A alternativa A está incorreta. conforme a jurisprudência do STF e a legislação pertinente, o poder de requisição dos defensores públicos não depende de autorização judicial. Este poder é garantido para que a Defensoria Pública possa exercer suas funções de forma efetiva e sem obstáculos desnecessários, como estabelecido nas ADIs 6862 (PR), 6865 (PB), 6867 (ES), 6870 (DF), 6871 (CE), 6872 (AP), 6873 (AM) e 6875 (RN), onde o STF firmou entendimento de que este poder de requisição é uma ferramenta essencial para a atuação da Defensoria Pública, sem causar desequilíbrio nas relações processuais.

A alternativa B está correta. Conforme decidido pelo STF, a Defensoria Pública possui um papel essencial à justiça que vai além da mera advocacia, seja pública ou privada. Sua função é mais próxima ao Ministério Público, focada na promoção de direitos humanos e tutela de direitos coletivos.

A alternativa C está correta. Foi utilizado o argumento de que a carreira organizada e provida por concurso público é fundamental para assegurar a independência e a qualidade técnica dos defensores públicos, garantindo que a assistência jurídica prestada seja eficiente e imparcial.

A alternativa D está correta. No Tema 1.002 do STF, tendo por base o RE 1140005, fixou-se as seguintes teses: 1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

A alternativa E está correta. Na ADPF 279, foi decidido pelo STF que Municípios podem estabelecer serviços de assistência judiciária, mas isso não equivale à criação de uma Defensoria Pública Municipal, que é uma instituição com características e funções específicas definidas pela Constituição e leis complementares.

**QUESTÃO 10. Sobre o constitucionalismo latino-americano e brasileiro, é correto afirmar que:**

**a) Uma característica fundamental do constitucionalismo latino-americano é o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial (multiculturalidade), abrangendo o das jurisdições das comunidades indígenas, no contexto dos Estados plurinacionais de que são exemplos a Argentina e o Brasil.**

**b) Um traço marcante do constitucionalismo latino-americano é o da tendência do sistema presidencialista na região, com uma paradoxal relação entre a continuidade na centralidade da figura do chefe do Poder Executivo e a mudança e ampliação do rol de direitos constitucionalizados, direitos estes, contudo, que não interferem com igual peso na estruturação orgânica e desigual de poder nos desenhos constitucionais.**

**c) No constitucionalismo brasileiro, é possível perceber a influência das teorias constitucionais francesas e inglesas na fase imperial, passando por uma aproximação das teorias estadunidenses de organização formal do poder na primeira república e concluindo com a filiação ao socialismo na Constituição de 1988, expressada em vários dispositivos.**

**d) O temor da ocorrência de uma Revolução Haitiana no Brasil permeou os debates constituintes de 1823, o que, contudo, foi superado com a promulgação da Constituição de 1824, ocasião em que novos status jurídicos de liberdade e cidadania foram conferidos aos escravizados provenientes da diáspora africana aqui residentes e aos negros libertos.**

**e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Constitucionalismo Latino-Americano. Em nosso material de Direito Constitucional, coordenado pelo Professor Marcos Gomes, vemos que o Constitucionalismo Latino-Americano é um movimento social, político e jurídico fruto de reivindicações e manifestações populares, com o objetivo de alcançar maior legitimidade democrática para a Constituição, notadamente com a participação políticas de grupos historicamente excluídos do cenário políticos. São ideias centrais o direito à diversidade e à identidade, bem como a legitimidade e participação de grupos outrora excluídos, tal como a população indígena.

A alternativa A está incorreta. Argentina e Brasil não são exemplos de Estados plurinacionais. Exemplos corretos de Estados plurinacionais são Bolívia e Equador, que reconhecem explicitamente a diversidade étnica e cultural em suas constituições. Portanto, a assertiva de que Argentina e Brasil são Estados plurinacionais está errada.

A alternativa B está correta. O constitucionalismo latino-americano é caracterizado pelo presidencialismo. Isso significa que a figura do presidente tem um papel central e contínuo. Apesar da ampliação dos direitos constitucionalizados, há uma disparidade entre esses direitos e a estrutura de poder, que continua centralizada no Executivo. Esse fenômeno revela uma contradição: enquanto há avanços nos direitos, a distribuição do poder não muda de forma proporcional.

A alternativa C está incorreta. A Constituição de 1988 não adotou um modelo socialista. Ela é caracterizada como uma constituição liberal social, que combina princípios de livre iniciativa (artigo

170) com direitos sociais. Portanto, a afirmação de que a Constituição de 1988 filiou-se ao socialismo é incorreta.

A alternativa D está incorreta. A Constituição de 1824 não concedeu novos status jurídicos de liberdade e cidadania aos escravizados ou negros libertos. O sistema escravista continuou até a abolição da escravatura em 1888. Portanto, a afirmação de que a Constituição de 1824 conferiu novos status de liberdade e cidadania aos escravizados é incorreta.

A alternativa E está incorreta. A alternativa B está correta, conforme discutido acima, o que torna a alternativa E incorreta.

**QUESTÃO 11. O ECA afirma que, estando o infante em medida de proteção de acolhimento institucional, deve ser realizada a sua reavaliação de forma periódica. Nesse sentido, sobre a audiência concentrada, assinale a alternativa incorreta.**

**a) Ocorrerá, preferencialmente, nas dependências do fórum e, sempre que possível, em sala lúdica, com a presença, entre outros, dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

**b) Permite-se a participação da Defensoria Pública sem que necessariamente esteja representando a parte requerida.**

**c) É necessária a prévia intimação dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade ou sua condução no dia do ato.**

**d) Deve ser realizada em cada semestre, preferencialmente nos meses de abril e outubro ou maio e novembro.**

**e) Compete ao Juízo que determinou o acolhimento institucional a realização do ato judicial, ainda que a medida esteja em execução em entidade localizada fora de sua jurisdição territorial, podendo, para tanto, valer-se de videoconferência ou outros meios de comunicação à distância.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre a audiência concentrada no contexto da medida de proteção de acolhimento institucional.

A alternativa A está correta, pois seu conteúdo está contrariedade ao disposto no art. 69, §2º, do Provimento nº 165 de 16 de abril de 2024, que institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud). Nos termos do art. 69, §2º, do Provimento nº 165: “§ 2º As Audiências Concentradas ocorrerão, sempre que possível, nas dependências das entidades e serviços de acolhimento, com a presença dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, para reavaliação de cada uma das medidas protetivas de acolhimento, diante de seu caráter excepcional e provisório, com a subsequente confecção de atas individualizadas para juntada em cada um dos processos”. Portanto, a audiência concentrada não ocorrerá, preferencialmente, nas dependências do fórum. Ademais, cumpre destacar que o tema das audiências concentradas era regulamentado pelo Provimento nº 118 de 29/06/2021 da Corregedoria

Nacional de Justiça, que dispunha sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude. Contudo, o Provimento nº 118 foi revogado pelo Provimento nº 165 de 16 de abril de 2024, que institui o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud), que regulamenta os foros judiciais.

A alternativa B está incorreta, pois está em conformidade com o disposto no art. 70, VI, alínea “b”, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: “Art. 70. Os(as) juízes(as) poderão utilizar o seguinte roteiro para a realização das Audiências Concentradas: VI – intimação prévia: a) dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato; e b) do(a) advogado(a) constituído(a) ou da Defensoria Pública, nos processos em que tenham procuração ou, a critério do(a) magistrado(a), devam ser nomeados”.

A alternativa C está incorreta, pois está em conformidade com o disposto no art. 70, VI, alínea “a”, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: “Art. 70. Os(as) juízes(as) poderão utilizar o seguinte roteiro para a realização das Audiências Concentradas: VI – intimação prévia: a) dos pais ou parentes do(a) acolhido(a) que com ele(a) mantenham vínculos de afinidade e afetividade, ou sua condução no dia do ato; e b) do(a) advogado(a) constituído(a) ou da Defensoria Pública, nos processos em que tenham procuração ou, a critério do(a) magistrado(a), devam ser nomeados”.

A alternativa D está incorreta, pois consiste na redação literal do art. 69, caput, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: “Art. 69. O(a) juiz(a) da Infância e Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritário dos processos sob sua condução, bem como da necessária reavaliação trimestral prevista no art. 19, § 1º, do ECA, deverá realizar, em cada semestre, preferencialmente nos meses de ‘abril e outubro’ ou ‘maio e novembro’, os eventos denominados Audiências Concentradas”.

A alternativa E está incorreta, pois traz a redação expressa do art. 69, §5º, do Provimento nº 165, de 16 de abril de 2024: “§ 5º O juízo que determinar o acolhimento institucional realizará a Audiência Concentrada, ainda que a medida esteja em execução em entidade localizada fora de sua jurisdição territorial, podendo, para tanto, valer-se de videoconferência ou outros meios de comunicação a distância”.

**QUESTÃO 12. Maria é mãe solo e trabalha como recepcionista das 08h às 17h. Ela se dirigiu à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba para fazer a matrícula de seu filho José, de 2 anos de idade, em CMEI, em período integral. Em resposta, foi informada pela municipalidade de que para ter seu pedido deferido precisa comprovar que a criança não pode ficar aos cuidados de parentes no tempo em que ela trabalha. Ainda, foi informada, por conta do princípio da reserva do possível, de que não há vaga imediata e atualmente há uma lista de espera com tempo estimado de 2 anos para chamamento. Por conta disso, Maria procurou orientação junto à Defensoria Pública do Estado do Paraná. A orientação correta a ser dada à Maria é que o Município:**

**a) Tem razão, em virtude do princípio da reserva do possível, é preciso que Maria preencha alguns requisitos para que possa matricular seu filho no CMEI.**

**b) Tem parcial razão, apesar de não ser aplicável o princípio da reserva do possível, Maria precisa comprovar que outras pessoas não podem cuidar de José enquanto ela trabalha.**

**c) Tem parcial razão, Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de seu filho, porém, por se tratar de pedido de vaga em CMEI em período integral, está correta a utilização do princípio da reserva do possível.**

**d) Não tem razão, porém, Maria precisará aguardar que a Defensoria Pública proponha ação coletiva para que não haja violação do princípio da isonomia sobre a fila de espera.**

**e) Não tem razão, não pode ser oposto o princípio da reserva do possível contra direito fundamental, bem como Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de José, pois ele tem direito à educação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre direito à educação.

As alternativas A, B e C estão incorretas, pois, de acordo com o entendimento do STF, a cláusula da reserva do possível não pode ser invocada, pelo Poder Público municipal, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição, qual seja, o direito à educação infantil que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica mediante o atendimento em creche e o acesso à pré-escola, nos termos do art. 208, IV, da Constituição Federal: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

A alternativa D está incorreta, pois não é necessário que Maria aguarde a propositura de ação coletiva pela Defensoria Pública, tendo em vista que a matrícula de José no CMEI pode ser exigida individualmente. De acordo com o entendimento do STF fixado no Tema 548 de Repercussão Geral: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica”.

A alternativa E está correta. De acordo com o entendimento do STF, “a cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição - encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanção direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana. Doutrina. Precedentes. - A noção de “mínimo existencial”, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à

assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança [ARE 639.337 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 23-8-2011, 2ª T, DJE de 15-9-2011.]. Dessa forma, o município não tem razão, tendo em vista que não pode ser oposto o princípio da reserva do possível contra o direito fundamental à educação. Além disso, Maria não precisa comprovar que outros parentes podem cuidar de José, pois ele tem direito à educação. Nesse contexto, o STF fixou entendimento no Tema 548 de repercussão geral no sentido de que há dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade. Segue trecho da ementa do RE 1008166: “1. A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que assegura às crianças de zero a cinco anos de idade a primeira etapa do processo de educação básica mediante o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (art. 208, IV, da Constituição Federal). 2. O Estado tem o dever constitucional de garantir o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão estatal e violação a direito subjetivo, sanável pela via judicial. Precedentes: ARE 639.337-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 15/9/2011; AI 592.075-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe de 4/6/2009, e RE 384.201-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJ de 3/8/2007. 3. O Poder Judiciário pode impor à Administração Pública a efetivação de matrícula de crianças de zero a cinco anos de idade em estabelecimento de educação infantil, sem haja violação ao princípio constitucional da separação dos poderes. 5. A tese da repercussão geral fica assim formulada: 1. A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica. (RE 1008166, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 22-09-2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 19-04-2023 PUBLIC 20-04-2023)”.

**QUESTÃO 13. Segundo a tese institucional da Defensoria Pública do Estado do Paraná, pode ser considerada inconstitucional a seguinte hipótese de perda do poder familiar:**

- a) Deixar o filho em abandono.**
- b) Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.**
- c) Castigar imoderadamente o filho.**
- d) Incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no art. 1.637 do Código Civil.**
- e) Entregar de forma irregular o filho a terceiros para adoção.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre as hipóteses de perda do poder familiar.

A alternativa B está correta, pois está em consonância com a tese institucional nº 06 aprovada no 7º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, in verbis: “É

inconstitucional a hipótese de perda do poder familiar pela prática de ‘atos contrários à moral e aos bons costumes’ (art. 1.638, III, do Código Civil)”. De acordo com o entendimento da DPE/PR, a expressão “atos contrários à moral e aos bons costumes” contraria a doutrina da proteção integral e viola a taxatividade da norma. Além disso, o dispositivo é excessivamente aberto, inviabilizando que o destinatário da norma (a coletividade) consiga determinar de forma objetiva seu conteúdo, dando margem ao surgimento de uma zona cinzenta de incerteza que não se compatibiliza com os princípios de proteção do indivíduo que foram previstos na constituição com o propósito de proteger o indivíduo frente às investidas arbitrárias do Estado.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

**QUESTÃO 14.** Uma defensora pública, em atendimento ao adolescente Romeu na unidade de internação socioeducativa, recebeu a informação de que o infante se encontrava internado há 11 meses e 29 dias pela prática do ato infracional análogo ao delito de lesão corporal leve (Código Penal. art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção de três meses a um ano). Em seguida, ao consultar o processo, ela verificou que a equipe técnica da unidade acabara de juntar relatório de reavaliação do Plano Individual de Atendimento (PIA), sugerindo que a medida socioeducativa de Romeu seja prorrogada, uma vez que foi condenado em 4 medidas disciplinares nos últimos 3 meses e não adere às propostas pedagógicas da unidade ao deixar de frequentar as aulas de Ensino Básico e não ser participativo nas reuniões coletivas com o psicólogo. Com base no exposto, preferencialmente, Romeu deve ter sua medida socioeducativa de internação:

a) Extinta, em decorrência do princípio da legalidade.

b) Prorrogada, uma vez que apresenta comportamento inadequado no interior da unidade de internação.

c) Substituída por medida socioeducativa de semiliberdade, uma vez que já se encontra recluso por tempo demasiado.

d) Substituída por medida socioeducativa de liberdade assistida, uma vez que fora do sistema socioeducativo de internação não haverá mais sanções disciplinares e a participação pedagógica é mero direito do adolescente.

e) Extinta, uma vez que a sanção disciplinar não pode configurar descumprimento do PIA, e o adolescente não é obrigado a exercer seus direitos sobre a educação e o atendimento psicológico.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o conhecimento sobre o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

A alternativa A está correta. Acerca do princípio da legalidade, o art. 35, I, da Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012) afirma que: “Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes

princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto”. Nesse contexto, a tese institucional nº 13, aprovada no 1º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dispõe que: “No processo socioeducativo, ainda que presentes as hipóteses do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedada a aplicação da medida socioeducativa de internação quando, em situação análoga, no processo-crime, possa ser determinado o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime inicial diverso do fechado”. Além disso, segundo a fundamentação jurídica da tese supramencionada: “Assim, ao se aplicar, ao adolescente, a medida mais grave prevista no Estatuto, responsável pelo maior grau de privação de liberdade possível, deve-se verificar, cumulativamente: a) a presença de, pelo menos, uma das hipóteses do art. 122, do Estatuto; b) a inexistência de qualquer outra medida socioeducativa adequada, mesmo se aplicada em conjunto com medidas protetivas; c) se, em situação análoga, o adulto, processado criminalmente, ao ser condenado, iniciaria o cumprimento de sua pena em regime fechado”. Depreende-se da análise dos requisitos “a” e “b” que seria possível concluir pela viabilidade da manutenção da medida socioeducativa de internação ao adolescente Romeu, que se encontra internado há 11 meses e 29 dias pela prática do ato infracional análogo ao delito de lesão corporal leve (Código Penal. art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção de três meses a um ano). Contudo, analisando o requisito “c”, verifica-se que um adulto, em situação análoga, em razão da quantidade de pena aplicada, iniciaria seu cumprimento no regime aberto, não experimentando qualquer privação de liberdade. Dessa forma, “não se mostra proporcional, nem mesmo justo, em condições semelhantes, tratar o adolescente com o mais alto grau de privação de liberdade (equivalente ao regime fechado dos imputáveis), enquanto se trata o imputável de forma consideravelmente mais branda, sem nenhum prejuízo a sua liberdade, mesmo tendo o desenvolvimento mental completo. Não justifica a desproporcionalidade o fato de se tratar, para um, de medida socioeducativa, com nítido caráter pedagógico, e, para outro, de pena, com caráter punitivo mais evidente”. Ademais, de acordo com o entendimento do STJ: “2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça entende que o juiz não está vinculado às conclusões do relatório da equipe técnica, podendo dele divergir, desde que o faça de maneira fundamentada, com base no princípio do livre convencimento motivado. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 665.052/RS, relator Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Sexta Turma, julgado em 22/6/2021, DJe de 28/6/2021.)”. Portanto, consoante a tese institucional nº 13 da Defensoria Pública do Estado do Paraná, preferencialmente, Romeu deve ter sua medida socioeducativa de internação extinta, em decorrência do princípio da legalidade.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento exposto na alternativa A.

**QUESTÃO 15. São formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente segundo a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, exceto:**

**a) Violência física.**

**b) Violência sexual.**

**c) Violência institucional.**

**d) Violência por negligência.**

## e) Violência patrimonial.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre as formas de violência praticadas contra a criança e o adolescente nos termos da Lei nº 13.431/2017.

A alternativa A está incorreta, pois a violência física está prevista no art. 4º, I, da Lei nº 13.431/2017: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico”.

A alternativa B está incorreta, pois a violência sexual está prevista no art. 4º, III, da Lei nº 13.431/2017: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação”.

A alternativa C está incorreta, pois a violência institucional está prevista no art. 4º, IV, da Lei nº 13.431/2017: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização”.

A alternativa D está correta, pois a violência por negligência não está prevista na Lei nº 13.431/2017 como uma forma de violência. Cumpre destacar que a referida norma afirma que, para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência institucional e violência patrimonial.

A alternativa E está incorreta, pois a violência patrimonial está prevista no art. 4º, V, da Lei nº 13.431/2017: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência: V - violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluídos os destinados a satisfazer suas necessidades, desde que a medida não se enquadre como educacional. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022)”.

## QUESTÃO 16. São princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

I. Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal.

II. Interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

III. Obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

IV. Oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a serem ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§1º e 2º do art. 28 desta Lei.

Quais estão integralmente corretos?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas I, II e IV.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois apenas os itens I, II, e IV estão integralmente corretos. A questão aborda o conhecimento sobre os princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção.

O item I está correto, nos termos do art. 100, parágrafo único, I, do ECA: “Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas: I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal”.

O item II está correto, conforme o disposto no art. 100, parágrafo único, IV, do ECA: “IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”.

O item III está incorreto, pois o conteúdo do item não traz a integralidade da redação expressa do inciso XI do parágrafo único do art. 100 do ECA: “XI - obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa”.

O item IV está correto, pois está em conformidade com o art. 100, parágrafo único, XII, do ECA: “XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei”.

**QUESTÃO 17. Valentin, de 13 anos de idade, foi representado pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. O adolescente foi citado, porém, na data da audiência de apresentação, deixou de comparecer ao ato. Nesse caso, o defensor público deverá formular o pedido de:**

**a) Expedição de mandado de condução coercitiva, pois é indispensável a presença do infante na audiência de apresentação.**

**b) Expedição de mandado de busca e apreensão, pois é indispensável a presença do infante na audiência de apresentação.**

**c) Prosseguimento do feito, com decretação de revelia.**

**d) Dispensa de comparecimento do infante e prosseguimento do feito, pois sua presença não é obrigatória e a previsão do ECA é inconstitucional.**

**e) Suspensão do processo até que o adolescente compareça voluntariamente ao fórum.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre a audiência de apresentação.

A alternativa D está correta. De acordo com a literalidade da redação expressa do art. 187 do ECA, deveria ser expedido o mandado de condução coercitiva, in verbis: “Art. 187. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva”. Contudo, cumpre destacar o conteúdo da tese institucional nº 05 aprovada no 7º Encontro Anual de Teses Institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná que afirma que: “É inconstitucional e inconveniente a expedição de condução coercitiva e mandado de busca e apreensão para obrigar o adolescente a comparecer em audiência de apresentação”.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa D.

**QUESTÃO 18. A Defensoria Pública, após ser procurada por Benedita e diante da omissão do Município em fornecer professor auxiliar ao infante Benedito, autista, ingressou com ação civil pública na Vara da Infância e Juventude. Na petição inicial, foi realizado pedido de tutela de urgência. No entanto, o Juízo indeferiu o pedido. Dessa decisão cabe:**

- a) Apelação, no prazo de 20 dias úteis.**
- b) Agravo de instrumento, no prazo de 30 dias corridos.**
- c) Agravo de instrumento, no prazo de 30 dias úteis.**
- d) Apelação, no prazo de 30 dias corridos.**
- e) Agravo de instrumento, no prazo 20 dias corridos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre recursos.

A alternativa C está correta. No caso apresentado, o recurso cabível é agravo de instrumento, consoante previsão expressa no art. 1.015, I, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias”. No que se refere ao prazo, inicialmente cumpre destacar que o art. 198, II, do ECA prevê o prazo de 10 (dez) dias para a interposição dos recursos no âmbito dos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude: “Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações”. De acordo com o entendimento do STJ, o prazo do ECA restringe-se aos procedimentos especiais regulados pelos artigos 152 e 197, entre os quais não se enquadra a ação civil pública. Dessa forma, no caso narrado, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que disciplina que, salvo nos embargos de declaração, o prazo recursal é sempre quinzenal, conforme art. 1.003, §5º, do CPC: “§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias”. Ademais, o prazo computa-se somente em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC: “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis”. Sendo contado em dobro para a Defensoria Pública, consoante a previsão do art. 186 do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”. Portanto, da decisão cabe agravo de instrumento, no prazo de 30 dias úteis.

As alternativas A e D estão incorretas, pois o agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência, nos termos do art. 1.015, I, do CPC: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias”.

As alternativas B e E estão incorretas, pois o prazo de interposição do recurso é de 30 dias úteis. Inicialmente cumpre destacar que o art. 198, II, do ECA prevê o prazo de 10 (dez) dias para a interposição dos recursos no âmbito dos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude: “Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações”. De acordo com o entendimento do STJ, o prazo

do ECA restringe-se aos procedimentos especiais regulados pelos artigos 152 e 197, entre os quais não se enquadra a ação civil pública. Dessa forma, no caso narrado, aplica-se a regra geral do Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que disciplina que, salvo nos embargos de declaração, o prazo recursal é sempre quinzenal, conforme art. 1.003, §5º, do CPC: “§ 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias”. Ademais, o prazo computa-se somente em dias úteis, nos termos do art. 219 do CPC: “Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis”. Sendo contado em dobro para a Defensoria Pública, consoante o disposto no art. 186 do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”.

**QUESTÃO 19. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no HC 769197/RJ, de Relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, pode ser considerado correto o seguinte procedimento processual de apuração de ato infracional:**

**a) Representação → defesa prévia → audiência de instrução → oitiva do adolescente como último ato → sentença.**

**b) Representação → audiência de apresentação com carga probatória → defesa prévia → audiência em continuação → sentença.**

**c) Representação → audiência de apresentação sem carga probatória → defesa prévia → audiência em continuação → oitiva do adolescente como último ato → sentença.**

**d) Representação → audiência una de apresentação e continuação → sentença.**

**e) Representação → defesa prévia → audiência de apresentação sem carga probatória → audiência em continuação → oitiva do adolescente como último ato → sentença.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre o procedimento processual de apuração de ato infracional.

As alternativas A e E estão incorretas, pois a defesa prévia não ocorre logo após a representação. De acordo com o art. 184 do ECA, oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, in verbis: “Art. 184. Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo”.

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no HC 769197/RJ: “b) é vedada a atividade probatória na audiência de apresentação, e eventual colheita de confissão nessa oportunidade não poderá, de per se, lastrear a procedência da representação”.

A alternativa C está correta, nos termos do HC 769197/RJ, cujo trecho da ementa é exposto a seguir: “8. Assim, propõe-se o aperfeiçoamento da recente jurisprudência desta Corte, para fixação das seguintes orientações: a) em consonância com o art. 184 do ECA, oferecida a representação, a autoridade

judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, e decidirá, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação provisória e sobre a remissão, que pode ser concedida a qualquer tempo antes da sentença; b) é vedada a atividade probatória na audiência de apresentação, e eventual colheita de confissão nessa oportunidade não poderá, de per se, lastrear a procedência da representação; c) diante da lacuna na Lei n. 8.069/1990, aplica-se de forma supletiva o art. 400 do CPP ao procedimento especial de apuração do ato infracional, garantido ao adolescente o interrogatório ao final da instrução, perante o Juiz competente, depois de ter ciência do acervo probatório produzido em seu desfavor; d) o novo entendimento é aplicável aos processos com instrução encerrada após 3/3/2016, conforme julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 127.900/AM, Rel. Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno e e) regra geral, para acolhimento da tese de nulidade, faz-se necessário que a defesa a aponte em momento processual oportuno, quando o prejuízo à parte é identificável por mero raciocínio jurídico, por inobservância do direito à autodefesa”.

A alternativa D está incorreta, pois, segundo o STJ, é garantido ao adolescente sua oitiva como último ato da instrução antes da sentença. Nos termos do HC 769197/RJ: “c) diante da lacuna na Lei n. 8.069/1990, aplica-se de forma supletiva o art. 400 do CPP ao procedimento especial de apuração do ato infracional, garantido ao adolescente o interrogatório ao final da instrução, perante o Juiz competente, depois de ter ciência do acervo probatório produzido em seu desfavor”.

**QUESTÃO 20. Segundo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Os povos indígenas, no exercício do seu direito à livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas aos seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas.**

**b) Toda pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade**

**c) Não se procederá a nenhuma remoção sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados, nem sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, opção do regresso.**

**d) Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos Indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando seja possível, à educação em sua própria cultura e idioma.**

**e) Os povos indígenas têm direito a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com os procedimentos determinados pelo Estado do qual são naturais, assim como a manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.**

### **Comentários**

A alternativa a ser assinalada é a **letra E**. A questão cobra conhecimento sobre dispositivos legais expressos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Cuidado, pois é necessário assinalar a alternativa incorreta.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de disposição expressa na Declaração, vejamos: “Artigo 4 Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a dispõem dos meios para financiar suas funções autônomas.”

A alternativa B está incorreta. O direito é reconhecido de maneira clara, nesse sentido: “Artigo 6 Todo indígena tem direito a uma nacionalidade.”

A alternativa C está incorreta. A garantia é prevista no art. 10º da Declaração. Vale destacar o texto: “Artigo 10 Os povos indígenas não serão removidos à força de suas terras ou territórios. Nenhum traslado se realizará sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados e sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, com a opção do regresso”.

A alternativa D está incorreta. O dever do Estado também é previsto de maneira expressa na Declaração. *In verbis*: “Artigo 14 (...) 3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que os indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de suas comunidades, tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma”.

A alternativa E está correta. Os povos indígenas podem participar de forma plena da vida política, financeira e cultural do país, conservando suas próprias instituições, sem qualquer prejuízo. Vejamos a determinação: “Artigo 5 Os povos indígenas têm o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado”.

**QUESTÃO 21. Considerando o entendimento adotado pelos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é correto afirmar que:**

**a) No caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, a Corte IDH atribuiu interpretação evolutiva ao art. 21 da CADH e tratou sobre o direito de propriedade de terras por comunidades tradicionais.**

**b) No julgamento do caso Comunidade Moiwana vs. Suriname, a Corte IDH reconheceu a impossibilidade de aplicação em seu âmbito do fenômeno conhecido como greening ("esverdeamento dos direitos humanos"), que consiste na proteção de direitos ambientais nos sistemas regionais de direitos humanos.**

**c) O caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil foi a primeira condenação do Estado brasileiro perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos decorrente da violação de direitos dos povos indígenas.**

**d) No caso Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu Vs. Brasil (Caso Bela Monte), a Comissão Interamericana entendeu não ser cabível a fixação de medidas cautelares contra o Estado brasileiro por tratar-se de empreendimento de grande porte e importante para o desenvolvimento econômica**

**e) No caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil, a Corte entendeu como razoável e justificada a demora para conclusão, pelo Estado brasileiro, do processo administrativo de homologação e titulação do território Xucuru.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Corte Interamericana asseverou, de forma expressa, que adota a interpretação evolutiva dos instrumentos internacionais, de forma que o art. 21 da Convenção deve ser entendido de forma a abranger o direito de propriedade de terras por comunidades tradicionais. Vejamos importante trecho dessa decisão: “148. Através de uma interpretação evolutiva dos instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos, levando em consideração as normas de interpretação aplicáveis e, conforme o artigo 29.b da Convenção - que proíbe uma interpretação restritiva dos direitos, esta Corte considera que o artigo 21 da Convenção protege o direito à propriedade num sentido que compreende, entre outros, os direitos dos membros das comunidades indígenas no contexto da propriedade comunal, a qual também está reconhecida na Constituição Política da Nicarágua.”.

A alternativa B está incorreta. A decisão da Corte pondera o exato oposto do afirmado na alternativa, uma vez que é reconhecida a importância de proteção do meio-ambiente dentro do contexto das tutelas regionais dos Direitos Humanos.

A alternativa C está incorreta. O caso diz respeito aos trabalhadores submetidos a trabalho escravo na fazenda Brasil Verde, não se relacionando de forma direta com violação de direito de povos indígenas. Nesse ponto, a primeira condenação do Brasil foi no caso Povo Indígena Xucuru e seus membros Vs. Brasil.

A alternativa D está incorreta. A Comissão fixou diversas medidas cautelares no caso Belo Monte, ponderando pela necessidade de proteção da vida e integridade pessoal dos membros dos povos da bacia do Xingú. Trata-se, em cognição sumária, de uma valoração ao direito à vida, em prejuízo do empreendimento econômico.

A alternativa E está incorreta. A Corte, diante da análise de critérios objetivos, previamente instituídos em outros casos de sua jurisdição, determinou que o procedimento administrativo foi excessivamente moroso, em especial quanto a homologação e a titulação do território Xucuru.

**QUESTÃO 22. De acordo com as Regras de Bangkok, é INCORRETO afirmar que:**

**a) Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social, considerando suas responsabilidades como fonte de cuidado, assim como sua preferência pessoal e a disponibilidade de programas e serviços apropriados.**

**b) Apesar de tratar sobre mulheres privadas de liberdade, as Regras de Bangkok não preveem a possibilidade de suspender, por um período razoável, a medida privativa de liberdade de mulheres responsáveis pela guarda de crianças, levando em consideração o melhor interesse das crianças.**

**c) Os serviços de saúde da prisão deverão prover ou facilitar programas de tratamento especializados a mulheres usuárias de drogas.**

**d) Não se aplicarão sanções de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres gestantes nem a mulheres com filhos ou em período de amamentação.**

**e) Mulheres presas devem ter o mesmo acesso que mulheres não privadas de liberdade da mesma faixa etária a medidas preventivas de atenção à saúde de particular relevância para mulheres, incluindo exames ginecológicos.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de disposição expressa na Regras de Bangkok, vejamos: 4. Alocação Regra 4 Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social, considerando suas responsabilidades como fonte de cuidado, assim como sua preferência pessoal e a disponibilidade de programas e serviços apropriados.

A alternativa B está correta. A previsão de suspensão pode ser vislumbrada de forma explícita. In verbis: “2. Ingresso Regra 2 2. Antes ou no momento de seu ingresso, deverá ser permitido às mulheres responsáveis pela guarda de crianças tomar as providências necessárias em relação a elas, incluindo a possibilidade de suspender por um período razoável a medida privativa de liberdade, levando em consideração o melhor interesse das crianças”

A alternativa C está incorreta. O direito é reconhecido de maneira clara, nesse sentido: Regra 15 Os serviços de saúde da prisão deverão prover ou facilitar programas de tratamento especializados a mulheres usuárias de drogas, considerando anterior vitimização, as necessidades especiais das mulheres gestantes e mulheres com crianças, assim como a diversidade cultural de suas experiências

A alternativa D está incorreta. A garantia é prevista na regra 22 do instrumento. “Regra 22 Não se aplicarão sanções de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres gestantes, nem a mulheres com filhos/as ou em período de amamentação.”

A alternativa E está incorreta. O acesso é garantido pelo próprio texto das Regras de Bangkok: “Regra 18 Mulheres presas devem ter o mesmo acesso que mulheres não privadas de liberdade da mesma faixa etária a medidas preventivas de atenção à saúde de particular relevância para mulheres, tais como o teste de Papanicolau e exames de câncer de mama e ginecológico.”.

**QUESTÃO 23. Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar que:**

**a) Ninguém pode ser submetido à detenção ou ao encarceramento arbitrários, salvo na hipótese de sanção disciplinar imposta a pessoas privadas de liberdade para cumprimento de sentença condenatória transitada em julgado.**

**b) Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, sendo vedada a proibição de propaganda a favor da guerra ou apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.**

c) Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família e da sociedade, ressalvadas as distinções estabelecidas por lei entre direitos dos filhos nascidos fora do casamento e daqueles nascidos dentro do casamento.

d) Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação por causa da sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas, salvo na hipótese de expulsão coletiva de estrangeiros.

e) Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

### Comentários

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Convenção não é possível verificar a exceção apresentada. “ARTIGO 7 Direito à Liberdade Pessoal 3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.”

A alternativa B está incorreta. A própria lei deve proibir propaganda em favor da guerra e apologia ao ódio. “ARTIGO 13 (...) 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.”

A alternativa C está incorreta. Não é possível a distinção entre filhos havidos no casamento ou fora deste. “ARTIGO 17 Proteção da Família 5. A lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro do casamento.”

A alternativa D está incorreta. Há vedação expressa para a expulsão coletiva de estrangeiros. “ARTIGO 22 Direito de Circulação e de Residência 9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.”

A alternativa E está correta. A assertiva reproduz texto exato da Convenção, como pode ser verificado: “ARTIGO 8 Garantias Judiciais 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

**QUESTÃO 24.** "Quanto ao direito à defesa, a Corte afirmou que é um componente central do devido processo, que obriga o Estado a tratar ao indivíduo em todo momento como um verdadeiro sujeito do processo, no mais amplo sentido deste conceito, e não simplesmente como objeto do mesmo [...]. Igualmente, considerou que nomear um defensor de ofício apenas com o objetivo de cumprir um formalismo processual equivaleria a não contar com defesa técnica, de modo que é imperativo que este defensor atue de maneira diligente". O trecho, extraído do

**Boletim Jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos nº 4 (set-dez, 2015), refere-se ao seguinte caso:**

- a) Fontevecchia e D'Amico vs. Argentina.**
- b) Gonzales Luy e outros vs. Equador.**
- c) Defensor de Direitos Humanos e outros vs. Guatemala.**
- d) Ruano Torres e outros vs. El Salvador.**
- e) Atala Riffo e crianças vs. Chile.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O caso Fontevecchia trata sobre a restrição de liberdade de expressão de dois jornalistas, em razão de condenação pelo tribunal nacional argentino.

A alternativa B está incorreta. Gonzales Luy Vs Equador é o julgado que apreciou a questão referente a discriminação contra crianças com HIV, frente ao direito a educação.

A alternativa C está incorreta. O Boletim Jurisprudencial apresentou apenas a solução referente a resolução de supervisão emitida pela Corte, uma vez que os representantes das vítimas pontuaram que o Estado violou o princípio da proteção, através da anonimidade da publicação da sentença.

A alternativa D está correta. O caso reproduz texto exato do Boletim Jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, cujo subtítulo é “Caso Ruano Torres e outros Vs. El Salvador (direito de defesa)”.

A alternativa E está incorreta. O caso Atala Riffo, que trata sobre a invasão do Estado na vida privada, em relação a questões de intimidade, não foi apreciada no Boletim Jurisprudencial.

**QUESTÃO 25. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando os atos normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).**

- a) Pessoas autodeclaradas parte da população LGBT submetidas à perseguição penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil.**
- b) A autoidentificação do indivíduo como pertencente a determinado povo indígena não lhe retira a condição de titular dos direitos reconhecidos a todo e qualquer brasileiro ou, no caso de migrantes, dos direitos reconhecidos aos estrangeiros nessa condição, que eventualmente estejam em território nacional.**
- c) O ingresso em juízo de povos indígenas, suas comunidades e organizações em defesa de seus direitos e interesses depende de prévia constituição formal como pessoa jurídica.**

**d) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, não podendo constituir óbice de acesso às unidades judiciárias e ao atendimento humanizado e personalizado o não acompanhamento por responsável em caso de crianças e adolescentes.**

**e) A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos que envolvam interesses dos indígenas não retira a necessidade de Intimação do povo interessado para viabilizar sua direta participação, ressalvados os povos isolados e de recente contato.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Resolução Nº 348 de 13/10/2020 “Art. 6º Pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI submetidas à perseguição penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil, como previsto na Resolução CNJ nº 270/2018.”

A alternativa B está incorreta. O texto pode ser encontrado, palavra por palavra, na Resolução Nº 454 de 22/04/2022 “Art. 4º (...) § 2º A autoidentificação do indivíduo como pertencente a determinado povo indígena não lhe retira a condição de titular dos direitos reconhecidos a todo e qualquer brasileiro ou, no caso de migrantes, dos direitos reconhecidos aos estrangeiros nessa condição que eventualmente estejam em território nacional.”

A alternativa C está correta. A Resolução Nº 454 de 22/04/2022 dispõe de maneira contrária ao afirmado na alternativa. Não haverá necessidade de constituir, formalmente, pessoa jurídica para ingresso em juízo dos povos indígenas, em defesa de seus direitos. Vejamos: “Art. 10. Para os fins desta Resolução, o ingresso em juízo de povos indígenas, suas comunidades e organizações em defesa de seus direitos e interesses independe de prévia constituição formal como pessoa jurídica.”

A alternativa D está incorreta. Na Resolução Nº 425 de 08/10/2021 pode ser verificada a veracidade da alternativa. In verbis: “Art. 5º As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, não podendo constituir óbice de acesso às unidades judiciárias e ao atendimento humanizado e personalizado: V – o não acompanhamento por responsável em caso de crianças e adolescentes.”

A alternativa E está incorreta. A Resolução Nº 454 de 22/04/2022 prevê tanto a necessidade de intimação dos interessados, quanto a própria exceção referente aos povos isolados e de recente contato. Observe: “Art. 12. Dar-se-á preferência à forma pessoal para as citações de indígenas, suas comunidades ou organizações. § 1º A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos que envolvam interesses dos indígenas não retira a necessidade de intimação do povo interessado para viabilizar sua direta participação, ressalvados os povos isolados e de recente contato.”

**QUESTÃO 26. Sobre o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:**

**a) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é composta por 11 membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.**

**b) Todo Estado parte pode, no momento do depósito do instrumento de ratificação ou adesão a Convenção Americana de Direitos Humanos, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um estado parte alegue haver outro Estado parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos nessa Convenção.**

**c) A Corte Interamericana é composta de 7 juízes nacionais dos Estados membros da Organização, podendo haver dois juízes da mesma nacionalidade.**

**d) Somente os Estados parte, a Comissão e organizações internacionais de defesa dos direitos humanos têm direito de submeter caso à decisão da Corte.**

**e) A sentença da Corte será definitiva, podendo contra ela ser interposto recurso no prazo de 10 dias.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A CIDH será composta de apenas sete membros.

A alternativa B está correta. A assertiva apresenta o texto literal de dispositivo legal da Convenção, como pode ser verificado: “ARTIGO 45 1. Todo Estado-Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece a competência da Comissão para receber e examinar as comunicações em que um Estado-Parte alegue haver outro Estado-Parte incorrido em violações dos direitos humanos estabelecidos nesta Convenção.”.

A alternativa C está incorreta. Existe vedação expressa sobre a possibilidade de dois juízes da mesma nacionalidade.

A alternativa D está incorreta. A competência para submeter casos à decisão da Corte é dos Estados-Partes e da própria Comissão, não havendo previsão sobre organizações internacionais.

A alternativa E está incorreta. A alternativa desafia texto da Convenção, como pode ser observado: “ARTIGO 67 A sentença da Corte será definitiva e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á, a pedido de qualquer das partes, desde que o pedido seja apresentado dentro de noventa dias a partir da data da notificação da sentença.”.

**QUESTÃO 27. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), é correto afirmar que:**

**a) Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos Instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos.**

**b) O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros, o direito a ser valorizada e educada dentro de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.**

**c) Aos Estados parte convêm adotar, imediatamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a promover e apoiar programas de educação governamentais para conscientizar o público sobre os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados à essa violência.**

**d) Para a adoção de proteção à mulher vítima de violência, os Estados parte levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável à violência por sua raça, origem étnica, condição de gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação socioeconômica desfavorável, sendo irrelevantes a condição de migrante, de refugiada ou de deslocada.**

**e) Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência na esfera pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra A**. Esta questão é passível de Recurso, pois no entendimento do professor, há duas alternativas corretas.

A alternativa A está correta. Em termos expressos da própria Convenção de Belém do Pará, é possível verificar que a alternativa trata-se de reprodução do art.5. Observe: “Artigo 5 Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos”.

A alternativa B está incorreta. O direito de ser educada deve ser livre de padrões estereotipados, conforme dita a Convenção: “Artigo 6 O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: b. o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.”.

A alternativa C está incorreta. A adoção não deve ser imediata, mas de forma progressiva, conforme dispõe o instrumento: “Artigo 8 Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:”.

A alternativa D está incorreta. As condições de migrante, refugiada ou deslocada são expressas na Convenção: “Artigo 9 Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Partes levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos.”.

A alternativa E está incorreta. Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência tanto na esfera pública quanto privada. A alternativa “E” não fala em exclusividade da esfera pública, de forma que é possível afirmar que, em verdade, trata-se de uma alternativa correta, apenas incompleta. O fato de não ter reproduzido o exato texto da Convenção, entretanto, neste caso específico, não prejudica a validade da assertiva, uma vez não apresenta qualquer ponto sobre exclusão da esfera privada. Destaca-se, para fins de esclarecimento, o dispositivo convencional em questão: “Artigo 3 Toda mulher tem direito a ser livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada.”.

**QUESTÃO 28. Sobre os casos do Brasil levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é correto afirmar que:**

**a) No caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil, a Corte Interamericana condenou o Estado brasileiro pela violação da obrigação de processar e condenar, como também de prevenir essas práticas degradantes (art. 7 da Convenção de Belém do Pará c/c artigos 8 e 25 da CADH e sua relação com o art. 1.1, também da CADH). -**

**b) No julgamento do caso Ximenes Lopes Vs. Brasil, a Corte, entre outros, estabeleceu o dever do Estado em elaborar a política antimanicomial.**

**c) No caso Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu vs. Brasil (Caso Belo Monte), a Corte condenou o Estado brasileiro pela violação ao direito de consulta estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.**

**d) No caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (caso Guerrilha do Araguaia), a Corte condenou o Estado brasileiro e, entre outras medidas, reformou a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 e declarou a Inconstitucionalidade da lei de anistia.**

**e) O Caso Tavares Pereira e outros vs. Brasil não teve o seu mérito julgado pela Corte Interamericana em razão da sua inadmissibilidade devido ao não esgotamento dos recursos internos.**

### **Comentários**

A alternativa correta a ser assinalada é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O caso Maria da Penha nunca foi a julgamento na Corte, havendo apenas recomendações da Comissão.

A alternativa B está correta. Não se trata de condenação expressa para elaboração de políticas públicas, mas possível extrair tal entendimento por meio de interpretação e contextualização da decisão, que reconhece os esforços brasileiros em sua política, especialmente quanto ao ponto nº8 das disposições, que possui a seguinte redação: “8. O Estado deve continuar a desenvolver um programa de formação e capacitação para o pessoal médico, de psiquiatria e psicologia, de enfermagem e auxiliares de enfermagem e para todas as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental, em especial sobre os princípios que devem reger o trato das pessoas portadoras de deficiência mental, conforme os padrões internacionais sobre a matéria e aqueles dispostos nesta Sentença, nos termos do parágrafo 250 da presente Sentença.”.

A alternativa C está incorreta. O caso ainda não foi sentenciado, de forma que não é possível falar em condenação do Brasil no caso Belo Monte.

A alternativa D está incorreta. A Corte não possui competência para atuar como quarta instância, reformando decisões dos tribunais nacionais. Válido, entretanto, pontuar que a Corte declarou a incompatibilidade – e não inconstitucionalidade - da Lei de Anistia com a Convenção Americana.

A alternativa E está incorreta. No caso Tavares Pereira Vs. Brasil, houve julgamento de mérito, sendo superada a preliminar de não esgotamento dos recursos internos

**QUESTÃO 29.** João, de 19 anos de idade, estava em uma festa à noite quando percebeu que seu amigo, Pedro, de 17 anos de idade, estava muito embriagado. Na intenção de ajudar o amigo, João, que não tinha bebido, não tinha carteira de habilitação, mas sabia conduzir motocicletas, pegou a motocicleta de Flávio para levar Pedro para casa. No caminho, João derrapou em uma curva e os dois sofreram um acidente. João teve leves escoriações, mas Pedro teve traumatismo craniano e veio a óbito. João foi denunciado por homicídio culposo, por imprudência em dirigir a moto, pois não tinha carteira de motorista. De acordo com a dogmática penal e a doutrina, assinale a alternativa correta.

a) João não pode receber o benefício do perdão judicial, pois não tinha carteira de motorista, e o delito do art. 306 do CTB é de perigo abstrato.

b) O fato de ser desabilitado para dirigir motocicleta é insuficiente para reconhecer a violação ao dever objetivo de cuidado, necessário ao tipo culposo.

c) A falta de habilitação de João é suficiente para demonstrar a imprudência ao dirigir a motocicleta, pois ocasionou a morte de Pedro, restando bem delineada sua conduta culposa.

d) Crime culposo é o que se verifica quando o agente, deixando de observar o dever objetivo de cuidado, por imprudência ou negligência, realiza voluntariamente uma conduta que produz um resultado naturalístico indesejado, não previsto nem querido, mas objetivamente previsível, e excepcionalmente previsto e querido, que podia, com a devida atenção, ter evitado.

e) O crime do art. 306 (conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool ou de outra substância psicoativa) e do art. 309 (dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão para dirigir ou habilitação) do CTB são ambos de perigo concreto, devendo ser comprovado perigo real (concreto) na ação de conduzir veículo automotor.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre homicídio culposo e delitos do Código de Trânsito Brasileiro.

A alternativa A está incorreta. Pois João não deverá responder pelo delito descrito no art. 306 do CTB e diferentemente do afirmado, poderá sim receber o perdão judicial, aplicando-se por analogia a previsão do homicídio culposo do CP.

A alternativa B está correta. Segundo a jurisprudência do STJ, a falta de habilitação não enseja a presunção de culpa. Ou seja, o fato de João não possuir habilitação, não pode levá-lo à previsão de culpa ou de violação do dever objetivo de cuidado. Conforme julgado: “Acrescente-se, ainda, que não há falar em concorrência de culpas pelo sinistro em razão de a autora ter emprestado a motocicleta à pessoa não habilitada, ou então, de que a vítima contribuiu para o sinistro por não possuir carteira de habilitação. Isso porque a falta de habilitação legal constitui infração de natureza administrativa, nos

termos do artigo 162 do CTB. Trata-se, portanto, de sanção imposta administrativamente, no âmbito da legislação de trânsito, cuja irregularidade não guarda relação com a culpabilidade no infortúnio."

A alternativa C está incorreta. A alternativa não evidenciou em nenhum momento que houve por parte de João condutas negligentes, imprudentes ou de imperícia, exigidas para a configuração do delito na modalidade culposa. O fato dele conduzir o veículo automotor sem a devida habilitação configura tipificação própria, que não se confunde com o crime de homicídio culposos, o qual exige a violação do dever objetivo de cuidado.

A alternativa D está incorreta. A alternativa incompleta, pois faltou mencionar a imperícia como característica do crime culposos. "Crime culposos é o que se verifica quando o agente, deixando de observar o dever objetivo de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, realiza voluntariamente uma conduta que produz um resultado naturalístico indesejado, não previsto nem querido, mas objetivamente previsível, e excepcionalmente previsto e querido, que podia, com a devida atenção, ter evitado."

A alternativa E está incorreta. O crime previsto no art. 309 do CTB é delito formal e de perigo concreto, pois para sua configuração é necessário que o agente esteja conduzindo o veículo automotor de forma anormal, perigosa, trazendo potencialidade lesiva à incolumidade pública. Já o crime previsto no art. 306 do CTB é um delito de mera conduta e de perigo abstrato, não exigindo a ocorrência de resultado naturalístico para a sua consumação. A simples condução de veículo automotor com concentração de álcool no sangue superior à permitida em lei já configura o tipo penal.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

**QUESTÃO 30. Sobre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, de acordo com o Código Penal e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.**

**a) Conforme o entendimento atualmente adotado pelas duas Turmas de Direito Penal do Superior Tribunal de Justiça, a reincidência em crimes da mesma espécie não equivale à específica para obstar a substituição da pena.**

**b) No caso de acusado que possui reincidência em qualquer delito, fica obstada a substituição de que trata o art. 44, § 3º, do CP.**

**c) As penas restritivas de direitos não são autônomas e estão vinculadas às penas privativas de liberdade.**

**d) Na condenação igual ou superior a dois anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.**

**e) Consoante o art. 44, §3º, do CP, o condenado reincidente pode ter sua pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos, se a medida for socialmente recomendável e a reincidência não se operar no mesmo crime.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a previsão de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A alternativa A está incorreta. Pois a reincidência em crimes da mesma espécie equivale exatamente a reincidência específica.

A alternativa B está incorreta. Diverge do disposto no art. 44, §3º, do CP: “Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.”

A alternativa C está incorreta. Pois as penas restritivas de direitos são autônomas, segundo o *caput* do art. 44 do CP: “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade.”

A alternativa D está incorreta. Pois o prazo é de um ano e não de dois anos, conforme disposto no art. 44, §2º, do CP: “Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.”

A alternativa E está correta. Conforme a literalidade do art. 44, §3º, do CP: “Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.”

### **QUESTÃO 31. Sobre os delitos contra a vida, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto para um terço.**

**b) Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou discriminação à condição de mulher.**

**c) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.**

**d) O feminicídio é uma qualificadora de ordem subjetiva, incidindo sempre que o crime estiver atrelado à violência doméstica e familiar propriamente dita, de acordo com a jurisprudência do STJ.**

**e) As qualificadoras objetivas do crime de homicídio, previstas nos incisos III e IV do §2º do art. 121 do CP, são compatíveis com o dolo eventual.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata sobre os delitos contra a vida.

A alternativa A está correta. Em consonância com o art. 121, §1º, do CP: "Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço".

A alternativa B está correta. Conforme a previsão do art. 121, §2ºA, incisos I e II, do CP: "Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher."

A alternativa C está correta. Segundo a literalidade do art. 121, § 5º, do CP: "Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária."

A alternativa D está incorreta. Pois conforme a jurisprudência do STJ, prevalece que o feminicídio é qualificadora de ordem objetiva (STJ HC 433.898).

A alternativa E está correta. De acordo com a jurisprudência do STJ (AgRg no AgRg no Recurso Especial nº 1836556 - PR (2019/0266545-4): "A jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal – STF oscila a respeito da compatibilidade ou incompatibilidade do dolo eventual no homicídio com as qualificadoras objetivas (art. 121, § 2º, III e IV). (...) elege-se o posicionamento pela compatibilidade, em tese, do dolo eventual também com as qualificadoras objetivas (art. 121, § 2º, III e IV, do CP). Em resumo, as referidas qualificadoras serão devidas quando constatado que o autor delas se utilizou dolosamente como meio ou como modo específico mais reprovável para agir e alcançar outro resultado, mesmo sendo previsível e tendo admitido o resultado morte."

**QUESTÃO 32. Sobre a Lei de Drogas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) De acordo com o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não é crime oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento para juntos a consumirem.**

**b) São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas promover estudos e avaliar os resultados das políticas sobre drogas.**

**c) Previsto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas, o tráfico privilegiado é a diminuição de pena concedida aos condenados que são primários, têm bons antecedentes e não integram organização criminosa.**

**d) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, §2º, alínea c, e do art. 44, ambos do CP.**

**e) O tráfico de drogas é crime de ação múltipla e a prática de um dos verbos contidos no art. 33, *caput*, é suficiente para a consumação da infração, sendo prescindível a realização de atos de venda do entorpecente.**

**Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**, portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre a Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas.

A alternativa A está incorreta. Pois em decisão recente do STF, restou deliberado que a posse ou o porte de maconha para uso pessoal (quantidade de até 40g ou 6 plantas fêmeas) não caracteriza o crime previsto na Lei nº 11.343/2006. Contudo, nada disse em relação ao delito do art. 33, §3º, da referida lei: “Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem”, permanecendo inalterado.

A alternativa B está correta. Conforme art. 8º-D, inciso XII, da Lei nº 11.343/2006: “promover estudos e avaliação dos resultados das políticas sobre drogas”.

A alternativa C está correta. De acordo com o disposto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas: “Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa”.

A alternativa D está correta. Em conformidade com o art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 e art. 59 do CP, observados os requisitos do art. 33, §2º, alínea c, e do art. 44, ambos do CP.

A alternativa E está correta. É exatamente o entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência sobre o tema.

### **QUESTÃO 33. Sobre os crimes de racismo, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) O crime de injúria racial, apesar de ter uma reprimenda baixa, configura uma forma de racismo.**

**b) Atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.**

**c) Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) pode ser aplicado em casos de crimes raciais.**

**d) O crime de racismo, como a injúria racial, é imprescritível, conforme previsto na Constituição Federal (art. 5º, inciso LXII).**

**e) O Supremo Tribunal Federal começou a decidir se o Estado brasileiro deve reconhecer que pratica racismo institucional e estrutural “por ações e omissões reiteradas” e, conseqüentemente, formule um plano nacional para o seu enfrentamento.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra C**, portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes de racismo, injúria racial e acordo de não persecução penal.

A alternativa A está correta. A injúria racial configura sim uma forma de racismo, e apesar da subjetividade apresentada na alternativa, com a alteração incluída pela Lei nº 14.532/2023, a pena

prevista no art. 2º-A da Lei nº 7.716/1989 é de reclusão de 2 a 5 anos e multa, podendo ser considerada uma reprimenda baixa.

A alternativa B está correta. Em consonância com a decisão do STF, a qual determinou que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.

A alternativa C está incorreta. Pois o STF decidiu no julgado RHC 222.599, que o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não pode ser aplicado em casos de crimes raciais, sob o argumento de que: “a delimitação do alcance material para a aplicação do acordo “despenalizador” e a inibição da persecutio criminis exige conformidade com o texto Constitucional e com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro internacionalmente, como limite necessário para a preservação do direito fundamental à não discriminação e à não submissão à tortura – seja ela psicológica ou física, ao tratamento desumano ou degradante, operada pelo conjunto de sentidos estereotipados que circula e que atribui tanto às mulheres quanto às pessoas negras posição inferior, numa perversa hierarquia de humanidades. 4. Considerada, pois, a teleologia da excepcionalidade imposta na norma e a natureza do bem jurídico a que se busca tutelar, tal como os casos previstos no inciso IV do art. 28 do CPP, o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não abarca os crimes raciais, assim também compreendidos aqueles previstos no art. 140, § 3º, do Código Penal (HC 154248)”

A alternativa D está correta. Tendo em vista o que restou decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), o crime de injúria racial configura uma forma de racismo e é imprescritível.

A alternativa E está correta. Conforme ADPF 973, intitulada de “Arguição das Vidas Negras”.

**QUESTÃO 34. Sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, criados pela Lei nº 14.197/2021, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) É crime impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral.**

**b) Não constitui crime contra o Estado Democrático de Direito a manifestação crítica aos poderes constitucionais, a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, reuniões, greves, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.**

**c) Alguns dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 foram condenados pela prática dos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.**

**d) O entendimento do STF para os atos de 8 de janeiro foi o de que, ao invadir os prédios dos três Poderes, os participantes estavam cometendo o crime “Abolição violenta de Estado Democrático de Direito”, que tem pena de 4 a 8 anos de prisão, e, ao mesmo tempo, o crime de “Golpe de Estado”, cuja pena é de 4 a 12 anos de reclusão.**

**e) Deve incidir o princípio da consunção, devendo o crime de “Abolição violenta do Estado Democrático de Direito” ser absorvido pelo crime de “Golpe de Estado”, cuja pena é maior.**

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito, criados pela Lei nº 14.197/2021 e a Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

A alternativa A está correta. Conforme o disposto no art. 359-N do CP: “Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral.”

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 359-T do CP: “Não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais nem a atividade jornalística ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, de reuniões, de greves, de aglomerações ou de qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.”

A alternativa C está correta. Em consonância com o decidido pelo STF, o qual condenou de forma cumulativa muitos dos envolvidos nos atos do dia 8 de janeiro de 2023, aos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

A alternativa D está correta. Exatamente o que ficou decidido na Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

A alternativa E está incorreta. Pois destoa do que restou determinado na Ação Penal nº 1.060/DF do STF.

## **QUESTÃO 35. Sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.**

**b) São efeitos da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de 1 a 5 anos.**

**c) É crime e caso de violência institucional impedir, sem justa causa a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.**

**d) Não é crime requisitar instauração de procedimento investigatório administrativo, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa.**

**e) É crime constranger a depor o acusado que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.**

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre os crimes de abuso de autoridade.

A alternativa A está correta. Conforme o *caput* do art. 2º da Lei nº 13.869/2019: “É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.”

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 4º, inciso II, da Lei nº 13.869/2019: “a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos”

A alternativa C está correta. Em consonância com o art. 20 da Lei nº 13.869/2019: “Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado”

A alternativa D está incorreta. Pois é previsto como crime, segundo o disposto no art. 27 da Lei nº 13.869/2019: “Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.”

A alternativa E está correta. Em conformidade com o art. 15 da Lei nº 13.869/2019: “Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.”

### **QUESTÃO 36. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que:**

**a) Não é crime de estupro de vulnerável a prática de ações de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.**

**b) Não é crime disponibilizar gratuitamente, por meio de conversas em redes sociais com amigos, fotografia ou vídeo, sem o consentimento da vítima, com cena de sexo, nudez ou pornografia.**

**c) No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, *caput*, do CP, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve sete ou mais repetições.**

**d) O Superior Tribunal de Justiça admite, diante da ligeireza ou da superficialidade da conduta, a desclassificação do delito de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).**

**e) O delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) só se consuma com a prática de conjunção carnal que seja ofensiva à dignidade sexual da vítima.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os crimes contra a dignidade sexual.

A alternativa A está incorreta. Em contradição com o art. 217-A, §1º, do CP: “Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no *caput* com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não

tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.”

A alternativa B está incorreta. Em desacordo com o delito tipificado no art. 218-C do CP: “Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.”

A alternativa C está correta. De acordo com a literalidade do Tema 1202 do STJ. O Superior Tribunal de Justiça afetou, em 29/06/2023, os Recursos Especiais nºs 2.029.482/RJ e 2.050.195/RJ, como paradigmas da controvérsia repetitiva descrita no Tema 1202, no qual se busca definir a: “Possibilidade de aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, nos crimes de estupro de vulnerável, ainda que não haja a indicação específica do número de atos sexuais praticados.”

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, o entendimento consolidado pelo STJ é da impossibilidade de desclassificação do delito de estupro de vulnerável para o delito de importunação sexual, conforme o Tema 1.121.

A alternativa E está incorreta. Pois o crime de estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato de libidinagem ofensivo à dignidade sexual da vítima. Para que se configure ato libidinoso, não se exige sequer contato físico entre ofensor e vítima.

**QUESTÃO 37. De acordo com a Lei Maria da Penha e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:**

**a) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Maria da Penha.**

**b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública e condicionada à representação da vítima.**

**c) A prática de crime ou contravenção contra a mulher no ambiente doméstico, com violência ou grave ameaça, não impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.**

**d) Não é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, mesmo que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não indicada a quantia, independentemente da instrução probatória específica.**

**e) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou nas contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta. Pois a Súmula nº 536 do STJ diz exatamente o oposto: “A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.”

A alternativa B está incorreta. Pois a ação penal relativa ao crime de lesão corporal (em qualquer modalidade) resultante de violência doméstica contra a mulher é pública e incondicionada à representação da vítima. Neste sentido, quando o STF decidiu pela constitucionalidade do art. 42 da Lei Maria da Penha, afastou qualquer possibilidade de incidência da Lei nº 9.099/95, tornando, até mesmo, os crimes de lesão corporal leve crimes de ação penal pública incondicionada.

A alternativa C está incorreta. Com amparo na Súmula 588 do STJ que diz: “A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.”

A alternativa D está incorreta. Pois é possível sim a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, sendo inclusive necessário que haja a formulação do pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não indicada a quantia, até porque não se indica quantia de patamar mínimo de indenização na petição inicial.

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula nº 589 do STJ: É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

**QUESTÃO 38. De acordo com a Lei nº 12.984/2014, que instituiu os crimes contra a discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS, são condutas puníveis com reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, EXCETO:**

**a) Recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.**

**b) Negar emprego ou trabalho.**

**c) Exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego.**

**d) Impedir ou dificultar a venda de bens ou serviços privados.**

**e) Divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de AIDS com intuito de ofender-lhe a dignidade.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. A questão trata sobre a Lei nº 12.984/20214 e os crimes contra a discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 1º, inciso I, da Lei nº 12.984/2014: “recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.”

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 1º, inciso II, da Lei nº 12.984/2014: “negar emprego ou trabalho.”

A alternativa C está correta. Em consonância com a literalidade do art. 1º, inciso III, da Lei nº 12.984/2014: “exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego.”

A alternativa D está incorreta. Pois inexistente tal previsão como uma das modalidades de condutas tipificadas na Lei nº 12.984/2014.

A alternativa E está correta. Segundo o art. 1º, inciso V, da Lei nº 12.984/2014: “divulgar a condição do portador do HIV ou de doente de aids, com intuito de ofender-lhe a dignidade.”

**QUESTÃO 39. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que: “A utilização de roupas sociais pelo réu durante seu julgamento pelo Tribunal do Júri é um direito e não traria qualquer insegurança ou perigo, tendo em vista a existência de ostensivo policiamento nos Fóruns do Estado”. A utilização de roupas do presídio por um acusado no Tribunal do Júri está associada a qual tema da Criminologia?**

**a) Escola Clássica da Criminologia e princípios do iluminismo.**

**b) Escola Positiva de Criminologia e anomia.**

**c) Neoliberalismo e política da lei e ordem.**

**d) Vitimologia e marxismo.**

**e) *Labelling approach* ou etiquetamento social e Criminologia crítica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre teorias criminológicas, seletividade penal e estigmatização do agente.

A alternativa A está incorreta. Pois a Escola Clássica da Criminologia e princípios do iluminismo nada tem a ver com o caso em tela.

A alternativa B está incorreta. Pois a Escola Positiva de Criminologia e a teoria da anomia em nada mencionam sobre a questão apresentada.

A alternativa C está incorreta. Pois o Neoliberalismo e política da lei e ordem não tratam do tema.

A alternativa D está incorreta. Pois a Vitimologia e o marxismo não abordam a questão do caso relatado.

A alternativa E está correta. Pois são essas teorias que tratam sobre o caso e de acordo com elas, ocorre a estigmatização do preso quando ele é forçado a utilizar roupas do presídio, na medida em que os próprios jurados já o veem como a figura de uma pessoa criminosa. Dessa maneira, segundo preconiza a teoria *Labelling approach* ou etiquetamento social, que é uma das vertentes da Criminologia crítica, conforme o tratamento que o sujeito recebe do Estado, ele acaba sendo taxado e estigmatizado como delinquente por todo o sistema e a sociedade.

**QUESTÃO 40. Os crimes contra a humanidade ou os genocídios, aqueles cometidos pelo Estado, são tratados pela Criminologia:**

- a) Clássica
- b) Crítica
- c) Preventiva
- d) Positiva
- e) Neoliberal

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. Passível de recurso, tendo em vista o subjetivismo apresentado onde seria defensável a teoria apresentada na alternativa B. A questão trata sobre teorias criminológicas.

A alternativa A está incorreta. Pois a Escola Clássica não trata sobre o tema.

A alternativa B está incorreta. Apresentada pela banca como incorreta, contudo, dentre as alternativas, a criminologia crítica é a que mais traz diversas referências às várias formas de destruição de grupos sociais praticadas pelo Estado, a exemplo da Necropolítica e do *Labelling approach*. A criminologia crítica questiona exatamente o tratamento dado pelo Estado.

A alternativa C está correta. Apontada pela banca como correta. A Criminologia Preventiva considera que os criminosos, mais cedo ou mais tarde, voltarão ao convívio social, assim, a pena deverá funcionar como instrumento de prevenção de novos delitos, passando um claro recado à sociedade para não cometerem crimes, bem como ao próprio criminoso para não reincidir. É dividida em geral e especial, sendo que ambas se subdividem em positivas e negativas.

A alternativa D está incorreta. Pois a Escola Positiva não se debruça sobre o tema.

A alternativa E está incorreta. Pois o Neoliberalismo não trata especificamente sobre o tema.

**QUESTÃO 41. O Sr. João Damião, agente inimputável, com problemas graves de saúde mental, encontra-se internado desde 21 de junho de 2023 no hospital de custódia Colônia, em Barbacena/MG, por uma condenação de 3 anos de detenção. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.**

- a) A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida, no mínimo, a cada dois anos, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.
- b) O juiz deverá encaminhar o condenado para hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, para outro estabelecimento adequado pelo prazo máximo de 3 anos.
- c) Não deve ser aplicada a Lei nº 12.216/2001, pois a tal Lei não trata de internação criminal.

**d) O juiz poderá submetê-lo diretamente a tratamento ambulatorial, de acordo com expressa previsão no CP, Lei nº 12.216/2001 e Resolução nº 487/2023 no CNJ.**

**e) O juiz somente deverá fixar a medida de segurança após a avaliação pelo médico psiquiatra do hospital de custódia.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre política antimanicomial.

A alternativa A está incorreta. Pois não se exige uma avaliação médica para que o juiz mude o regime.

A alternativa B está incorreta. Pois inexistente tal previsão.

A alternativa C está incorreta. Pois diversamente do apresentado, de acordo com a doutrina e a jurisprudência a política antimanicomial deve sim ser aplicada para as condenações criminais.

A alternativa D está correta. Apesar do erro no número da lei, é a alternativa correta. Conforme o CP, Lei nº 10.216/2001 e Resolução nº 487/2023 no CNJ.

A alternativa E está incorreta. Pois inexistente tal previsão.

**QUESTÃO 42. Sobre a dogmática penal e a criminologia cautelar, de acordo com a obra de Eugenio Zaffaroni e Matias Bailone, assinale a alternativa correta.**

**a) Hoje estamos diante de um dogmático jurídico-criminal alemão que, de certa forma, significa um retorno ao neokantismo.**

**b) Karl Biling foi um penalista dos anos do regime nazista, período de 1933 até 1945.**

**c) O famoso programa de “Marburg”, de George Dahn e Fredrich Schaffstein, se preocupava com o criminoso reincidente e não com os grandes criminosos, como os assassinos em série.**

**d) A magistratura de Weimar era principalmente formada pela classe trabalhadora.**

**e) O sistema de Edmund Mezger foi uma construção democrática, pois ele introduziu a analogia por derrogação ao princípio da legalidade no Código Penal alemão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre dogmática penal e a criminologia cautelar.

A alternativa A está correta. Pois atualmente os teóricos vêm aplicando as teorias alemãs do funcionalismo, quais sejam, o funcionalismo sistêmico, funcionalismo moderado de Roxin e Jakobs, desse modo, a doutrina e o próprio Zaffaroni dizem que isso seria um retorno ao Neokantismo.

A alternativa B está incorreta. A banca procurou induzir o candidato a erro, pois o correto seria Beling.

A alternativa C está incorreta. Pois “Marburg” é uma idealização de Franz Von Liszt.

A alternativa D está incorreta. Pois a magistratura de Weimar era caracterizada por formação de classe média/alta.

A alternativa E está incorreta. Pois na verdade Edmund Mezger introduziu a medida de segurança no Código Penal alemão.

**QUESTÃO 43. João, réu primário, de bons antecedentes, não integrante de organização criminosa nem dedicado a atividades criminosas, é condenado a 5 anos de prisão em razão de tráfico ilícito de entorpecentes. Na sentença, o juiz afasta a incidência da causa de diminuição de pena presente no art. 33, §4º da Lei nº 11.343/2006 (tráfico privilegiado) em razão da grande quantidade de drogas encontradas com João. A decisão do magistrado é:**

**a) Inatacável por recurso, vez que acertada, tendo em vista que um dos requisitos legais para a aplicação do tráfico privilegiado é que a quantidade de droga apreendida seja pequena, não havendo neste caso interesse recursal.**

**b) Inatacável por recurso, vez que acertada, tendo em vista que, apesar de não haver previsão legal expressa nesse sentido, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica ao entender que a grande quantidade de drogas afasta a causa de diminuição de pena do §4º, não havendo legitimidade recursal neste caso.**

**c) Passível de reforma via recurso de apelação, pois equivocada, pois apesar de previsão expressa impedindo a aplicação da minorante do tráfico privilegiado para casos de grande quantidade de drogas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica em afastar esse requisito em casos de réu primário.**

**d) Passível de reforma via recurso de apelação, pois equivocada, pois além de não haver previsão legal afastando a causa de diminuição de pena em razão da grande quantidade de droga apreendida, a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores indica que é errado afastar a minorante apenas em razão da elevada quantidade de drogas apreendida.**

**e) Passível de reforma via recurso de apelação, pois acertada, vez que por se tratar de crime hediondo, não há margem para aplicação da causa de diminuição de pena prevista no parágrafo quarto. Ainda assim, por se tratar de réu assistido pela Defensoria Pública há interesse e legitimidade recursal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A quantidade de droga não constitui requisito para o tráfico privilegiado, conforme se vê do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06: § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa B está incorreta. Conforme entendimento jurisprudencial, a quantidade de droga apreendida pode ser usada para aumentar a pena-base ou fracionar um minorante, mas não pode fundamentar a negativa do benefício do tráfico privilegiado (HC 867.097).

A alternativa C está incorreta. Não há vedação da concessão da minorante no tráfico privilegiado quando a quantidade de droga é elevada, conforme se vê do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06: § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

A alternativa D está correta. Contra a decisão condenatória do magistrado, é cabível recurso de apelação, conforme dispõe o artigo 593, I, do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, a quantidade de droga apreendida pode ser usada para aumentar a pena-base ou fracionar um minorante, mas não pode fundamentar a negativa do benefício do tráfico privilegiado (HC 867.097). A Terceira Seção desta Corte, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.887.511/SP (relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Seção, julgado em 9/6/2021, DJe de 1º/7/2021), definiu que a quantidade de substância entorpecente e a sua natureza não devem ser consideradas na fixação da pena-base, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, não sendo, portanto, pressuposto para a incidência da causa especial de diminuição de pena descrita no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Definiu-se, na ocasião, que "[a] utilização supletiva desses elementos para afastamento do tráfico privilegiado somente pode ocorrer quando esse vetor seja conjugado com outras circunstâncias do caso concreto que, unidas, caracterizem a dedicação do agente à atividade criminosa ou à integração a organização criminosa".

A alternativa E está incorreta. O pacote anticrime sedimentou entendimento jurisprudencial consolidado, por meio da inclusão do §5º, do artigo 112 da LEP – Lei n. 7.210/84, no sentido de que “§ 5º Não se considera hediondo ou equiparado, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

**QUESTÃO 44. Michele é presa em flagrante por roubo no dia 20/03/2024. Apesar da gravidade em abstrato do crime, o Ministério Público se manifesta pela liberdade provisória da investigada. A juíza plantonista decreta a prisão preventiva de Michele. Sobre o caso, analise as asserções abaixo:**

**I. A decisão da magistrada está equivocada.**

**PORQUE**

**II. Apesar de previsão legal expressa permitir a decretação da prisão preventiva de ofício, o entendimento jurisprudencial pacífico é pela impossibilidade de decretação da prisão preventiva sem provocação. No**

**Sobre as asserções acima e a relação entre elas, assinale a alternativa correta.**

**a) A asserção I é correta, e a II é falsa, logo não serve de justificativa para a primeira.**

**b) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira, mas não justifica a primeira.**

- c) As asserções I e II são verdadeiras, servindo a última de justificativa para a primeira.**
- d) As asserções I e II são verdadeiras, mas a última não serve de justificativa para a primeira.**
- e) As asserções I e II são falsas, portanto a segunda não serve de justificativa para a primeira.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Antes da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), a jurisprudência entendia que o juiz, após receber o auto de prisão em flagrante, poderia, de ofício, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva. Ocorre que a Lei nº 13.964/2019 revogou os trechos do CPP que previam a possibilidade de decretação da prisão preventiva ex officio. Nos termos do artigo 311 do Código de Processo Penal a prisão preventiva depende de prévio requerimento do Ministério Público, do querelante ou assistente, ou de representação da autoridade policial: "Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial". Nesse sentido, não é mais possível, com base no ordenamento jurídico vigente, a atuação 'ex officio' do Juízo processante em tema de privação cautelar da liberdade. STJ. 3ª Seção. RHC 131.263, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 24/02/2021 (Info 686). Ademais, de acordo com o a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "Se o requerimento do Ministério Público limita-se à aplicação de medidas cautelares ao preso em flagrante, é vedado ao juiz decretar a medida mais gravosa - prisão preventiva -, por configurar uma atuação de ofício" (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 754.506-MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 16/08/2022 (Info 746). Assim, a atuação da magistrada está equivocada, razão pela qual a assertiva I está correta. No entanto, a legislação proíbe expressamente a decretação de prisão de ofício, motivo pelo qual a assertiva II está incorreta.

Por estas razões, considerando que a assertiva I está correta e a assertiva II está incorreta, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

**QUESTÃO 45. Carlos é denunciado com base no art. 33, caput c.c 40, V da Lei nº 11.343/2006, em razão de ter sido flagrado com uma mochila com maconha em ônibus interestadual que trafegava na PR 323, realizando o trajeto Amambai/MS a Londrina/PR. sentença condenatória, magistrado, após a regular instrução processual, condena Carlos por tráfico de drogas, mantendo no mínimo legal na primeira fase, deixando de reconhecer atenuantes ou agravantes e reconhecendo a majorante solicitada pelo MP na denúncia e repetida em alegações finais (interestadualidade do delito) em seu grau mínimo, todavia reconheceu a causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto, em seu grau máximo. Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.**

- a) Em razão da pena mínima cominada ao delito de tráfico de drogas ser superior a 4 anos, o ANPP no caso é inviável.**
- b) O ANPP é inviável, porque a denúncia já foi recebida e este é o limite temporal para o oferecimento do acordo.**

c) Em razão de previsão legal expressa que determina que sejam levadas em consideração as causas de aumento e de diminuição da pena quando da análise do cabimento ou não do instituto processual penal, é inviável o ANPP no caso em tela.

e) O crime de tráfico de drogas interestadual, ainda que não privilegiado, é, em razão da pena mínima cominada ao delito, passível de ANPP, razão pela qual o acordo deveria ter sido oferecido desde o início do feito pelo Ministério Público.

e) Em razão de previsão legal expressa que determina que sejam levadas em consideração as causas de aumento e de diminuição da pena quando da análise do cabimento ou não do instituto processual penal, é possível o ANPP no caso em tela.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 28-A do CPP: “Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]” Embora a pena mínima do tráfico seja de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), o parágrafo 1º do artigo 28-A determina que “§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto”. Nesse sentido, a aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto do art. 33 da Lei n. 11.343/06, em seu grau máximo, que enseja a redução a quem de 4 anos. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos

A alternativa B está incorreta. Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou entendimento de que é possível realizar acordo de não persecução penal (ANPP) desde que seja solicitado antes de o juiz decretar a sentença. Esse posicionamento vale para os casos em que a ação penal tenha sido iniciada antes da vigência do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) e em que a defesa tenha requerido o acordo na primeira oportunidade após essa data (HC 233147).

A alternativa C está incorreta. A pena mínima do tráfico é 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06). Com a aplicação da causa de diminuição, a pena ficaria em 1 ano e 8 meses. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 28-A do CPP: “Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]” Considerando que a pena mínima do tráfico é de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), sem a aplicação da causa de diminuição seria incabível o ANPP.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 28-A do CPP: “Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]” Embora a pena mínima do tráfico seja de 05 anos (art. 33, caput, Lei n. 11.343/06), o parágrafo 1º do artigo 28-A determina que “§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o caput deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto”. Nesse sentido, a aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no parágrafo quarto do art. 33 da Lei n. 11.343/06, em seu grau máximo, que enseja a redução aquém de 4 anos. Ainda que fosse aplicada a causa de aumento da interestadualidade em seu grau máximo (2/3), a pena ficaria em 2 anos e 9 meses, razão pela qual seria cabível a aplicação do ANPP, que exige pena mínima inferior a 4 anos.

**QUESTÃO 46. Lucas foi preso em flagrante delito pelo crime de ameaça contra a sua esposa. Os vizinhos ouviram as ameaças de morte proferidas contra a mulher e acionaram a Polícia Militar. Na delegacia de polícia, a mulher indica que deseja representar contra seu marido pelo crime de ameaça.**

**Alguns meses depois, o casal procura um defensor público na Defensoria Pública, informando que reataram, e a mulher expressa que não deseja mais prosseguir com a ação. Ao acessar o sistema processual, o defensor público percebe que a denúncia já foi oferecida, aguardando recebimento.**

**Sendo assim, assinale a alternativa correta sobre a orientação a ser oferecida aos assistidos.**

**a) O processo irá seguir independentemente da vontade da vítima, por se tratar de ação penal pública incondicionada.**

**b) Era possível a retratação da representação até o oferecimento da denúncia. Como esta já foi oferecida, a vontade da vítima nesse momento processual é indiferente.**

**c) É possível a retratação da representação até o recebimento da denúncia, devendo a interessada ser ouvida em audiência especialmente designada para esse fim.**

**d) Por se tratar de caso envolvendo violência doméstica, apesar de se tratar de ação penal pública condicionada à representação, é impossível a retratação.**

**e) A retratação da representação é possível até a audiência de instrução e julgamento, momento no qual deve a vítima expressamente indicar o desejo de retratar-se da representação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 147, parágrafo único, do Código Penal, no crime de ameaça, a ação somente se procede mediante representação. Não há previsão da Lei 11.340/06 que afaste tal exigência, como ocorre com relação aos crimes de lesão corporal leve, que não admitem retratação por previsão no artigo 41 da Lei Maria da Penha.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 16 da Lei n. 11.340/06: Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A alternativa C está correta. Trata-se de revisão expressa no art. 16 da Lei n. 11.340/06: Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

A alternativa D está incorreta. O artigo 16 da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, é admissível a retratação da representação até o recebimento da denúncia.

A alternativa E está incorreta. Consoante determina o artigo 16 da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha, a retratação ocorre até o recebimento da denúncia.

**QUESTÃO 47. Pedro é condenado por tráfico de drogas a 5 anos em regime semiaberto. O juiz, na sentença, indica que a autoria resta clara diante da prisão em flagrante de Pedro, que foi flagrado com drogas, dinheiro e caderno com anotações sobre as vendas dos entorpecentes. A materialidade, segundo o magistrado, também estava comprovada, diante do laudo de constatação provisória da droga, que, apesar de não elaborado por perito oficial, atestava que, pelo cheiro, coloração e consistência do material, tratava-se de substância entorpecente. No papel de defensor público, assinale a alternativa que indica o recurso e a fundamentação recursal convergente com o entendimento do STJ.**

**a) Apelação - ausência de materialidade diante da falta de laudo definitivo da droga.**

**b) Recurso em sentido estrito - ausência de materialidade diante da falta de laudo definitivo da droga.**

**c) Apelação - ausência de provas de autoria, pois Pedro não confessou o crime.**

**d) Correção parcial - ausência de provas de autoria, pois Pedro não confessou o crime.**

**e) Agravo - ausência de materialidade diante da falta de laudo provisório da droga.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Em primeiro lugar, o recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. No mais, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o laudo toxicológico definitivo, em regra, é imprescindível à comprovação da materialidade dos delitos envolvendo entorpecentes. Ausente o referido exame, é forçosa a absolvição do acusado, ressalvada, no entanto, em situações excepcionais, a possibilidade de aferição da materialidade do delito por laudo de constatação provisório, desde que este tenha sido elaborado por perito oficial e permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo (ERESp

1.544.057/RJ): (...) 1. Nos casos em que ocorre a apreensão do entorpecente, o laudo toxicológico definitivo é imprescindível à demonstração da materialidade delitiva do delito e, nesse sentido, tem a natureza jurídica de prova, não podendo ser confundido com mera nulidade, que corresponde a sanção cominada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito a formalidades legais. (...) 2. Isso, no entanto, não elide a possibilidade de que, em situação excepcional, a comprovação da materialidade do crime de drogas possa ser efetuada pelo próprio laudo de constatação provisório, quando ele permita grau de certeza idêntico ao do laudo definitivo, pois elaborado por perito oficial, em procedimento e com conclusões equivalentes. Isso porque, a depender do grau de complexidade e de novidade da droga apreendida, sua identificação precisa como entorpecente pode exigir, ou não, a realização de exame mais complexo que somente é efetuado no laudo definitivo. 3. Os testes toxicológicos preliminares, além de efetuarem constatações com base em observações sensoriais (visuais, olfativas e táteis) que comparam o material apreendido com drogas mais conhecidas, também fazem uso de testes químicos pré-fabricados também chamados “narcotestes” e são capazes de identificar princípios ativos existentes em uma gama de narcóticos já conhecidos e mais comercializados. 4. Nesse sentido, o laudo preliminar de constatação, assinado por perito criminal, identificando o material apreendido como cocaína em pó, entorpecente identificável com facilidade mesmo por narcotestes pré-fabricados, constitui uma das exceções em que a materialidade do delito pode ser provada apenas com base no laudo preliminar de constatação. 5. De outro lado, muito embora a prova testemunhal e a confissão isoladas ou em conjunto não se prestem a comprovar, por si sós, a materialidade do delito, quando aliadas ao laudo toxicológico preliminar realizado nos moldes aqui previstos, são capazes não só de demonstrar a autoria como também de reforçar a evidência da materialidade do delito. [...] STJ. 3ª Seção. EREsp 1.544.057/RJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 9/11/2016.

A alternativa B está incorreta. O recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

A alternativa C está incorreta. A confissão não é imprescindível, haja vista que a autoria restou comprovada pelo auto de prisão em flagrante.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do art. 593 do CPP, o recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, não se exige a confissão para condenação quando outra prova, a saber, o auto de prisão em flagrante, demonstrou a autoria.

A alternativa E está incorreta. O recurso cabível contra a condenação em primeiro grau de jurisdição é a apelação, nos termos do art. 593 do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. Ademais, é exigido o laudo definitivo para demonstração da materialidade: (...) 1. Nos casos em que ocorre a apreensão do entorpecente, o laudo toxicológico definitivo é imprescindível à demonstração da materialidade delitiva do delito e, nesse sentido, tem a natureza jurídica de prova, não podendo ser confundido com mera nulidade, que corresponde a sanção cominada pelo ordenamento jurídico ao ato praticado em desrespeito a formalidades legais. (...) (ERESp 1.544.057/RJ).

**QUESTÃO 48. Márcio é pessoa em situação de rua e está cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado (com uso de tornozeleira eletrônica). Em razão das dificuldades de carregar a**

bateria do equipamento de monitoração na rua, Márcio é regredido cautelarmente de regime. Em audiência de justificativa, aponta todas as dificuldades de carregar a bateria nas ruas e seu desejo de conseguir acabar de cumprir sua pena. O juiz, entendendo que o fim de bateria equivale à fuga, regride definitivamente Márcio de regime. Acerca do tema, a decisão do magistrado:

a) Não merece reparos, tendo em vista que a jurisprudência do TJ/PR é realmente no sentido de que o fim de bateria equivale à fuga e que a situação pessoal do apenado não deve ser levada em consideração, sob pena de ferir o princípio da impessoalidade.

b) Merece reparos, pois o fim de bateria é uma falta média, e faltas médias não podem levar à regressão do regime.

c) Merece reparos tendo em vista que, apesar do fim de bateria, no entendimento do TJ/PR, equivaler à fuga, deve-se evitar o uso de tornozeleiras eletrônicas por pessoas em situação de rua.

d) Merece reparos tendo em vista que, além do fim da bateria, no entendimento do TJ/PR, não equivaler à fuga, a condição de pessoa em situação de rua impede o cumprimento de pena por meio do uso de tornozeleiras eletrônicas.

e) Merece reparos, pois o fim de bateria é uma falta leve, e faltas leves não podem levar à regressão de regime.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a utilização de tornozeleira eletrônica.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão do magistrado merece reparos. Não obstante a jurisprudência do TJ/PR seja no sentido de que o fim de bateria equivale à fuga, é necessário observar que a situação pessoal do apenado deve ser levada em consideração, em observância ao princípio da individualização da pena.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos dos arts. 50, II, da Lei de Execução Penal: “Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir”. Além disso, conforme a Edição nº 146 da Jurisprudência em Teses do STJ: “A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP”. Por fim, destaca-se que a parte final da alternativa está correta, pois a falta média, por si só, não pode levar à regressão do regime. Nos termos do art. 118 da Lei de Execução Penal: “Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111)”.

A alternativa C está correta. De fato, de acordo com o entendimento do TJ/PR e do STJ, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos dos arts. 50, II, da Lei de Execução Penal: “Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir”. Sobre o tema, cumpre destacar a ementa do AgRg no HC n.

821.741/GO no âmbito do STJ: “1. A teor dos precedentes desta Corte, a violação da tornozeleira eletrônica, o descarregamento total da bateria, a perda da comunicação com o sistema configura falta grave, nos termos dos arts. 50, II da LEP, pois o apenado, com sua conduta, descumpra as ordens do servidor responsável pela monitoração e impede a fiscalização da execução da pena. 2. As instâncias ordinárias consideraram inacreditáveis as alegações de que houve perda de sinal de GPS do aparelho de monitoramento eletrônico. A modificação desse entendimento demandaria aprofundado exame do acervo fático-probatório do processo de execução, providência inviável na via estreita do habeas corpus. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 821.741/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/8/2023, DJe de 24/8/2023.)”. Contudo, considerando a situação específica das pessoas em situação de rua, a Instrução Normativa nº 44/2021 do TJ/PR afirma que deve ser evitado o uso de tornozeleiras eletrônicas nesse caso, buscando-se a adoção de medida menos gravosa que a monitoração eletrônica. Nesse sentido, dispõe o art. 4º, §2º, II, da Instrução Normativa nº 44/2021 - TJPR/MPPR/DPE-PR/Sesp/Depen: “§ 2º Sempre que as circunstâncias do caso e as condições pessoais indicarem, será adotada medida menos gravosa que a monitoração eletrônica, priorizando-se o encaminhamento à rede de proteção social, em especial nos casos de: II - pessoa em situação de rua ou em condição socioeconômica que inviabilize o pleno funcionamento do equipamento ou a eficácia da medida”.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos do art. 50, II, da Lei de Execução Penal: “Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir”. Ademais, diante da condição de pessoa em situação de rua deve-se evitar o cumprimento de pena por meio do uso de tornozeleiras eletrônicas, buscando-se a adoção de medida menos gravosa que a monitoração eletrônica. Nesse sentido, dispõe o art. 4º, §2º, II, da Instrução Normativa nº 44/2021 - TJPR/MPPR/DPE-PR/Sesp/Depen: “§ 2º Sempre que as circunstâncias do caso e as condições pessoais indicarem, será adotada medida menos gravosa que a monitoração eletrônica, priorizando-se o encaminhamento à rede de proteção social, em especial nos casos de: II - pessoa em situação de rua ou em condição socioeconômica que inviabilize o pleno funcionamento do equipamento ou a eficácia da medida”.

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o entendimento do TJ/PR, o fim da bateria equivale à fuga, tendo em vista que impede a fiscalização da execução da pena, configurando falta grave, nos termos do art. 50, II, da Lei de Execução Penal: “Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: II - fugir”. Além disso, conforme a Edição nº 146 da Jurisprudência em Teses do STJ: “A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave, nos termos dos art. 50, VI, e art. 39, V, da LEP”. Por fim, destaca-se que a parte final da alternativa está correta, pois a falta leve, por si só, não pode levar à regressão do regime. Nos termos do art. 118 da Lei de Execução Penal: “Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111)”.

**QUESTÃO 49. Henrique, em um dia de fúria, agrediu sua esposa, Marlene. Apesar das lesões terem sido leves, foram comprovadas por laudo de lesões corporais. O Ministério Público (MP), quando do oferecimento da denúncia, deixa de oferecer ANPP ou qualquer outro instituto despenalizador, por se tratar de crime com violência no âmbito da Lei Maria da Penha. Assinale a alternativa correta acerca da atuação do órgão ministerial.**

a) Deveria o MP ter oferecido ANPP, pois a ausência de violência ou grave ameaça não é requisito para o oferecimento do acordo previsto no art. 28-A do CPP.

b) Deveria o MP ter oferecido a suspensão condicional do processo, pois é cabível em casos envolvendo violência ou grave ameaça.

c) A atuação do MP está correta, vez que, apesar de não haver previsão expressa impedindo a utilização de institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar ou afetiva, a jurisprudência dos Tribunais Superiores é no sentido de impedir a aplicação desses benefícios penais nesses casos.

d) A atuação do MP está correta, em razão de haver previsão expressa impedindo a utilização dos institutos despenalizadores em casos envolvendo violência doméstica, familiar e afetiva.

e) Deveria o MP ter oferecido a transação penal, vez que a lesão corporal leve é crime de menor potencial ofensivo.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A ausência de violência ou grave ameaça é exigida como requisito do artigo 28-A do CPP: art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]

A alternativa B está incorreta. A suspensão condicional do processo vem prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95. No entanto, conforme determina o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Pena: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A alternativa C está incorreta. O impedimento à utilização dos institutos despenalizadores no âmbito da Lei Maria da Pena vem prevista expressamente no artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Pena: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A alternativa D está correta. Trata-se da previsão expressa do artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Pena: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Tal entendimento vem reforçado pela Súmula 536 do STJ: “A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Pena”.

A alternativa E está incorreta. A transação penal é prevista como instituto despenalizador na Lei n. 9.099/95. Entretanto, o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Pena proíbe a aplicação da Lei n. 9.099/95 nos crimes de violência doméstica contra mulher: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

**QUESTÃO 50. No curso do período de provas da suspensão condicional do processo, José é processado pelo delito de vias de fato. Quanto à revogação do benefício processual penal, é correto afirmar que se trata de caso de:**

**a) revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, devendo o benefício ser revogado.**

**b) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de mero processo em andamento.**

**c) Revogação facultativa da suspensão condicional do processo, podendo o benefício ser revogado.**

**d) Revogação obrigatória da suspensão condicional do processo, extinguindo-se a punibilidade.**

**e) Impossibilidade de revogação da suspensão condicional do processo, por se tratar de delito de menor potencial ofensivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme determina o artigo 89, §4º, da Lei n. 9.099/95, a prática de contravenção se trata de hipótese de suspensão facultativa: “§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta”.

A alternativa B está incorreta. A revogação não exige o trânsito em julgado, basta que o acusado venha a ser processado, conforme dispõe o artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95: A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa C está correta. Trata-se da previsão expressa do artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95: A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 89, § 4º, da Lei n. 9.099/95 a prática de contravenção e hipótese de revogação facultativa: §4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

A alternativa E está incorreta. A prática de contravenção acarreta a revogação de forma facultativa, nos termos do artigo 89, §4º, da Lei n. 9.099/95: § 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

**QUESTÃO 51. Em plenário do júri, o promotor de justiça deixa de requerer a aplicação da agravante da reincidência ao réu. O juiz, na sentença, aplica a referida agravante, indicando tratar-se de agravante de cunho objetivo e que não necessita ser expressamente solicitada em sustentação no plenário do júri para ser reconhecida. A atuação prática estratégica mais adequada ao caso é interpor apelação, requerendo a:**

**a) Anulação do julgamento por influência indevida do magistrado nos trabalhos do júri.**

**b) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por existir previsão legal indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário.**

**c) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por, apesar de inexistir previsão legal indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário, a jurisprudência ser pacífica nesse ponto.**

**d) Reforma da dosimetria da pena para afastar a agravante não requerida expressamente em plenário, por existir previsão constitucional indicando a impossibilidade de aplicar agravantes e atenuantes não requeridas em plenário.**

**e) Anulação do julgamento por aplicação de agravante não solicitada em plenário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não é caso de anulação do julgamento, pois não houve vício no plenário. O recurso deverá incidir apenas em face da decisão do juiz. Ademais, prevê o artigo 593, alíneas “b” e “c”, do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; [...]

A alternativa B está incorreta. Nos crimes de procedimento comum prevê o artigo 385 do CPP: Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada. No júri, por outro lado, as agravantes precisam ser alegadas, conforme disposto no artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa C está incorreta. Há previsão expressa da impossibilidade de reconhecimento de agravantes não trazidas em plenário, conforme artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa D está incorreta. A impossibilidade de aplicação de agravante não debatida em plenário não está contida na Constituição Federal. Trata-se de previsão no artigo 492 do CPP: Art. 492. Em seguida, o presidente proferirá sentença que: I – no caso de condenação: [...] b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.

A alternativa E está incorreta. Prevê o artigo 593, alíneas “b” e “c”, do CPP: Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; [...]

**QUESTÃO 52. O crime de injuriar alguém em razão da religião é de ação penal pública:**

- a) Incondicionada, inafiançável e imprescritível.**
- b) Condicionada a representação, inafiançável e imprescritível.**
- c) Condicionada à representação, afiançável e prescritível.**
- d) Incondicionada, afiançável e prescritível.**
- e) Privada, afiançável e prescritível.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O crime de injúria com a utilização de elementos referentes à religião encontra previsão no artigo 140, §2º, do CP: § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência; Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação, conforme artigo 145, parágrafo único, do CP: Parágrafo único. Procede-se mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3º do art. 140 deste Código. A inafiançabilidade e imprescritibilidade do racismo e injúria racial não é extensível na injúria decorrente de elementos referentes a religião. A Lei nº 14.532/2023, que alterou a tipificação do crime de injúria racial, tornou tal conduta uma modalidade do crime de racismo. A legislação visou positivizar o entendimento do Supremo Tribunal Federal firmado na decisão do Habeas Corpus nº 154.248, julgado em 2021, de que “o crime de injúria racial reúne todos os elementos necessários à sua caracterização como uma das espécies de racismo”. A legislação incluiu o tipo penal do artigo 2º-A na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Crime Racial), definindo como crime a conduta de “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional”, e atribuiu pena privativa de liberdade de reclusão de dois a cinco anos, cumulada com a pena de multa. A injúria racial passou a ser, assim como o crime de racismo, inafiançável e imprescritível, para além de ter se transformado em um crime de ação penal pública incondicionada. Verifica-se que a injúria em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional agora é equiparada ao racismo, enquanto a injúria que se utiliza de elementos religiosos do ofendido permanece como injúria discriminatória do Código Penal.

Nesse sentido, o crime apontado na inicial é de ação penal pública condicionada à representação, afiançável e prescritível, razão pela qual a alternativa a ser assinalada a alternativa C.

**QUESTÃO 53. No momento do interrogatório do réu, a juíza inicia o ato informando ao réu de seu direito ao silêncio. De pronto, o réu informa que responderá apenas às perguntas formuladas**

pela defesa. Diante dessa afirmativa, a magistrada encerra o ato, alertando ao réu que o direito ao silêncio não pode ser exercido dessa forma. Na qualidade de defensor público, é correto:

a) Alertar o réu de que ele deve responder às perguntas de todos os presentes, pois o direito ao silêncio é destinado apenas às testemunhas.

b) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento precoce do ato, indicando que o réu tem direito ao silêncio parcial, respondendo apenas às perguntas que quiser e de quem quiser.

c) Pedir para constar em ata o inconformismo da defesa com o encerramento do ato, indicando existir previsão legal expressa sobre o silêncio parcial.

d) Alertar o réu de que o direito ao silêncio pode ser exercido de forma parcial, podendo ele se negar a responder às perguntas formuladas pelo Ministério Público, mas não pelo juízo.

e) Alertar o réu de que o direito ao silêncio pode ser exercido de forma parcial, podendo ele se negar a responder às perguntas formuladas pela magistrada, mas não pelo Ministério Público.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O artigo 186 prevê o direito do réu permanecer em silêncio: Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. Ademais, as testemunhas têm o dever de falar. Nos termos do art. 206 do CPP: A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias. A consequência para o silêncio da testemunha está previsto no artigo 211 do CPP: Art. 211. Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito.

A alternativa B está incorreta. O direito ao silêncio tem previsão constitucional, no art. 5º (...) LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado; Ademais, nos termos do artigo 186 do CPP: Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa. Ainda, conforme entendimento do STJ: “PENAL E PROCESSO PENAL. DIREITO AO SILÊNCIO. EXERCÍCIO SELETIVO. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO. NULIDADE DO INTERROGATÓRIO RECONHECIDA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. 1. O direito constitucional ao silêncio deve ser exercido pelo acusado da forma que melhor lhe aprouver, devendo ser compatibilizado com a sua condição de instrumento de defesa e de meio probatório. 2. A escolha das perguntas que serão respondidas e aquelas para as quais haverá silenciamento, harmoniza o exercício de defesa com a garantia da não incriminação. 3. Agravo provido para reconhecer a nulidade dos interrogatórios em

razão do cerceamento do direito ao silêncio seletivo (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

A alternativa C está incorreta. O artigo 186 do CPP apenas garante o direito ao silêncio, mas o silêncio parcial encontra apoio na jurisprudência, sem que haja, portanto, previsão legal expressa desse direito.

A alternativa D está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça admite o silêncio seletivo, podendo o acusado escolher as perguntas que serão respondidas (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

A alternativa E está incorreta. O acusado poderá escolher as perguntas que serão respondidas. Conforme entendimento do STJ: “2. A escolha das perguntas que serão respondidas e aquelas para as quais haverá silenciamento, harmoniza o exercício de defesa com a garantia da não incriminação. 3. Agravo provido para reconhecer a nulidade dos interrogatórios em razão do cerceamento do direito ao silêncio seletivo” (AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO E M HABEAS CORPUS 213.849).

**QUESTÃO 54. Ângela cumpre pena no regime semiaberto harmonizado (tornozeleira eletrônica) e é mãe de três filhas menores de 12 anos. Em razão do pai das crianças ter abandonado o lar, ela não consegue exercer atividade laborativa externa, pois o cuidado com as crianças e com a casa toma todo o seu tempo. Assinale a alternativa correta acerca do tema e do caso.**

**a) Ângela, em razão da sua situação fática, está isenta da obrigação de trabalhar fora como requisito do cumprimento da pena, mas o trabalho de cuidado, por ausência de previsão legal, não pode servir para remição de pena.**

**b) Ângela tem direito à remição de pena em razão de expressa previsão legal.**

**c) Ângela tem direito à remição de pena em razão do Brasil ser signatário das Regras de Mandela e existir previsão nesse tratado sobre a remição pelo trabalho de cuidado.**

**d) Ângela, mesmo que não realizasse trabalhos de cuidado, por ser mulher e mãe de três crianças menores de 12 anos, faz jus à remição pelo trabalho de cuidado.**

**e) Ângela faz jus à remição de pena pelo trabalho de cuidado, tendo havido êxito em pedidos nesse sentido no Tribunal de Justiça paranaense.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a remição da pena pelo trabalho.

A alternativa A está incorreta. No caso narrado, o trabalho de cuidado exercido por Ângela, embora ausente previsão legal, pode servir para remição de pena, de acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: “O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP”.

A alternativa B está incorreta, pois não há expressa previsão legal quanto ao direito à remição de pena em razão de trabalho de cuidado. De acordo com o art. 126, caput, da Lei de Execução Penal: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Além da remição por trabalho ou por estudo, há possibilidade de remição de pena por leitura, conforme a Resolução nº 391 do CNJ.

A alternativa C está incorreta, pois não há previsão sobre a remição pelo trabalho de cuidado no texto das Regras de Mandela.

A alternativa D está incorreta, pois Ângela faz jus à remição pelo trabalho de cuidado se realizá-lo, de acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: “O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP”.

A alternativa E está correta. De acordo com o entendimento da Tese Institucional nº 08 da Defensoria Pública do Estado do Paraná: “O trabalho exercido na economia do cuidado deve ser computado para fins de remição do art. 126, II, da LEP”. Sobre o tema, cumpre destacar que a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) venceu a 20ª edição do Prêmio Innovare, ocorrida em 12/12/2023, que reconhece práticas inovadoras adotadas por instituições do sistema de justiça brasileiro. A DPE-PR foi premiada em primeiro lugar na categoria específica de práticas propostas pelas Defensorias Públicas do país, com uma tese institucional que defende a redução do tempo de cumprimento de pena por meio do trabalho doméstico, com foco em mulheres em prisão domiciliar ou que cumprem pena com monitoramento eletrônico. O projeto, intitulado "Economia do Cuidado: a consideração do trabalho não remunerado para fins de remição de pena", é de autoria da assistente social Nilva Maria Rufatto Sell e da defensora pública Mariela Reis Bueno, que atuam em Guarapuava.

**QUESTÃO 55. Em relação à remição pela leitura, analise as assertivas abaixo:**

**I. Apesar de ausência de previsão expressa na lei, a remição pela leitura é regulamentada por resolução do CNJ.**

**II. A pessoa privada de liberdade pode remir até 60 dias por ano pela leitura.**

**III. Cada livro lido equivale à remição de quadro dias de pena.**

**IV. As obras literárias devem ser da literatura clássica brasileira, sendo vedadas leituras de letras de música e outras formas de expressão literária.**

**Quais estão corretas?**

**a) Apenas I e III.**

**b) Apenas II e IV.**

**c) Apenas III e IV.**

**d) Apenas I, II e III.**

**e) Apenas I, II e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, pois apenas os itens I e III estão corretos. A questão aborda o conhecimento sobre o direito à remição de pena pela leitura.

O item I está correto. De fato, não há previsão expressa na lei quanto à possibilidade de remição pela leitura. De acordo com o art. 126, caput, da Lei de Execução Penal: “Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Contudo, considerando o direito fundamental à educação, as Regras de Nelson Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos), especialmente aquelas que estabelecem o direito à educação, à biblioteca e às atividades culturais, além do disposto na Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), que estabelece o direito da pessoa privada de liberdade à educação, cultura, atividades intelectuais e o acesso a livros e bibliotecas, ressaltando a finalidade de reintegração social por meio da individualização da pena, o CNJ publicou a Resolução nº 391 de 2021 que traz orientações sobre remição de pena por prática de leitura e educação. De acordo com o art. 2º da Resolução nº 391 do CNJ: “Art. 2º. O reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas considerará as atividades escolares, as práticas sociais educativas não-escolares e a leitura de obras literárias”.

O item II está incorreto, pois a Resolução nº 391 do CNJ assegura a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias por ano pela leitura, conforme o disposto em seu art. 5º, V: “Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: V – para cada obra lida corresponderá a remição de 4 (quatro) dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias a cada período de 12 (doze) meses”.

O item III está correto, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 391 do CNJ: “Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: V – para cada obra lida corresponderá a remição de 4 (quatro) dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até 48 (quarenta e oito) dias a cada período de 12 (doze) meses”.

O item IV está incorreto, pois a remição de pena pela leitura ocorre mediante a comprovação da leitura de qualquer obra literária, não sendo vedadas leituras de letras de música e outras formas de expressão literária. De acordo com o art. 5º, I e II, da Resolução nº 391 do CNJ: “Art. 5º Terão direito à remição de pena pela leitura as pessoas privadas de liberdade que comprovarem a leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de lista prévia de títulos autorizados, considerando-se que: I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade; II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da

sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX, e 220, § 2º, da Constituição Federal”. Nesse contexto, o art. 5º, §4º, dispõe acerca do acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade: “§ 4º Na composição do acervo da biblioteca da unidade de privação de liberdade deverá ser assegurada a diversidade de autores e gêneros textuais, incluindo acervo para acesso à leitura por estrangeiros, sendo vedada toda e qualquer forma de censura”.

**QUESTÃO 56. Diego está cumprindo pena em regime fechado na penitenciária que uma defensora pública está inspecionando. Em conversa com a defensora pública, ele explica que está atualmente no regime disciplinar diferenciado em razão de ter se envolvido em uma briga dentro do instituto prisional e reclama que está tendo apenas duas horas semanais de banho de sol. Em relação à essa reclamação, assinale a alternativa correta.**

**a) Não há nenhuma ilegalidade no período de banho de sol fornecido a Diego, vez que adequada a previsão legal.**

**b) Apesar de não haver previsão em lei nacional, as Regras de Mandela, documento internacional de cumprimento obrigatório no Brasil, preveem duração de duas horas diárias de banho de sol, razão pela qual a situação é legal, mas inconveniente.**

**c) Em razão de estar no regime disciplinar diferenciado, a periodicidade do banho de sol, por razões de segurança do estabelecimento penal, deve ser definida pelo diretor do estabelecimento.**

**d) Há previsão legal expressa indicando que um dos direitos básicos da pessoa privada de liberdade em regime disciplinar diferenciado é o direito a duas horas de banho de sol por dia.**

**e) Há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido banho de sol todos os dias, apesar de não prever sua duração.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre o regime disciplinar diferenciado.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que há ilegalidade no período de banho de sol fornecido a Diego. De acordo com o enunciado da questão, Diego está tendo apenas duas horas semanais de banho de sol, em contrariedade à previsão legal expressa de que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol, consoante o disposto no art. 52, IV, da Lei de Execução Penal: “Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso”.

A alternativa B está incorreta, pois há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol, conforme dispõe o art. 52, IV, da Lei de Execução Penal: “Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas

diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso”.

A alternativa C está incorreta. A periodicidade do banho de sol, no contexto do regime disciplinar diferenciado, não deve ser definida pelo diretor do estabelecimento, tendo em vista que o art. 52, IV, da Lei de Execução Penal prevê expressamente que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido 2 (duas) horas diárias para banho de sol: “Art. 52. IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso”.

A alternativa D está correta, trata-se de previsão legal expressa no art. 52, IV, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal): “Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso”.

A alternativa E está incorreta, pois no art. 52, IV, da Lei de Execução Penal há previsão legal expressa indicando que ao preso em regime disciplinar diferenciado deve ser garantido banho de sol todos os dias, além disso também há previsão acerca da sua duração, qual seja, 2 (duas) horas diárias para banho de sol.

#### **QUESTÃO 57. São direitos reais os seguintes, EXCETO:**

**a) Usufruto.**

**b) Laje.**

**c) Superfície.**

**d) Concessão de uso especial para qualquer fim.**

**e) Os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à união, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre direitos reais.

A alternativa A está incorreta. Conforme disposto no art. 1225, IV do CC, o Usufruto é um direito real.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsão do art. 1225, XIII do CC, a Laje é um direito real.

A alternativa C está incorreta. A Superfície encontra-se prevista como um direito real no art. 1225, II do CC.

A alternativa D está correta. O Código Civil exige o fim especial de moradia para que a concessão seja compreendida como um direito real: “Art. 1.225. São direitos reais: XI - a concessão de uso especial para fins de moradia;”

A alternativa E está incorreta. Trata-se da literalidade do direito real previsto no art. 1225, XIV do Código Civil.

#### **QUESTÃO 58. Sobre contratos em geral e em espécie, assinale a alternativa correta.**

**a) Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos quando este não o executar, inclusive se o terceiro for cônjuge do promitente, e qualquer que seja o regime de casamento.**

**b) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, independentemente do regime de bens.**

**c) Qualquer garantia poderá ser constituída, levada a registro, gerida e ter a sua execução pleiteada atuará em nome próprio e em benefício dos credores, inclusive em ações judiciais que envolvam qualquer cláusula que afaste essa regra em desfavor do devedor.**

**d) O objeto do contrato de comissão é a aquisição ou a venda de bens pelo comissário no nome e na conta do comitente.**

**e) No contrato de administração fiduciária de garantia, o agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria qualificada de 2/3 dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, sendo a substituição do agente de garantia eficaz a contar do dia seguinte à assembleia.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre contratos em geral e em espécie.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese excepcionada pelo Código Civil que assim dispõe: “Art. 439. Aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, quando este não executar. Parágrafo único. Tal responsabilidade não existirá se o terceiro for o cônjuge do promitente, dependendo da sua anuência o ato a ser praticado, e desde que, pelo regime do casamento, a indenização, de algum modo, venha a recair sobre os seus bens.”

A alternativa B está incorreta. Há a exigência pelo Código Civil de que o regime de bens seja o de separação obrigatória: “Art. 496. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. Parágrafo único. Em ambos os casos, dispensa-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação obrigatória.”

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 853-A do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Conforme previsão expressa do Código Civil: “Art. 693. O contrato de comissão tem por objeto a compra ou venda de bens ou a realização de mútuo ou outro negócio jurídico de crédito pelo comissário, em seu próprio nome, à conta do comitente.”

A alternativa E está incorreta. Basta a maioria simples para substituição do agente de garantia conforme se depreende da literalidade da lei: “Art. 853-A § 3º O agente de garantia poderá ser substituído, a qualquer tempo, por decisão do credor único ou dos titulares que representarem a maioria simples dos créditos garantidos, reunidos em assembleia, mas a substituição do agente de garantia somente será eficaz após ter sido tornada pública pela mesma forma por meio da qual tenha sido dada publicidade à garantia”.

**QUESTÃO 59. Sobre a nova lei do programa “Minha Casa, Minha Vida”, Lei Federal nº 14.620/2023, é correto afirmar que:**

**a) Na hipótese de haver filhos do casal, independentemente de a quem seja atribuída a guarda, o título da propriedade do imóvel constituído ou adquirido será registrado sempre em nome da mulher, ainda que não esteja em situação de violência doméstica.**

**b) Os contratos e os registros efetivados no âmbito do programa serão formalizados, prioritariamente, no nome da mulher, desde que haja outorga do cônjuge.**

**c) A subvenção econômica destinada à pessoa física no ato da contratação, que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a produção da moradia por meio do programa, será concedida apenas uma vez para cada beneficiário e poderá ser cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento efetuadas nos termos do disposto no art. 9º da Lei do FGTS, com recursos do FGTS, vedada a sua concessão à pessoa física que tenha recebido, nos últimos 5 anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento Geral da união, do Far, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (incra), na forma prevista em regulamentação específica.**

**d) A subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro, considerando as regras do programa, limitado ao valor venal por unidade habitacional, sem possibilidade de ser complementado outros convênios.**

**e) Serão priorizadas, para fins de atendimento à provisão subsidiada de unidades habitacionais com o emprego de dotação orçamentária da União e com recursos do FNHIS, do FAR ou do FDS, as famílias que, entre outras hipóteses de prioridade, tenham pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social, que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, em situação de rua, que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, residentes em área de risco, e integrantes de povos tradicionais e quilombolas.**

## Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre o programa Minha Casa Minha Vida.

A alternativa A está incorreta. Conforme a literalidade do Art. 9§3º da lei 14.620/2023: “Na hipótese de haver filhos do casal e a guarda ser atribuída exclusivamente ao homem, o título da propriedade do imóvel construído ou adquirido será registrado em seu nome ou a ele transferido, revertida a titularidade em favor da mulher caso a guarda dos filhos seja a ela posteriormente atribuída.”

A alternativa B está incorreta. A formalização independe da outorga do cônjuge: “Art. 10. Os contratos e os registros efetivados no âmbito do Programa serão formalizados, prioritariamente, no nome da mulher e, na hipótese de ela ser chefe de família, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, afastada a aplicação do disposto nos arts. 1.647, 1.648 e 1.649 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).”

A alternativa C está incorreta. A assertiva contraria o art. 9, III da lei 14.620/2023, que prevê o prazo de 10 anos do recebimento de benefícios similares. Confira a literalidade da lei: “III- tenha recebido, nos últimos 10 (dez) anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento-Geral da União, do FAR, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na forma prevista em regulamentação específica”.

A alternativa D está incorreta. O limite de avaliação poderá ser complementado por outros convênios conforme se depreende da literalidade da lei: Art. 13§7º Nas operações previstas no § 6º, a subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro considerando as regras do Programa, limitado ao valor atual por unidade habitacional, nos termos do regulamento do Ministério das Cidades, podendo ser complementado por convênio com outros entes da Federação.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 8 da lei 14.620/2023.

### **QUESTÃO 60. Sobre condomínio edilício e multipropriedade, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) É possível a mudança da destinação do edifício ou unidade imobiliária com aprovação da maioria simples dos condôminos presentes.**

**b) Quando a deliberação exigir quórum especial previsto em lei ou em convenção e ele não for atingido, a assembléia poderá, por decisão da maioria dos presentes, autorizar o presidente a converter a reunião em sessão permanente, podendo a sessão permanente ser prorrogada tantas vezes quantas necessárias, desde que a assembleia seja conduzida no prazo total de 90 dias, contados da data de sua abertura inicial.**

**c) A assembleia eletrônica deverá obedecer aos preceitos de instalação, de funcionamento e de encerramento previsto no edital de convocação e poderá ser realizada de forma híbrida, com a presença física e virtual de condôminos concomitantemente no mesmo ato.**

**d) Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso gozo, com exclusividade, correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, 7 dias, seguidos ou intercalados.**

**e) O condomínio edilício em que tenha sido instituído o regime de multipropriedade em parte ou na totalidade de suas unidades autônomas terá necessariamente um administrador profissional, sendo que este poderá modificar o regimento interno quanto aos aspectos estritamente operacionais da gestão da multipropriedade no condomínio edilício.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a Letra A. A questão trata sobre condomínio edilício e multipropriedade.

A alternativa A está correta. A assertiva contraria o disposto no art. 1.358-O, II que exige a deliberação da maioria absoluta dos condôminos.

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do Parágrafo único do art. 1353 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de previsão expressa do art. 1.354-A§4º do Código Civil.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de previsão expressa do art. 1.358-C do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Trata-se previsão contida no art. 1.358-R do Código Civil.

### **QUESTÃO 61. Sobre hipoteca, é correto afirmar que:**

**a) É possível ser objeto da hipoteca a propriedade fiduciária, mas não o direito de uso especial para fins de moradia.**

**b) É insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira hipoteca.**

**c) A hipoteca poderá por requerimento dos proprietários, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor mantidos o registro e a publicidade originais, não existindo prioridade de direitos, ainda que contraditórios, ingressos na matrícula do imóvel.**

**d) Na hipótese de superveniente multiplicidade de credores garantidos pela mesma hipoteca estendida, apenas o credor titular do crédito mais prioritário poderá promover a execução judicial da garantia, não podendo ser convencionado de modo diverso por todos os credores.**

**e) O credor hipotecário que efetuar o pagamento, a qualquer tempo, das dívidas garantidas pelas hipotecas anteriores sub-rogar-á nos seus direitos, sem prejuízo dos que lhe competirem contra o devedor comum.**

## Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão trata sobre o instituto da hipoteca.

A alternativa A está incorreta. O direito especial de uso para fins de moradia poderá ser objeto de hipoteca conforme previsto no Art. 1.473, VIII do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria o art 1.477§1<sup>a</sup> do Código Civil que prevê: “Não se considera insolvente o devedor por faltar ao pagamento das obrigações garantidas por hipotecas posteriores à primeira.”

A alternativa C está incorreta. Deverão ser respeitadas a prioridade de direitos no que tange a extensão de garantia: "Art. 1.487-A. A hipoteca poderá, por requerimento do proprietário, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor, mantidos o registro e a publicidade originais, mas respeitada, em relação à extensão, a prioridade de direitos contraditórios ingressos na matrícula do imóvel."

A alternativa D está incorreta. O credor titular do crédito mais prioritário poderá ser convencido de modo diverso conforme previsão contida no art. 1.487-A§3<sup>o</sup> do Código Civil.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do art. 1.478 do Código Civil.

**QUESTÃO 62. Sobre as súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicáveis ao Direito Civil, assinale a alternativa correta.**

**a) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas, exceto se for imóvel residencial que estiver locado a terceiros, ainda que seja o único e que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência familiar.**

**b) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, sem limitação.**

**c) Os efeitos da sentença que reduzem, majoram ou exoneram o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.**

**d) O suicídio não é coberto nos 2 primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, nem há direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.**

**e) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção de natureza precária, sendo devida a indenização por benfeitorias necessárias que forem feitas.**

## Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre os entendimentos sumulados do STJ.

A alternativa A está incorreta. Súmula 486 STJ: “É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.”

A alternativa B está incorreta. Súmula 537-STJ: "Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.”

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade da súmula 621 do STJ.

A alternativa D está incorreta. Súmula 610: “O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.”

A alternativa E está incorreta. Súmula 619: “A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.”

**QUESTÃO 63. Sobre a Lei de Registros Públicos, Lei Federal nº 6.015/1973, e a tese fixada pelo STJ no julgado do Resp 1.927.090-RJ, é incorreto afirmar que:**

**a) Segundo decidiu o STJ, no Resp 1.927.090-RJ, é possível a completa supressão e substituição total do nome registral por pessoa autoidentificada como indígena, haja vista o direito de autodeterminação indígena.**

**b) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome serão acrescidos os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem e, na hipótese de acréscimo de sobrenome de ascendente que não conste das certidões apresentadas, deverão ser apresentadas as certidões necessárias para comprovar a linha ascendente.**

**c) Os órgãos de registro civil das pessoas naturais poderão, ainda, emitir certificado de vida, de estado civil e de domicílio, físico e eletrônico, da pessoa natural, e deverá ser realizada comunicação imediata e eletrônica da prova de vida para a instituição interessada, se for o caso, a partir da celebração de convênio.**

**d) Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.**

**e) Em até 15 dias após o registro, qualquer dos genitores poderá apresentar, perante o registro civil onde foi lavrado o assento de nascimento, oposição fundamentada ao prenome e sobrenomes indicados pelo declarante, observado que, se houver manifestação consensual dos genitores, será realizado o procedimento de retificação administrativa do registro mas, se não houver consenso, a oposição será encaminhada ao juiz competente para decisão.**

## Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre a jurisprudência do STF.

A alternativa A está correta. A assertiva contraria a tese fixada pelo STJ que diz "Não é possível a completa supressão e substituição total do nome registral, por pessoa auto identificada como indígena, por ausência de previsão legal, bem como por respeito ao princípio da segurança jurídica e das relações jurídicas a serem afetadas."

A alternativa B está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 55 da lei 6.015/73.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de previsão contida no art. 29§6ª da lei 6.015/73.

A alternativa D está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 77 da lei 6.015/73.

A alternativa E está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 55§4ª da lei 6.015/73.

**QUESTÃO 64. Acerca do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), assinale a alternativa correta:**

**a) O IDPJ é cabível na fase de cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial, não permitida a instauração durante o processo de conhecimento. Já que não há formação de título definitivo transitado em julgado.**

**b) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será intimada para manifestar-se e requerer provas no prazo de 10 dias.**

**c) Concluída a instrução, é cabível recurso de apelação contra a decisão que resolveu o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.**

**d) Acolhido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, a alienação ou oneração de bens, havida em fraude contra credores ou fraude à execução, acarretará a nulidade do ato.**

**e) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta. Caberá IDPJ também no processo de conhecimento conforme determinação expressa do art. 134 do CPC.

A alternativa B está incorreta. O prazo para manifestação é de 15 dias, conforme determinação do art. 135 do CPC.

A alternativa C está incorreta. Concluída a instrução, se necessário o incidente será resolvido por decisão interlocutória, sendo que, na hipótese de ser proferida por um relator será cabível agravo interno, conforme previsão do art. 136 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Conforme a literalidade do art. 137 do CPC: “Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do Art. 792§3ª do CPC.

**QUESTÃO 65. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

**a) O reconhecimento da litigância de má-fé pode ser de ofício ou a requerimento com cominação ao pagamento de multa que, quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, poderá ser fixada em até 10 vezes o valor do salário mínimo.**

**b) Não é possível a condenação em honorários advocatícios em caso de perda de objeto, já que não há sentença de resolutive de mérito.**

**c) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão dispensados.**

**d) O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, desnecessária a representatividade adequada, no prazo de 10 dias de sua intimação.**

**e) No chamamento ao processo, a sentença de procedência somente valerá como título executivo em favor do réu quando este satisfizer a dívida por inteiro, sub-rogando-se nos direitos do credor, não cabendo contra codevedores, razão pela qual deverá ser ajuizada contra estes a ação autônoma de regresso.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre normas gerais do Código de Processo Civil.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 81 do CPC.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 85§10 do CPC: “Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo.”

A alternativa C está incorreta. Prevê o art. 90 do CPC: “Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.”

A alternativa D está incorreta. O prazo correto é de 15 dias, conforme previsão no art. 138 do CPC.

A alternativa E está incorreta. A dívida será exigível também dos codevedores não se exigindo para isso o ajuizamento de ação autônoma, conforme disposto no art. 132 do CPC.

**QUESTÃO 66.** Em 1º de agosto de 2023, a Fazenda Pública Estadual ajuizou execução fiscal em face de Ricardo em razão de débito tributário inscrito em dívida ativa, com montante superior a 60 salários mínimos. No dia 60 de agosto de 2023, Ricardo foi intimado da penhora de um apartamento de sua propriedade de valor superior ao débito fiscal. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) Ricardo pode apresentar embargos à execução no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado de intimação da penhora.

b) Ricardo pode apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da intimação da penhora.

c) Ricardo pode apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado de citação.

d) Ricardo pode utilizar da reconvenção nos embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, a contar da juntada do mandado.

e) Caso Ricardo não apresente embargos à execução fiscal no prazo legal, é possível apresentar exceção de pré-executividade requerendo a produção de prova contábil para comprovar o excesso de execução.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a lei de execução fiscal.

A alternativa A está incorreta. O prazo é contado da intimação da penhora e não de sua juntada.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 16 da Lei de Execução fiscal que assim dispõe: Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: (...) III - da intimação da penhora.”

A alternativa C está incorreta. Conta-se o prazo da intimação da penhora, conforme art. 16, III da lei 6830/80.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o art. 16§3ª da Lei 6830/80: “Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.”

A alternativa E está incorreta. Não serão admitidas exceções conforme previsão contida no art. 16§3ª da Lei 6830/80.

**QUESTÃO 67.** João propôs ação de conhecimento em face de Marcos, pleiteando indenização por danos morais em decorrência de publicações em rede social que o acusavam de ser o responsável por danos causados no veículo de Marcos. Este, devidamente citado no endereço informado na petição inicial, apresentou contestação e reiterou a responsabilidade de João pelos danos, bem como a licitude das publicações, aduzindo que, em momento oportuno, apresentará testemunhas oculares da prática de dano no veículo de sua propriedade. Em instrução processual, João provou que não causou danos no veículo de Marcos e que as publicações geraram impacto negativo em sua vida social. O juiz acolheu o pedido de indenização e condenou Marcos ao pagamento de R\$10.000,00 por danos morais e honorários de sucumbência fixados em 10% do valor da condenação. Não houve interposição de recursos pelas partes. João deu início ao cumprimento de sentença, nos termos do art. 523 do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo legal, Marcos não efetuou o pagamento voluntário ou apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, muito embora devidamente intimado através deste certificou que Marcos não mais residia no local indicado na petição inicial. Diante do caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

a) Deverá João requerer a intimação por edital de Marcos, mesmo antes de esgotados todos os meios de localização do devedor.

b) É válida a intimação por Marcos, se a mudança de endereço não tiver sido devidamente comunicada ao juízo.

c) Deverá o juiz proceder de ofício a suspensão da execução pelo prazo de 1 ano, em razão da não localização de Marcos, interrompendo-se o prazo prescricional.

d) João não poderá dar prosseguimento ao processo, já que o devedor se encontra em local incerto e não sabido.

e) Ainda que transitada em julgado a sentença, nos termos do art. 495 do Código de Processo Civil, João não poderá realizar a hipoteca judiciária, em decorrência da não localização do devedor.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Prevê o art. 513 §2<sup>a</sup>, IV que a intimação por edital deverá ser realizada apenas se o revel foi revel na fase de conhecimento.

A alternativa B está correta. Trata-se de previsão contida no art. 513 §3<sup>a</sup> do CPC: “Na hipótese do § 2º, incisos II e III, considera-se realizada a intimação quando o devedor houver mudado de endereço sem prévia comunicação ao juízo, observado o disposto no parágrafo único do art. 274.”

A alternativa C está incorreta. O juiz não poderá deliberar de ofício pela suspensão, uma vez que, o cumprimento de sentença far-se-á requerimento do exequente conforme o art. 513 §1<sup>a</sup> do CPC.

A alternativa D está incorreta. O devedor poderá ser intimado por edital para cumprir a sentença, conforme previsto no art. 513 §2<sup>a</sup>, IV do CPC.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de vedação não prevista no art. 495 do CPC, que dispõe: “Art. 495. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária. § 1º A decisão produz a hipoteca judiciária: I - embora a condenação seja genérica; II - ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório da sentença ou esteja pendente arresto sobre bem do devedor; III - mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo. § 2º A hipoteca judiciária poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência”.

**QUESTÃO 68. Acerca do instituto do inventário no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:**

**a) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.**

**b) Não tem legitimidade concorrente para requerer a abertura de inventário o credor do legatário, apenas o credor do autor da herança.**

**c) Dentro de 30 dias contados da data em que prestou o compromisso, o inventariante fará as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado, assinado pelo juiz, pelo escrivão e pelo inventariante.**

**d) Pode ser arguida a sonegação ao inventariante a qualquer tempo, antes ou depois de encerrada a descrição dos bens.**

**e) A existência de dívida do imposto de transmissão a título de morte para com a Fazenda Pública impedirá o julgamento da partilha, ainda que o seu pagamento esteja garantido.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre o processo de inventário e de partilha.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 611 do CPC.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsão contida no art. 616 do CPC: “Art. 616. Têm, contudo, legitimidade concorrente: (...) VI - o credor do herdeiro, do legatário ou do autor da herança;”

A alternativa C está incorreta. O prazo previsto no art. 620 do CPC é de 20 dias.

A alternativa D está incorreta. Conforme disposto no art. 621 do CPC: “Art. 621. Só se pode arguir sonegação ao inventariante depois de encerrada a descrição dos bens, com a declaração, por ele feita, de não existirem outros por inventariar.”

A alternativa E está incorreta. Conforme previsto no Parágrafo único do art. 654 do CPC: “A existência de dívida para com a Fazenda Pública não impedirá o julgamento da partilha, desde que o seu pagamento esteja devidamente garantido.”

**QUESTÃO 69.** Ana impetrou mandado de segurança contra ato do Secretário de Saúde do Município de Curitiba, aduzindo que a falta de atendimento médico na especialidade de cardiologia violava seu direito líquido e certo de acesso à assistência médica gratuita. A medida liminar foi indeferida pelo juiz, determinando as comunicações de praxe. Tanto a autoridade coatora como seu representante judicial negaram a ausência de atendimento médico na especialidade de cardiologia, se limitando a afirmar a necessidade de inclusão de todos os usuários em “fila de espera de atendimento”. Em sentença, foi concedida a segurança, determinando que a autoridade coatora forneça o atendimento médico na especialidade solicitada. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

**a) A autoridade coatora não poderá apelar da sentença, somente seu representante judicial, no prazo de 15 dias.**

**b) A sentença não estará sujeita, obrigatoriamente, ao duplo grau de jurisdição.**

**c) A sentença que concedeu o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente.**

**d) Cabe recurso ordinário contra a sentença que concedeu a segurança, conforme art. 1.027, inciso, II, do Código de Processo Civil, que será distribuído e julgado por uma das Turmas do Superior Tribunal de Justiça.**

**e) Poderá ser requerida a suspensão da segurança ao presidente do tribunal. Caso deferida, em decisão fundamentada, caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre Mandado de Segurança.

A alternativa A está incorreta. A autoridade coatora possui o direito de recorrer, conforme disposição do art. 14 §2ª da Lei do Mandado de segurança.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no art. 14§1ª da lei 12016/2009: “§ 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.”.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 14§3ª da lei 12016/2009.

A alternativa D está incorreta. Prevê o caput do art. 14 da lei 12016/2009 que o recurso cabível é apelação.

A alternativa E está incorreta. O prazo do agravo é de 5 dias, conforme previsto no art. 15 da lei 12016/2009.

**QUESTÃO 70. Acerca dos juizados Especiais e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Continua eficaz e aplicável o conteúdo da Súmula 111/STJ, com a redação modificada em 2006, mesmo após a vigência do atual Código de Processo Civil, no que tange à fixação de honorários advocatícios.**

**b) A dispensa de reexame necessários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.**

**c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.**

**d) Nas decisões por maioria, em reexame necessário, se admitem embargos infringentes.**

**e) As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre a jurisprudência do STJ relacionada aos Juizados Especiais. Questão passível de anulação.

A alternativa A está incorreta. Trata-se do Tema 1.015 do STJ (REsp n. 1.880.529/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 8/3/2023, DJe de 27/3/2023.).

A alternativa B está incorreta. A Súmula nº 490/STJ dispõe: “A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários-mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.”

A alternativa C está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 9º da lei 10259/2001.

A alternativa D está correta. A assertiva contraria o disposto na súmula 390 do STJ que dispõe: Nas decisões por maioria, em reexame necessário, não se admitem embargos infringentes. Questão passível de anulação, uma vez que, a súmula exigida não é aplicável ao Código de Processo Civil atual.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de previsão contida no Enunciado 8 da Fonaje.

**QUESTÃO 71. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta.**

**a) É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.**

**b) A demarcação é um procedimento de natureza constitutiva do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena.**

**c) Qualquer um dos entes da federação tem legitimidade para figurar no polo passivo das lides que visam assegurar às populações indígenas o acesso à saúde.**

**d) O Poder Judiciário pode determinar que o Poder Executivo adote medidas necessárias à demarcação de terra indígena quando houver injustificável inércia estatal.**

**e) O dano ambiental pode ocorrer na forma difusa, coletiva, individual e homogênea. Esta, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano por ricochete.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata dos atuais entendimentos dos Tribunais Superiores.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STF no julgamento da ADC 41/DF (info 868), vejamos: "É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa." (STF. Plenário. ADC 41/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 8/6/2017).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do RE 1.017.365 com repercussão geral, que estabelece a demarcação de territórios indígenas como um procedimento de natureza declaratória, vejamos: "I - A demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena;" (RE 1.017.365, rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2023, P, DJE de 15-2-2024, Tema 1.031, com mérito julgado.)

A alternativa C está correta, por ser o entendimento do STF no ARE 1.348.690/PA, vejamos: "1. O Poder Público é o responsável por fornecer condições para a garantia do direito à vida e à saúde da comunidade indígena. É, portanto, responsabilidade constitucional da União garantir os direitos pleiteados na presente ação civil pública. Não há que se falar em litisconsórcio passivo necessário. Qualquer um dos entes da federação tem legitimidade para figurar no polo passivo das lides que visam assegurar às populações indígenas o acesso à saúde." (ARE 1.348.690, Rel. Min. Nunes Marques, Segunda Turma, DJe 08.02.2022).

A alternativa D está correta, por ser o entendimento do STJ no REsp nº 1.623.873/SE; vejamos um trecho da Ementa: "PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AQUISIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE AS ETNIAS KARIRI-XOCÓ E FULKAXÓ. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. CONSTITUIÇÃO DE RESERVA INDÍGENA. PROCESSO ADMINISTRATIVO. CONCLUSÃO. DEMORA EXCESSIVA. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES. PRAZO. TEMPO SUFICIENTE. (...) 11. Não procede o argumento de ingerência indevida do Poder Judiciário nas diretrizes de políticas públicas, notadamente quando se cuida de reconhecer a omissão estatal na adoção de providências específicas (arts. 26 e 27 da Lei n. 6.001/1973) para a concretização de direitos constitucionais dos indígenas (art. 231 da CF/88)." (REsp n. 1.623.873/SE, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 28/4/2022.)

A alternativa E está correta, por ser o entendimento do STJ, no julgamento do REsp 1.641.167/RS, vejamos: "(...) 4. O dano ambiental pode ocorrer na de forma difusa, coletiva e individual homogêneo este, na verdade, trata-se do dano ambiental particular ou dano por intermédio do meio ambiente ou dano em ricochete." (STJ – REsp 1.641.167/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018).

**QUESTÃO 72. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, é correto afirmar que:**

**A) O fato de a paralisia cerebral e a síndrome de Down não estarem enquadradas no CID-10 F84 (transtornos globais do desenvolvimento) afasta a obrigação de as operadoras e planos de saúde fornecerem cobertura de terapia multidisciplinar, sem limite de sessões, prescrita a beneficiário.**

**b) É possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, salvo quando o alimentando receba benefício assistencial, ainda que o montante dos valores auferidos não sejam suficientes para o suprimento das suas necessidades básicas.**

**c) É responsabilidade de todos os fornecedores da cadeia de consumo a disponibilização de condições adequadas de acesso para participação de pessoas com deficiência em eventos.**

**d) O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, já é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como custos legis.**

**e) O estacionamento indevido de veículo sem credencial em vaga reservada à pessoa com deficiência por si só configura dano moral coletivo.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do atual entendimento do STJ a respeito dos direitos das pessoas com deficiência.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 213 (Tese 12), é o de que a ausência de previsão da paralisia cerebral e da síndrome de Down no CID-10 F84 não afasta tal obrigação por parte das operadoras de planos de saúde. Veja: "12) O fato de a Paralisia Cerebral e a Síndrome de Down não estarem enquadradas na CID-10 F84 (transtornos globais do desenvolvimento) não afasta a obrigação de as operadoras de planos de saúde fornecerem cobertura de terapia multidisciplinar, sem limite de sessões, prescrita a beneficiário."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 213 (Tese 8), é o de que é possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, mesmo quando o alimentando receba benefício assistencial, veja: "8) É possível a manutenção da obrigação de prestar alimentos a filho com doença mental incapacitante após a maioridade civil, ainda que o alimentando receba benefício assistencial, caso o montante dos valores auferidos não sejam suficientes para o suprimento de suas necessidades básicas."

A alternativa C está correta, tendo em vista ser o entendimento do STJ no julgamento do REsp nº 1.912.548/SP, veja: "(...) 7. É dever de todos os fornecedores da cadeia de consumo zelar pela disponibilização de condições adequadas de acesso aos eventos, a fim de permitir a participação, sem percalços, do público em geral, inclusive dos deficientes físicos. É a sociedade quem deve se adaptar, eliminando as barreiras físicas, de modo a permitir a integração das pessoas com deficiência ao seio comunitário. 8. Recurso especial conhecido e desprovido." (REsp n. 1.912.548/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/5/2021, DJe de 7/5/2021.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 212 (Tese 3), é o de que o fato de a parte ser pessoa com deficiência não constitui motivo suficiente para a intervenção do Ministério Público como *custos legis*. Veja: "3) O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, não é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como *custos legis*."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que contraria o entendimento do STJ, fixado na jurisprudência em Teses edição nº 212 (Tese 11), veja: "O estacionamento indevido de veículo, sem credencial, em vaga reservada à pessoa com deficiência não configura dano moral coletivo."

**QUESTÃO 73. Segundo a legislação que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa correta.**

**a) A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal isoladamente com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.**

**b) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.**

**c) O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado pela União, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 10 anos, a ser atualizado a cada 2 anos.**

**d) A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.**

**e) O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos não pode ser considerado responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010 traz, no que diz respeito às suas disposições gerais, em seu art. 4º: "A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos", de forma que suas ações poderão ocorrer de forma isolada ou conjunta, com outros entes ou particulares.

A alternativa B está correta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010, no que diz respeito à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, traz a seguinte ordem de prioridades, em seu art. 9º: "Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos", que é, *ipsis litteris*, o que informa a alternativa.

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 12.305/2010, no que diz respeito ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, determina o horizonte de 20 (vinte) anos para o mesmo, e não 10 (dez), a ser atualizada a cada 4 (quatro) anos, e não 2 (dois), como apresenta a alternativa. Vejamos: "Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo: (...)".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, consoante a Lei nº 12.305/2010, a inexistência do plano municipal de gestão integrada não pode obstar a implementação ou elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, veja: "Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo: (...) § 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que contraria o que determina a Lei nº 12.305/2010, que dispõe: "Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento."

**QUESTÃO 74. Relativo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, é incorreto afirmar que:**

**a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.**

**b) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.**

**c) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.**

**d) O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.**

## **e) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A alternativa A está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 2º dispõe: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

A alternativa B está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 4º dispõe: "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação."

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 10º dispõe: "Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 14º dispõe: "O processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência. Parágrafo único. O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 13.146/2015, que em seu art. 4º traz a facultatividade da fruição de tais benefícios, veja: "Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa."

**QUESTÃO 75. De acordo com a Lei nº 4.717/1965, que regula a ação popular, é correto afirmar que:**

**a) Qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.**

**b) A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador ou não, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.**

**c) A extinção do cumprimento provisório de sentença por conta de transação celebrada em ação coletiva entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, em prejuízo do exequente, afasta**

**o princípio da causalidade em desfavor da parte executada e atrai a sucumbência para a parte exequente.**

**d) A exigência de uma tarifa bancária considerada indevida agride, de modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, dando ensejo a danos morais coletivos.**

**e) O sindicato possui legitimidade ativa para substituir os sucessores de servidores falecidos, desde que o óbito tenha ocorrido antes do ajuizamento da execução.**

## **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 4.717/1965, que regula a Ação Popular.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 4.717/1965 estabelece que qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular, vejamos: "Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo. (...) § 5º É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular."

A alternativa B está incorreta, pois a contraria o entendimento do STF, fixado em Tese de Repercussão Geral definida no RE 612.043, que dispõe: "A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento." (Tese definida no RE 612.043, rel. min. Marco Aurélio, P, j. 10-5-2017, DJE 229 de 6-10-2017, Tema 499.)

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no julgamento do REsp n. 2.053.653/SP, de que a extinção do cumprimento provisório de sentença, por transação celebrada em ação coletiva entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, em prejuízo do exequente, não atrairá a sucumbência para a parte exequente. Vejamos: "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TRANSAÇÃO. EXEQUENTE. NÃO PARTICIPAÇÃO. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL E PROVISÓRIO DA SENTENÇA. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INDEVIDOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. (...) 4. De ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da causalidade, contudo, não permite a oneração da parte que não deu causa à extinção do processo. 5. Caso concreto em que o cumprimento individual e provisório da sentença, que havia condenado ao pagamento de expurgos inflacionários, foi extinto, por transação entre o próprio devedor e o legitimado extraordinário, homologada na ação coletiva, em prejuízo do exequente e com fundamento em um recorte temporal, cuja causa de extinção não lhe pode ser atribuída. (...)" (REsp n. 2.053.653/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 16/5/2023, DJe de 6/6/2023.)

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no AgInt no AREsp n. 1.754.555/RN, veja: "(...) 2. A exigência de uma tarifa bancária considerada indevida não agride, de

modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, tampouco provoca repulsa e indignação na consciência coletiva, não dando ensejo a danos morais coletivos. Precedente. 3. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp n. 1.754.555/RN, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 31/8/2023.)

A alternativa E está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, fixado no julgamento do AgInt no REsp n. 2.026.557/PE, veja: "AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. SINDICATO. ÓBITO DO SUBSTITUÍDO. HABILITAÇÃO DE SUCESSORES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE ATIVA. ANÁLISE. NECESSIDADE DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. "O sindicato possui legitimidade ativa para substituir os sucessores de servidores falecidos, independentemente de o óbito ter ocorrido antes do ajuizamento da execução. Nesse sentido: REsp 1.864.315/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 25/6/2020; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/10/2015 (AgInt no REsp 1.881.628/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2020, DJe 1º/12/2020)." (AgInt no REsp n. 2.026.557/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 20/3/2023, DJe de 23/3/2023.)

**QUESTÃO 76. Segundo a Lei nº 8.078/1990, sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorreta.**

**a) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.**

**b) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, desde que haja culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de manipulação, apresentação ou projeto, fabricação, construção, acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.**

**c) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.**

**d) O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.**

**e) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A alternativa A está correta, pois é precisamente o que dispõe a Lei nº 8.078/1990, em seu art. 14, vejamos: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 8.078/1990, em seu artigo 12º, caput, segundo o qual tal reparação de danos causados aos consumidores independe da existência de culpa. Vejamos: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos."

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. (...) § 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (...) § 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 8.078/1990, veja: "Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: (...) § 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito."

**QUESTÃO 77. Conforme a Lei nº 4.717/1965, é correto afirmar que:**

**a) A legislação que regulamenta o *habeas data* estabelece que, constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação que será feita em, no máximo, 15 dias após a entrada do requerimento.**

**b) A sentença que julgar ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, independente de nova prova.**

**c) As ações e serviços de saúde executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que diretamente, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade.**

**d) Tratando-se de ação popular, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado cujo ato seja objeto de impugnação poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.**

**e) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Interesses ou direitos coletivos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.**

## Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão aborda algumas Leis que tratam de direitos Difusos e Coletivos, e mais especificamente a Lei nº 4.717/1965.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 9.507/97, que estabelece a retificação no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrada do requerimento, veja: "Art. 4º Constatada a inexatidão de qualquer dado a seu respeito, o interessado, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, poderá requerer sua retificação. § 1º Feita a retificação em, no máximo, dez dias após a entrada do requerimento, a entidade ou órgão depositário do registro ou da informação dará ciência ao interessado. § 2º Ainda que não se constate a inexatidão do dado, se o interessado apresentar explicação ou contestação sobre o mesmo, justificando possível pendência sobre o fato objeto do dado, tal explicação será anotada no cadastro do interessado."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o STF declarou a inconstitucionalidade do art. 16 da Lei nº 7.347/85, na redação dada pela Lei nº 9.494/97. Vejamos trecho do RE 1.101.937/SP: "É inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator." (STF. Plenário. RE 1.101.937/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 7/4/2021 (Repercussão Geral – Tema 1075) (Info 1012).)

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que contraria a Lei nº 8.080/90, que estabelece ser sua prestação, tanto na via direta pelo SUS, quanto mediante participação complementar da iniciativa privada, de forma regionalizada e hierarquizada, em níveis de complexidade crescente. Vejamos: "Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente."

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 4.717/65, veja: "Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo. § 3º A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o que a Lei nº 8.078/90 conceitua como defesa coletiva, veja: "Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;".

**QUESTÃO 78.** José, aposentado que recebe dois salários mínimos mensais, compareceu para atendimento na Defensoria Pública do interior do Paraná. Ele relatou que recebeu um telefonema do “setor de segurança” do banco em que é correntista há mais de 20 anos, de posse de todos os seus dados, informando que seu cartão teria sido clonado e que mandariam um funcionário até sua residência para recolher o cartão e que ele precisaria, para encerrar aquele chamado, digitar sua senha no teclado do seu telefone. Após duas horas, chegou em sua residência uma pessoa com o uniforme do banco e José entregou a ela seu cartão. No dia seguinte, ele foi ao banco e descobriu que tinham sido feitos dois empréstimos de R\$10.000,00 cada, sucedidos de transferências para pessoas que lhe são desconhecidas. O banco negou responsabilidade, alegando que a fraude só fora possível porque o consumidor entregara a senha e o cartão. Sobre esse caso, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

**a) Trata-se de culpa exclusiva do consumidor, que entregou cartão e senha a terceiro, inexistindo responsabilidade do banco.**

**b) O banco só teria responsabilidade se a transação tivesse sido feita pelo aplicativo do banco. Como a transação foi feita no terminal eletrônico, com utilização de cartão e senha, inexistente responsabilidade.**

**c) O consumidor agiu em razão da expectativa de confiança no sistema de segurança do banco, que falhou ao ter admitido transações fora do padrão de consumo de José, tendo obrigação de indenizar os prejuízos decorrentes de tal falha de segurança.**

**d) Não cabe ao banco interferir no valor das transações realizadas por ser clientes, de modo que o prejuízo foi causado exclusivamente por terceiro, inexistindo obrigação de indenizar.**

**e) A senha não pode ser digitada em terminal externo ao banco, sendo ela de responsabilidade exclusiva da pessoa consumidora, não há responsabilidade do banco nesse caso.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre responsabilidade das instituições financeiras em caso de fraudes.

A questão cobrou conhecimento da própria exceção à regra no que diz respeito ao tema, julgada no AgInt no AREsp n. 1.728.279/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 17/5/2023. Vejamos: “1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada quando o evento danoso decorre de transações que, embora contestadas, são realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista, situação, contudo, que não ocorreu no caso concreto. 2. “A vulnerabilidade do sistema bancário, que admite operações totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores, viola o dever de segurança que cabe às instituições financeiras e, por conseguinte, incorre em falha da prestação de serviço.” (REsp n. 1.995.458/SP, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 9/8/2022, DJe de 18/8/2022). 3. Na hipótese, não é possível afastar a responsabilidade da instituição financeira, notadamente quando descumpriu o respectivo dever de segurança ao não obstar a realização de compras por cartão de crédito em estabelecimento comercial objeto de suspeita em transações anteriores, na mesma data, pois latente que o perfil de compra da

agravada discrepava do volume das transações fraudulentamente engendradas. 4. Agravo interno a que se nega provimento.”

A alternativa A está incorreta. Pois não se trata de culpa exclusiva do consumidor, tendo em vista a falha no sistema de segurança da instituição financeira e a regra geral fixada pela Súmula 479 do STJ, onde dispõe que: “As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”

A alternativa B está incorreta. No mesmo sentido, descumpra a regra disposta na Súmula 479 do STJ supracitada.

A alternativa C está correta. Conforme AgInt no AREsp n. 1.728.279/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 8/5/2023, DJe de 17/5/2023: “A vulnerabilidade do sistema bancário, que admite operações totalmente atípicas em relação ao padrão de consumo dos consumidores, viola o dever de segurança que cabe às instituições financeiras e, por conseguinte, incorre em falha da prestação de serviço.”

A alternativa D está incorreta. Pelo contrário, conforme jurisprudência do STJ, para evitar fraudes, o banco tem o dever de identificar e impedir transações que destoam do perfil do cliente.

A alternativa E está incorreta. Pois não afasta a responsabilidade da instituição financeira, conforme entendimento consolidado na Súmula 479 do STJ.

**QUESTÃO 79. Maria procurou, virtualmente, uma instituição financeira para firmar um contrato de empréstimo consignado, o qual seria pago em 60 meses. Passado tal período, os descontos continuaram, o que lhe fez procurar a Defensoria Pública. Mediante requisição de informações, apurou-se que Maria, na verdade, assinara contrato de cartão de crédito consignado e não de empréstimo consignado, mas tanto o que quis contratar foi empréstimo e não cartão de crédito, que nunca o utilizou. Em nenhum momento foi-lhe informado que o crédito se referia a saque por cartão, a ser pago, mediante amortização, por sua margem consignável. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta.**

**a) Como a assinatura no contrato de cartão de crédito consignado é realmente a de Maria, por ela não questionada, é válido o contrato de cartão de crédito consignado.**

**b) Para o Superior Tribunal de Justiça, não basta a clareza física das cláusulas, mas a clareza semântica, de modo que se pode ajuizar ação requerendo a nulidade do contrato de cartão consignado ou mesmo o cumprimento da oferta de empréstimo consignado (art. 35, I do CDC).**

**c) Como se passaram 60 meses da assinatura do contrato, nada mais pode ser questionado.**

**d) Contratação virtual tem o prazo de 7 dias após a assinatura para qualquer questionamento, não tendo mais o que se possa ser feito em defesa de Maria.**

**e) A informação clara e transparente, exigível à validade dos contratos, prescinde da compreensão da pessoa consumidora, pois não há como tal ser aferida.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre possibilidade de anulação de cláusula contratual por falha no dever de informação ao consumidor.

A alternativa A está incorreta. Pois, embora o cartão de crédito consignado seja modalidade lícita, a prática revela que os consumidores, muitas vezes, são induzidos a erro, por dolo das instituições financeiras, ou, por negligência na confecção do instrumento contratual.

A alternativa B está correta. Segundo julgado no REsp n. 1.837.434/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/12/2019, DJe de 5/12/2019: “4. O consumidor tem direito à informação plena do objeto do contrato, e não só uma clareza física das cláusulas limitativas, pelo simples destaque destas, mas, essencialmente, clareza semântica, com um significado homogêneo dessas cláusulas, as quais deverão estar ábdito a ambiguidade.”

A alternativa C está incorreta. Conforme julgado no TJPR - 13ª Câmara Cível - 0001852-98.2020.8.16.0014 - Londrina - Rel.: DESEMBARGADORA ROSANA ANDRIGUETTO DE CARVALHO - J. 04.09.2020, não existe o limite temporal mencionado.

A alternativa D está incorreta. A regra do art. 49 do CDC, que diz: “O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio”, não se aplica ao caso em tela, tendo em vista a indução a erro que tal prática promove ao consumidor.

A alternativa E está incorreta. Pois a informação clara e transparente, exigível à validade dos contratos, não prescinde da compreensão da pessoa consumidora.

**QUESTÃO 80. Joaquim é funcionário de uma loja localizada em um shopping. Em seu horário de expediente, ele se lesionou no banheiro do shopping. Sobre esse caso, entende o Superior Tribunal de Justiça que:**

**a) Não há relação de consumo, mas relação de trabalho.**

**b) Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping, a pessoa, por qualquer condição, passa a desfrutar, direta e indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo, ainda que por equiparação.**

**c) Caso a empresa empregadora de Joaquim fosse consumidora dos serviços do shopping, ele poderia ser consumidor por equiparação, nos termos do art. 17 do CDC, mas como é lojista, não há relação de consumo.**

**d) A apuração de responsabilidade, com base no CDC, apenas seria possível se Joaquim renunciasse o ajuizamento de ação na esfera trabalhista.**

**e) Poderia responsabilizar-se o shopping na condição de consumidor por equiparação desde que o seu empregador participasse da lide em litisconsórcio passivo necessário.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre responsabilidade na relação de consumo mesmo em relação por equiparação. A questão apresentou o entendimento do Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8, onde: “4. Os shoppings centers são empreendimentos prestadores de serviço consistente na colocação à disposição dos clientes de ambiente seguro que reúne, em um único local, uma multiplicidade de fornecedores, tais como lojas, restaurantes e supermercados, com o objetivo de atrair consumidores em virtude da facilidade de acesso a produtos e serviços. 5. Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping center, o cliente passa a desfrutar, direta ou indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo. 6. Ao entrar no shopping center, assim como qualquer outro cliente, a funcionária de loja localizada em seu interior estabelece com a referida pessoa jurídica uma verdadeira relação de consumo, porquanto presentes todos os seus requisitos configuradores, nos termos dos arts. 2º e 3º, do CDC. 7. O fato de a vítima ser funcionária de loja de shopping center e ter sofrido acidente durante o horário de trabalho em área de uso comum (banheiro) não afasta a aplicação do CDC.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com o julgado no Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8: “7. O fato de a vítima ser funcionária de loja de shopping center e ter sofrido acidente durante o horário de trabalho em área de uso comum (banheiro) não afasta a aplicação do CDC.”

A alternativa B está correta. Conforme entendimento apresentado no Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8: “4. Os shoppings centers são empreendimentos prestadores de serviço consistente na colocação à disposição dos clientes de ambiente seguro que reúne, em um único local, uma multiplicidade de fornecedores, tais como lojas, restaurantes e supermercados, com o objetivo de atrair consumidores em virtude da facilidade de acesso a produtos e serviços. 5. Ao acessar o ambiente disponibilizado pelo shopping center, o cliente passa a desfrutar, direta ou indiretamente, do serviço prestado, ainda que não adquira novos produtos ou serviços no local, estando caracterizada, portanto, a relação de consumo. 6. Ao entrar no shopping center, assim como qualquer outro cliente, a funcionária de loja localizada em seu interior estabelece com a referida pessoa jurídica uma verdadeira relação de consumo, porquanto presentes todos os seus requisitos configuradores, nos termos dos arts. 2º e 3º, do CDC.”

A alternativa C está incorreta. Também de acordo com o Recurso Especial nº 2.080.225 - SP 2023/0057085-8.

A alternativa D está incorreta. Não existe essa condicionante.

A alternativa E está incorreta. Tal condição não é exigida.

**QUESTÃO 81. Francisco, de 72 anos de idade, é aposentado e tem uma doença grave (que exige o gasto mensal de R\$700,00 apenas com medicamentos). Ele tem renda de três salários mínimos (R\$4.236,00) e está com 85% (R\$3.600,60) de sua renda comprometida com empréstimos, restando para o seu mínimo existencial apenas R\$635,40. Todavia, para a garantia de seu mínimo existencial, precisa, no mínimo, de 60% (R\$2.541,60), então buscou a Defensoria Pública para os procedimentos de repactuação de dívida e, caso necessária, a ação de superendividamento. Nesse contexto, enquanto membro da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.**

a) Diante da publicação do Decreto nº 11.567/2023, que alterou o Decreto nº 11.150/2022, fixando o valor de R\$600,00 como mínimo existencial, não há como defender o mínimo existencial necessário à sobrevivência de Francisco, nesse caso, nada por ele pode ser feito.

b) Francisco não pode ser considerado superendividado, vez que lhe sobra R\$635,40, e é superendividada apenas a pessoa física cujo pagamento das dívidas exigíveis e vincendas comprometa o mínimo existencial de R\$600,00.

c) É possível, em sede de controle difuso de constitucionalidade, demonstrar a ilegalidade e inconstitucionalidade do Decreto nº 11.567/2023 e apresentar plano de pagamento comprovando que a sobrevivência de Francisco exige no mínimo o acesso a R\$2.541,60 de sua renda.

d) Todos os empréstimos de Francisco são válidos e eficazes, aos quais ele aderiu voluntariamente, não sendo possível exigir judicialmente repactuação.

e) A Lei nº 14.181/2021 delegou a definição do mínimo existencial à regulamentação, e esta, uma vez vigente, é válida e eficaz ainda que esvazie todo o tratamento do superendividamento, posto que não há como construir mínimo existencial fixo de R\$600,00, ainda mais em um país com tantas desigualdades como o Brasil.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre mínimo existencial e superendividamento.

A alternativa A está incorreta. A banca exigiu o entendimento enquanto membro da Defensoria Pública e nesse contexto, em conformidade com a ADPF 1097, ao contrário do que afirma a alternativa, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) argumenta que o valor de R\$ 600,00 é incompatível com a dignidade humana, pois impede a fruição de uma vida digna e dos direitos sociais, que devem abarcar as despesas com alimentos, moradia, vestuário, água, energia e gás. Defende ainda que o decreto resulta em retrocesso social ao desrespeitar o objetivo fundamental da República de erradicação da pobreza e da marginalização e de redução das desigualdades sociais e regionais.

A alternativa B está incorreta. No mesmo sentido, conforme ADPF 1097, a Defensoria Pública sustenta que deve ser analisado o caso concreto.

A alternativa C está correta. É exatamente o que a Defensoria Pública argumenta na ADPF 1097 (ainda sem julgamento).

A alternativa D está incorreta. A afirmação está em desacordo com o entendimento sobre situações de superendividamento e repactuação de dívida.

A alternativa E está incorreta. O entendimento exposto pela Defensoria Pública na ADPF 1097 é pela inconstitucionalidade do referido decreto.

**QUESTÃO 82. Sobre racismo e igualdade de gênero nas relações de consumo, é correto afirmar que:**

**a) Não há nenhuma evidência da existência de racismo nas relações de consumo, nem no Brasil nem no mundo.**

**b) A Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) emitiu a Nota Técnica nº 14/2023, na qual elenca precedentes judiciais sobre o tema e apresenta diretrizes de enfrentamento ao racismo nas relações de consumo.**

**c) Consumidor não tem gênero. Mesmo se a prática abusiva toma como referência mulheres, não cabe intervenção do Estado.**

**d) A pessoa consumidora é vulnerável por definição legal, mas tal vulnerabilidade deve ser apurada a partir da relação entre o produto ou serviço objeto do contrato de consumo, sendo prescindível a análise de gênero ou raça.**

**e) Diferenciação de preço entre homem e mulher, qualquer que seja o serviço, não é prática abusiva, não podendo deduzir-se em tal situação objetificação da mulher.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre racismo e igualdade de gênero nas relações de consumo.

A alternativa A está incorreta. Está em desacordo com o que se extrai da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ.

A alternativa B está correta. A banca exigiu o conhecimento referente a literalidade e contextualização da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ.

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, segundo a Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ: “O idoso, a criança, o analfabeto, como o próprio amparo constitucional assegurou, são vulneráveis, independente de relação. Em espaço ampliado de análise, acrescenta-se outros grupos como as pessoas com deficiência, analfabetos funcionais, LGBTQ+, negros, os indígenas, as mulheres, os refugiados, os excluídos ou com dificuldades de acesso às novas tecnologias, os dependentes químicos e inúmeras outras situações humanas que geram, no âmbito das relações de consumo, vulnerabilidades potencialmente identificadas”.

A alternativa D está incorreta. Em desconformidade com o conteúdo da Nota Técnica nº 14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ: “O artigo 4.º, do Código de Defesa do Consumidor, em sua base principiológica à estrutura da Política Nacional das Relações de Consumo observa o atendimento das necessidades dos consumidores e o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, em observância ao reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; à ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor; à harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo; à educação para o consumo; à coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo”.

A alternativa E está incorreta. Conforme o entendimento aferido na Nota Técnica nº14/2023/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ, tal diferenciação é prática abusiva.

**QUESTÃO 83.** Joana, por ter sido surpreendida com o diagnóstico de doença gravíssima, procurou a Defensoria Pública para readequar empréstimo com débito em conta corrente, tendo sido ajuizada ação judicial requerendo a sobredita readequação. Foi, entretanto, negada a tutela de urgência sob o argumento de vedação de tal possibilidade pelo tema 1.085 julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Sobre esse caso, assinale a alternativa correta.

a) É possível a interposição de agravo de instrumento demonstrando que o tema 1.085 apenas definiu que o limite de desconto mensal em contrato de mútuo obrigatório comum não é o mesmo que o estabelecido pela Lei nº 10.820/2003, não podendo ser entendido como ausência de limite aos descontos em tais contratos com débito em conta.

b) Não há o que fazer, pois o tema 1.085 determina que “são lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista do §1º do art. 1º da Lei nº 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento.

c) Deve-se orientar Joana a desistir de ajuizar ação, haja vista que se comprometeu espontaneamente com o pagamento das prestações de um empréstimo válido.

d) O tema 1.085 é vinculante e não excepciona nenhuma situação, ainda que se trate de superendividamento ou revisão por fato superveniente (tema 1.085).

e) O tema 1.085 é precedente apenas persuasivo e, mesmo proibindo a readequação do percentual de desconto para pagamento de mútuo bancário comum, não vincula nenhum juízo.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre descontos de parcelas de empréstimos bancários e o tema 1085 do STJ. Passível de anulação.

A alternativa A está correta. Conforme o tema 1.085: “São lícitos os descontos de parcelas de empréstimos bancários comuns em conta corrente, ainda que utilizada para recebimento de salários, desde que previamente autorizados pelo mutuário e enquanto esta autorização perdurar, não sendo aplicável, por analogia, a limitação prevista no § 1º do art. 1º da Lei n. 10.820/2003, que disciplina os empréstimos consignados em folha de pagamento”. Apesar de haver voto divergente e não ter ficado tão claro tal entendimento.

A alternativa B está incorreta. Pois é garantia constitucional o direito de petição, conforme o art.5º, inciso XXXIV, da CF: “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”.

A alternativa C está incorreta. Pois a questão traz um fato superveniente que propicia a interposição de ação judicial a fim de readequar a relação contratual.

A alternativa D está incorreta. Tendo em vista o fato superveniente, de acordo com o próprio CDC é possível haver tal excepcionalidade.

A alternativa E está incorreta. Pois por se tratar de um tema repetitivo existe tal vinculação.

**QUESTÃO 84.** João comprou um televisor em 01/02/2023, que apresentou problema em 10/03/2023. A assistência técnica, em 30/03/2023, retornou com laudo de ausência de responsabilidade do fabricante em função de mau uso, que excluiria a garantia. Em 30/06/2023, João procurou a Defensoria Pública para reparar seu prejuízo. Sobre esse caso, é correto afirmar que:

a) Não há nada a fazer por João, pois nos termos do art. 26 do CDC, ele teria apenas 90 dias para ajuizar ação reparatória.

b) Trata-se de fato do produto, de modo que se tem 5 anos para ajuizar a ação reparatória.

c) A responsabilidade a ser apurada é unicamente do comerciante, nos termos do art. 18 do CDC.

d) O prazo decadencial de 90 dias (art. 26 do CDC) é apenas para fazer uso das alternativas do §1º do art. 18 do CDC, podendo ser ajuizada, em favor de João, ação de indenização apenas por dano material com base no art. 6º, VI.

e) O prazo decadencial de 90 dias (art. 26 do CDC) é apenas para fazer uso das alternativas do §1º do art. 18 do CDC, podendo ser ajuizada, em favor de João, ação de indenização por dano material e moral com base no art. 6º, VI.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre responsabilidade objetiva e prazo decadencial.

A alternativa A está incorreta. Em desacordo com o entendimento do jurisprudencial.

A alternativa B está incorreta. Pois segundo o art. 27 do CDC: “Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 18 do CDC: “Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.”

A alternativa D está incorreta. Pois também pode ser ajuizada ação por danos morais.

A alternativa E está correta. Conforme entendimento do AgInt no AgInt no AREsp n. 1.826.909/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 13/12/2021, DJe de 15/12/2021: “1. A pretensão de natureza indenizatória do consumidor pelos prejuízos decorrentes dos vícios do imóvel não se submete à incidência do prazo decadencial, mas sim do prazo prescricional. 2. Rever as conclusões do acórdão recorrido em relação às reparações pelos danos causados em face das violações às regras estipuladas nas cláusulas contratuais, revelar-se-ia imprescindível a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial, ante o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.”

**QUESTÃO 85. De acordo com o entendimento predominante do Superior Tribunal de Justiça em relação à prestação do serviço público essencial, analise as assertivas abaixo:**

**I. O corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório constitui conduta ilegítima por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. No entanto, não é cabível indenização por danos morais por tal ato.**

**II. A suspensão do fornecimento de energia ou água em razão de suposta fraude no medidor do serviço, apurada unilateralmente pela concessionária, constitui conduta legítima.**

**III. Em razão do interesse da coletividade, é considerada ilegítima a conduta de concessionária de serviço público que, sem aviso prévio, suspende o fornecimento do serviço em prédios públicos em razão do inadimplemento do ente público, prejudicando a prestação de serviços indispensáveis à população.**

**IV. O débito pretérito de usuário anterior daquela unidade consumidora pode justificar o corte do serviço público essencial, uma vez que este se vincula ao imóvel por ter natureza propter rem.**

**Quais estão corretas?**

**a) Apenas III.**

**b) Apenas I e III.**

**c) Apenas II e IV.**

**d) Apenas III e IV.**

**e) I, II, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. Trata-se de questão na qual se exigiu domínio acerca do tema interrupção do fornecimento de serviços públicos.

A assertiva I está incorreta, uma vez que agride entendimento externado pelo STJ, em sua “Jurisprudência em Teses”, edição n.º 13, enunciado 8, na linha do qual é cabível, sim, indenização por danos morais, no caso de corte no fornecimento de energia elétrica por débitos irrisórios. Assim, confira-se: “É ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório, por configurar abuso de direito e ofensa aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, sendo cabível a indenização ao consumidor por danos morais.”

A assertiva II está incorreta. Referida afirmação viola compreensão fixada pelo STJ, em sua “Jurisprudência em Teses”, edição n.º 13, enunciado 9, segundo o qual “É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, apurada unilateralmente pela concessionária.”

A assertiva III está correta. De fato, cuida-se de proposição afinada com entendimento assentado pelo STJ, em sua “Jurisprudência em Teses”, edição n.º 13, enunciado 4, *in verbis*: “É legítimo o corte no

fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, desde que precedido de notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.” Como daí se vê, faz-se necessário, para que a interrupção da prestação do serviço seja legítima, que haja prévia notificação à pessoa de direito público, assim como que não sejam atingidos serviços tidos como indispensáveis à coletividade. Logo, está correta a afirmativa da Banca, a *contrario sensu*.

A assertiva IV está incorreta. Seu teor afronta a compreensão externada pelo STJ, em sua “Jurisprudência em Teses”, edição n.º 13, enunciado 7, de acordo com o qual débitos pretéritos de outros usuários não constituem obrigação *propter rem*, mas sim de cunho pessoal. A propósito, é ler: “É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza pessoal da dívida.”

**QUESTÃO 86. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Para que o ato administrativo seja considerado válido, à semelhança com o Direito Civil, é necessário que sejam preenchidos os seguintes requisitos: agente capaz, forma não proibida por lei e objeto lícito.**

**b) Excepcionalmente, particulares podem praticar atos administrativos quando, nos limites da lei, executem serviços públicos como concessionários ou permissionários.**

**c) Embora a administração pública tenha maior liberdade na prática de atos discricionários, não pode praticá-los sem a exposição da motivação, ainda que o fundamento do ato seja o juízo de conveniência e oportunidade.**

**d) A administração pode reconhecer a nulidade de seus próprios atos, prescindindo da intervenção do Poder Judiciário.**

**e) Com o fim de preservar a segurança jurídica e o interesse de terceiros de boa-fé, considera-se válido o ato administrativo praticado por funcionário público investido no cargo de forma irregular.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, mas entendemos que a questão é passível de anulação, visto que a alternativa C também poderia ser apontada como resposta a ser assinalada. Trata-se de questão em que foram exigidos conhecimentos relativos ao tema atos administrativos.

A alternativa A está correta, uma vez que seu teor é inverídico (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Na verdade, em se tratando de atos administrativos, os requisitos de validade do ato são diversos daqueles pertencentes ao Direito Civil. A rigor, é necessário: i) que o agente seja competente; ii) que o ato seja voltado à satisfação de finalidade pública; iii) que a forma seja aquela prevista em lei; iv) que haja motivo e objeto devidamente previstos em lei.

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que seu teor se mostra verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Realmente, atos administrativos podem ser praticados por agentes

públicos ou por particulares no exercício de função pública, como é o caso de concessionários e permissionários de serviços públicos.

A alternativa C está correta, considerando que seu conteúdo apresenta imprecisões técnicas (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). A uma, não é acertado se falar em “exposição da motivação”, e sim na exposição dos motivos do ato. Com efeito, motivo e motivação não se confundem. A duas, parcela relevante da doutrina entende que nem todos os atos administrativos exigem motivação. Nesse sentido, o art. 50 da Lei 9.784/99 exhibe rol de atos que demandam motivação, de modo que, se o ato não se enquadrar nesse elenco legal, a motivação seria despicienda. Portanto, a presente assertiva também poderia ser colocada em xeque ao sugerir que todos os atos discricionários exigiriam motivação, o que não conta com o consenso na doutrina.

A alternativa D está incorreta, considerando que seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). De fato, é dado à Administração pronunciar a invalidade de seus próprios atos, sem a necessidade de qualquer intervenção do Judiciário, o que encontra apoio no poder de autotutela administrativa. Nesse sentido, a Súmula 346 do STF: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

A alternativa E está incorreta, pois seu teor é verdadeiro (a questão pede indicação da assertiva incorreta!). Realmente, em se tratando de atos praticados por servidores que tenham sido investidos irregularmente em função pública, vale dizer, os chamados agentes putativos (ou funcionários de fato), a doutrina é firme em sustentar a validade de tais atos em relação a terceiros de boa-fé, o que tem amparo na teoria da aparência, assim como por observância aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da proteção à confiança legítima. Do exposto, embora seja provável que o gabarito a ser adotado pela Banca corresponda à letra A, indica-se a presente questão como passível de anulação, visto que a opção C também exhibe imprecisões técnicas que a tornam equivocada, de modo que haveria duas alternativas incorretas.

**QUESTÃO 87. Quanto às demandas judiciais em face do Estado para a garantia do direito à saúde e à vida por meio do fornecimento de medicamentos, analise as assertivas abaixo:**

**I. O juiz, como forma de tornar eficaz a sua decisão, pode, se necessário, determinar o sequestro ou bloqueio de verba pública para garantir o cumprimento da obrigação do poder público de fornecer medicamentos. É cabível também a imposição de multa diária (astreintes) a ente público para obrigá-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros.**

**II. O Poder Judiciário pode excepcionalmente obrigar o Estado a fornecer medicamentos experimentais.**

**III. A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: 1) comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; 2) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; 3) existência de registro do medicamento na Anvisa, observados os usos autorizados pela agência.**

**IV. Excepcionalmente, é possível a concessão judicial de fármaco sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido quando preenchidos três requisitos: 1) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos para doenças raras e ultrarraras); 2) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e 3) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.**

**V. Nas ações em que se busca o fornecimento de medicamentos, a escolha do remédio compete unicamente ao médico da rede pública habilitado e conhecedor do quadro clínico do paciente.**

**Quais estão corretas?**

**a) Apenas III.**

**b) Apenas II e V.**

**c) Apenas III e IV.**

**d) Apenas I, III e IV.**

**e) Apenas I, III e V.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Trata-se de questão em que foi explorado conhecimento pertinente ao tema fornecimento de medicamentos pelo Poder Público.

A assertiva I está correta, uma vez que seu teor encontra-se alinhado à jurisprudência do STF e do STJ. No ponto, confira-se: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou-se no sentido da possibilidade do bloqueio de verbas públicas para a garantia do fornecimento de medicamentos, questão que teve, inclusive, a repercussão geral reconhecida nos autos do RE nº 607.582/RS.” (AI 639436 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 17-09-2018). Na mesma linha, da jurisprudência do STJ: “tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação” (REsp 1.069.810/RS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe de 06/11/2013).

A assertiva II está incorreta, porquanto seu teor agride entendimento esposado pelo STF, em repercussão geral, cuja tese possui a seguinte redação: “I - O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais;” (Tema 500, RE 657718, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2019).

A assertiva III está correta, pois exhibe a literalidade de tese firmada pelo STJ, no Tema 106, sob o rito dos recursos repetitivos, *in verbis*: “A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do

medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.” (EDcl no REsp 1657156/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 21/09/2018). Logo, sem equívocos a serem apontados neste item.

A assertiva IV está correta, porquanto afinada com tese, em repercussão geral, fixada pelo STF, que ora transcreve-se: “É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras);(ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil;” (Tema 500, RE 657718, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 22-05-2019).

A assertiva V está incorreta, uma vez que insere um suposto requisito, para fins de fornecimento de medicamentos, que, na verdade, não tem sido exigido pela jurisprudência, de modo que a proposição lançada se revela mais rigorosa do que o entendimento prevalente nos tribunais, o que a torna equivocada.

**QUESTÃO 88. Quanto à responsabilidade civil do Estado, com base no entendimento dos Tribunais Superiores, analise as assertivas abaixo:**

**I. O prazo prescricional das ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é de 5 anos, tendo como termo a quo a data do ato ou fato do qual originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial. Prescreve no mesmo prazo as ações contra entidades da administração indireta com personalidade de direito privado que atuem na prestação de serviços públicos essenciais sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.**

**II. O Estado pode ser responsabilizado de forma subjetiva por danos causados por enchentes devido à ausência de políticas públicas, desde que comprovados a negligência, o dano e o nexo de causalidade.**

**III. A comprovação em processo penal de que determinado policial militar atuou em legítima defesa putativa durante uma atuação policial isenta o Estado da responsabilidade civil em razão da morte da vítima.**

**IV. Nas situações em que há responsabilidade civil objetiva do Estado, é obrigatória a denúncia da lide ao suposto agente público causador do ato lesivo, sem a qual não é possível a responsabilização do agente causador do dano.**

**V. O Estado tem responsabilidade civil objetiva pela morte de detento morto no interior de estabelecimento prisional, em razão da inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88.**

**Quais estão corretas?**

**a) Apenas I, II e III.**

**b) Apenas I, II e V.**

**c) Apenas II, IV e V.**

**d) Apenas III, IV e V.**

**e) Apenas I, II, IV e V.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. Cuida-se de questão na qual foi abordado o tema responsabilidade civil do Estado.

A assertiva I está correta. De fato, o prazo prescricional de ações em que se busca reparação civil contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originou a lesão ao patrimônio material ou imaterial (teoria da *actio nata*), o que tem fundamento no art. 1º do Decreto 20.910/32, segundo o qual “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.” E, quanto à segunda parte da afirmativa, seu teor também é verdadeiro, na medida em que se ajusta ao entendimento do STJ, externado no seguinte trecho de precedente: “Às entidades da Administração Indireta com personalidade de direito privado, que atuam na prestação de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial, aplica-se o mesmo regime normativo prescricional das pessoas jurídicas de direito público, previsto no Decreto 20.910/1932 e no Decreto-Lei 4.597/1942.” (REsp n. 1.725.030/SP, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 14/12/2023, DJe de 20/12/2023.)

A assertiva II está correta. Realmente, com apoio na teoria da culpa administrativa (ou culpa anônima do serviço), de cunho subjetivo, é legítimo imputar responsabilidade civil ao Estado, em caráter omissivo, por danos causados por enchentes, acaso reste demonstrada a ausência de políticas públicas minimamente eficazes no sentido de eliminar ou, quando menos, reduzir os efeitos danosos de alagamentos provocados por fortes chuvas. Nesse caso, por se tratar de responsabilidade subjetiva, que exige a presença do elemento culpa, imperiosa a comprovação de comportamento estatal negligente, para além do dano e do nexo de causalidade.

A assertiva III está incorreta, pois em desacordo ao entendimento firmado pelo STJ, consoante enunciado n.º 7 de sua “Jurisprudência em Teses”, edição 61, no seguinte sentido: “A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, ainda que estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.”

A assertiva IV está incorreta, uma vez que seu conteúdo se mostra em franco desacordo à jurisprudência do STJ, de que constitui exemplo o seguinte trecho de julgado: “Com efeito, o STJ possui jurisprudência consolidada de que, nas ações indenizatórias decorrentes da responsabilidade civil objetiva do Estado, não é obrigatória a denúncia à lide.” (REsp n. 1.799.332/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 11/6/2019, DJe de 11/10/2019.). Deveras, o STF firmou tese, em repercussão geral, no sentido da ilegitimidade passiva do agente público para responder diretamente perante a vítima de danos por aquele ocasionados, o que tem esteio na chamada teoria da dupla garantia. Assim, confira-se: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado

prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” (Tema 940. RE 1027633, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14-08-2019)

A assertiva V está correta, porquanto ajustada à tese firmada pelo STF, em repercussão geral, de seguinte redação: “Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.” (Tema 592. RE 841526, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30-03-2016).

**QUESTÃO 89. Quanto à estrutura da administração pública, é correto afirmar que a Defensoria Pública faz parte da administração:**

- a) Indireta, tem personalidade jurídica própria e não tem capacidade processual.**
- b) Indireta, não tem personalidade jurídica própria, mas tem capacidade processual.**
- c) Direta, não tem personalidade jurídica própria, mas tem capacidade processual.**
- d) Direta, não tem personalidade jurídica própria e tampouco capacidade processual.**
- e) Direta, tem personalidade jurídica própria e capacidade processual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, mas a questão é passível de recurso, visto que seria defensável a posição externada na alternativa E. Trata-se de questão em que foi abordado o tema organização da administração pública e, mais especialmente, a natureza jurídica da Defensoria Pública dentro da estrutura administrativa brasileira, além da presença ou não de capacidade processual.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a Defensoria Pública integra, na verdade, a administração direta, assim como não tem personalidade jurídica própria e, ademais, possui, sim, capacidade processual.

A alternativa B está incorreta, pois reincide no erro de sustentar que a Defensoria Pública ocuparia a administração indireta, o que não é verdadeiro.

A alternativa C está correta. De fato, embora a matéria seja polêmica, pensamos que a Defensoria Pública tem natureza jurídica de órgão da administração direta, o que significa dizer que não dispõe de personalidade jurídica própria. Ademais, apesar de constituir órgão público, a Defensoria ostenta capacidade processual, vale dizer, a possibilidade de fazer parte de uma relação processual, em nome próprio, na defesa de suas prerrogativas ou de segmentos vulneráveis da sociedade.

A alternativa D está incorreta, eis que foi dito que a Defensoria não detém capacidade processual, o que é um equívoco.

A alternativa E está incorreta, pois entendemos que a Defensoria Pública não ostenta personalidade jurídica própria. Sem embargo, como acima adiantado, o item em exame apresenta conteúdo defensável.

Afinal, de acordo com o art. 134, *caput*, da CRFB, “A Defensoria Pública é instituição permanente(...)”, de modo que, em sendo uma “instituição”, mais do que mero órgão público, há quem sustente que deveria ser equiparada às entidades administrativas, o que implicaria o reconhecimento de personalidade jurídica própria. Existe posição doutrinária na linha acima expendida, de modo que a questão comporta recurso e eventual anulação.

**“Eu tenho um problema: meu ascendente é em áries. E eu tenho outro problema: é que eu sou a menina que nasceu sem cor. Pra alguns eu sou ‘preta’, para outras eu sou Preta, para muitos e muitas eu sou parda. Ainda que eu sempre tenha ouvido por aí que parda é cor de papel [...]. Eu sou a menina que nasceu sem cor porque eu nasci num país sem memória, com amnésia, que apaga da história todos os seus símbolos de resistência negra. Porque me chamam por aí de parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom... Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor, mas um dia gritaram-me: 'NEGRA!' E eu respondi” (Por Midria, MANOS E MINAS. EU sou a menina que nasceu sem cor... YouTube, 9 ago. 2018).**

**QUESTÃO 90. O texto acima trata-se de um slam, típica batalha de rimas identificada como um gênero literário de resistência no Brasil. Com base na obra “Por um Feminismo Afro-latino-americano” (2020), de Lélia Gonzalez, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.**

**( ) O racismo cultural leva tanto algozes quanto vítimas a considerarem natural o fato de a mulher, em geral, e a negra, em particular, desempenhar papéis sociais desvalorizados.**

**( ) Enquanto denegação da "ladino-amefricanidade", o racismo "à brasileira" se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazê-lo ("democracia racial" brasileira).**

**( ) A categoria de "americanidade" trata da construção de uma identidade étnica que não é somente de caráter territorial, linguístico e ideológico, mas incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural afrocentrada.**

**( ) Para Lélia Gonzalez, o carnaval deve ser utilizado como uma importante forma de comercialização da cultura popular brasileira para o mundo e de valorização da mulher negra.**

**A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:**

**a) V - V - V - F.**

**b) V - F - F - V.**

**c) F - V - V - F.**

**d) F - F - V - V.**

**e) F - V - F - V.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exigiu do candidato o conhecimento acerca da obra “Por um feminismo afro-latino-americano”, escrito por Lélia Gonzalez.

A afirmativa I é verdadeira. De acordo com a mencionada autora “O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (p. 31).

A afirmativa II é verdadeira. A proposta da autora “trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladino-amefricanos. Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (Verneinung): “Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”. Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira). (p. 107 – introdução).

A afirmativa III é verdadeira. Conforme explica Lélia Gonzalez: “As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, négritude, afrocentricity etc”.

A afirmativa IV é falsa. O Carnaval não é elemento importante para comercializar a cultura. Consoante pensamento da autora: “Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente — “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” — tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha, e que é superexplorado economicamente, ela é uma faxineira, cozinheira, lavadeira etc. que faz o “trabalho pesado” das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é superexplorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval para turistas, de filmes pornográficos etc., cuja sensualidade é incluída na categoria do “eróticoexótico”.

Assim, considerando que apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras, a alternativa a ser assinalada é a letra A.

Fonte: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatino americano. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/>

obrasdigitalizadas/teorias\_explicativas\_da\_violencia\_contra\_a\_mulher/por\_um\_feminismo\_afro-latino-americano\_by\_lelia\_gonzalez\_gonzalez\_lelia\_z-lib.org\_mobi\_.pdf. Acesso em 01/07/2024.

**QUESTÃO 91.** "Mas vangloriar-se é um vício comum, e uma falha mais específica, e também mais decisiva, no caráter de Eichmann era sua quase total incapacidade de olhar qualquer coisa do ponto de vista do outro" (retirado da obra "Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal", de Hannah Arendt, 1999, p. 60). Sobre os relatos e conclusões de Hannah Arendt ao acompanhar o julgamento de Eichmann no Tribunal de Jerusalém, assinale a alternativa correta.

a) Eichmann filiou-se ao Partido por convicções pessoais e utilizou o cargo para atingir seu próprio objetivo de extermínio dos judeus por questões de ódio e ideias pessoais de superioridade.

b) Nos julgamentos em que os réus cometem crimes "legais", não se pode exigir que sejam capazes de diferenciar o certo do errado, especialmente quando seu juízo de valor estiver em conflito com a opinião unânime de todos à sua volta.

c) Eichmann agiu no estrito cumprimento de dever legal, mas sentia culpa e se arrependeu dos crimes cometidos durante o julgamento.

d) Em sua sentença, a Corte concedeu que tal crime contra a humanidade só podia ser cometido por uma burocracia gigante de governo cujas engrenagens são substituíveis por outras pessoas, que cometeriam o mesmo ato, motivo pelo qual não devem ser responsabilizados os autores individualmente.

e) Eichmann era um servidor do governo, nem pervertido, nem diabólico, mas normal, que nunca percebeu o que estava fazendo por pura irreflexão, e que cometeu seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme aponta Renato de Oliveira Pereira na obra "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt": "Diferentemente de suas próprias expectativas – "Ele era um dos mais inteligentes do bando" (ARENDR; MCCARTHY, 1995, p. 100) –, Eichmann lhe pareceu uma pessoa comum, que carecia tanto de traços distintivos quanto de fortes convicções ideológicas; alguém que não se caracterizava nem pela burrice, nem pela inteligência. Suas falas, carregadas pelo jargão oficial e pelos clichês, muitas vezes não faziam nenhum sentido no contexto em que ele as usava, de modo que, como observa Arendt, "apesar de todos os esforços da promotoria, todo mundo percebia que esse homem não era um 'monstro', mas era difícil não suspeitar que fosse um palhaço" (ARENDR, 1999, p. 67), p. 48.

A alternativa B está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada "Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt" há importante relato acerca do tema: "Você se dava conta de que cometia um delito?" (LEVI, 2004, p. 21). Para Levi, as

respostas dadas a essas questões são muito parecidas: Expressas com formulações diversas, e com maior ou menor insolência segundo o nível mental e cultural de quem fala, elas terminam por dizer substancialmente a mesma coisa: fiz porque me mandaram; outros (meus superiores) cometeram ações piores que as minhas; dada a educação que recebi e dado o ambiente em que vivi, não podia fazer outra coisa; se não o tivesse feito, outro agiria com maior dureza em meu lugar. Para quem lê estas justificações, o primeiro movimento é de asco: eles mentem, não podem acreditar que se acredite neles, não podem deixar de ver o desequilíbrio entre suas desculpas e a dimensão de dor e morte que provocaram. Mentem sabendo que mentem: estão de má-fé (LEVI, 2004, p. 21-2).

A alternativa C está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada “Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt” o autor aponta: “Ele se arrependia do que tinha feito? Não. Eichmann se recusava a demonstrar arrependimento. O acusado considerava que os tempos haviam mudado e que as circunstâncias vivenciadas durante o Terceiro Reich eram muito diferentes, de modo que “[...] ele não queria ser um daqueles que agora fingiam que ‘tinham sido sempre contra’ [o regime], quando na verdade estavam muito dispostos a fazer o que lhes ordenavam” (ARENDR, 1999, p. 36)”.

A alternativa D está incorreta. Na obra de Renato de Oliveira Pereira, denominada “Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt”, o autor afirma que “Para que tais homens, preocupados com a segurança e sobrevivência sua e de sua família, pudesse cooperar com a realização de crimes monstruosos, apenas uma exigência era feita: “[...] ficar totalmente isento da responsabilidade por seus atos” (ARENDR, 2008, p. 157). Isso que era obtido com a justificativa de apenas cumprir ordens, de ser um mero dente de engrenagem e, por isso, um componente não só substituível como facilmente descartável no interior da maquinaria nazista fica claro como, a partir do modelo conceitual do filisteu, Hannah Arendt realiza a sua análise do caso Eichmann (DUARTE, 2000, p. 50)”.

A alternativa E está correta. De acordo com Arendt, “Eichmann era alguém normal que em tempos normais dificilmente teria chamado a atenção ou se tornado um criminoso: “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas” (ARENDR, 1999, p. 299).

Fonte: Renato de Oliveira Pereira. Eichmann e a incapacidade de pensar: alienação do mundo e do pensamento em Hannah Arendt.

**QUESTÃO 92. Considerando o conceito de racismo estrutural, segundo Silvio Luiz de Almeida, assinale a alternativa correta.**

**a) O uso do termo "estrutural" significa dizer que o racismo é uma condição social incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas são inúteis.**

**b) O racismo, por ser estrutural e não um ato isolado, defende que indivíduos que cometem atos discriminatórios individuais não devem ser pessoalmente responsabilizados.**

**c) O Direito não é apenas incapaz de extinguir o racismo, como também é por meio da legalidade que se formam os sujeitos racializados.**

**d) o racismo é parte da estrutura social e por isso, necessita de intenção consciente dos indivíduos e das instituições para se manifestar.**

**e) Em uma concepção estrutural, o racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com segundo Silvio Luiz de Almeida: “O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (p. 31).

A alternativa B está incorreta. Conforme aponta Silvio Luiz de Almeida: “Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema. O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”” (p. 25).

A alternativa C está correta. De acordo com Silvio, “principalmente a partir de uma visão estrutural do racismo, o direito não é apenas incapaz de extinguir o racismo, como também é por meio da legalidade que se formam os sujeitos racializados” (p. 86).

A alternativa D está incorreta. Para entender um pouco sobre o tema, destacamos uma fala do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, retirada do seu livro Racismo Estrutural: “Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (p. 34).

A alternativa E está incorreta. Conforme explica Silvio, “Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum, espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição à racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica. Nesse sentido, raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, na qual deve imperar a igualdade de todos perante a lei. Tal visão sobre o Estado se compatibiliza com a concepção individualista do racismo, em que a ética e, em último caso, o direito, devem ser o antídoto contra atos racistas” (p. 55).

Fonte: Silvio Almeida. Racismo Estrutural. Disponível em: [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf). Acesso em 01/07/2024.

**QUESTÃO 93. Com base na obra "Necropolítica" (2018), de Achille Mbembe, analise as assertivas abaixo:**

**I. A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania.**

**II. O biopoder é uma forma de controle que pressupõe a não divisão da espécie humana em grupos e o estabelecimento de uma unidade biológica.**

**III. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tomar possíveis.**

**IV. O poder continuamente se refere e apela ao estado de exceção, à emergência e ao inimigo ficcional com base normativa do direito de matar.**

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas III e IV.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta. Trata-se da literalidade do trecho extraído do texto Necropolítica de Mbembe: “Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (p. 02).

A assertiva II está incorreta. De acordo com Mbembe: “Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” (p. 123).

A assertiva III está correta. Conforme Mbembe: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer (p. 126).

A assertiva IV está correta. Consoante trecho extraído do texto Necropolítica de Mbembe: “O biopoder e a relação de inimizade Após apresentar uma leitura da política como o trabalho da morte, tratarei agora da soberania, expressa predominantemente como o direito de matar. Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examinando essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (p. 126).

Assim, considerando que apenas as assertivas I, III e IV estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra D.

Fonte: Achille Mbembe. Necropolítica. Disponível em: <<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>>.

**QUESTÃO 94. Analise os seguintes conceitos retirados da obra "Racismo Estrutural" (2019), de Silvio Luiz de Almeida:**

\_\_\_\_\_ é uma espécie de "patologia" ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados.

\_\_\_\_\_ é uma decorrência do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

\_\_\_\_\_ é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial.

\_\_\_\_\_ é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada ou sobre a qual são impostas regras de "neutralidade racial" sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas nos trechos acima.

a) Racismo na concepção estrutural - Racismo na concepção individualista - Discriminação direta - Discriminação indireta

b) Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural - Discriminação direta - Discriminação indireta

**c) Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural - Discriminação indireta - Discriminação direta**

**d) Discriminação indireta - Discriminação direta - Racismo na concepção individualista - Racismo na concepção estrutural**

**e) Discriminação direta - Discriminação indireta - Racismo na concepção estrutural - Racismo na concepção individualista**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Na obra “Racismo Estrutural”, Silvio aponta que “Nos debates sobre a questão racial podemos encontrar as mais variadas definições de racismo. A fim de apresentar os contornos fundamentais do debate de modo didático, classificamos em três as concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. A classificação aqui apresentada parte dos seguintes critérios: a) relação entre racismo e subjetividade; b) relação entre racismo e Estado; c) relação entre racismo e economia. Assim, à vista dos estudos realizados pelo citado autor, a ordem correta das definições apresentadas no enunciado se encontra na letra B, conforme conceitos abaixo trazidos: Racismo na concepção individualista: O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados;” (p. 25). “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (p. 33). “A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça” (p. 23). “Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato –, ou sobre a qual são impostas regras de “neutralidade racial” – colorblindness<sup>21</sup> – sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas – discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso” (p. 23).

Fonte: Silvio Almeida. Racismo Estrutural. Disponível em: [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf). Acesso em 01/07/2024.

**QUESTÃO 95. Com base na Lei Complementar Estadual nº 136/2011 do Estado do Paraná, são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, EXCETO:**

**a) Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.**

**b) Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.**

**c) Ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais.**

**d) Representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, inclusive os casos para os quais a lei exija poderes especiais.**

**e) Deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra D** e esta alternativa é o gabarito da questão. A questão trata do tema prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A questão foi retirada integralmente do Art. 156 da LCE-PR n. 156/2011. Vejamos: Art. 156 São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre outras previstas em lei: I - receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos; II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral; III - ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena; IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública; V - comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento; VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais; VII - examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, assegurada a obtenção de cópias e podendo tomar apontamentos; VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota; IX - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais; X - deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder; XI - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça; XII - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente. XIII - requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições. Parágrafo único Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Defensor Público-Geral do Estado, que designará membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná para acompanhar a apuração.

A alternativa A está correta. Art. 156, I, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa B está correta. Art. 156, V, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa C está correta. Art. 156, VI, da LCE-PR n. 156/2011.

A alternativa D está **incorreta** e esta alternativa é o gabarito da questão. Art. 156, XI, LC n. 136/2011. “(...) ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;” Assim, é exigível procuração outorgada ao Defensor Público quando ele necessite praticar atos que exijam poderes especiais.

A alternativa E está **correta**. Art. 156, X, da LCE-PR n. 156/2011.

**QUESTÃO 96. São órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, conforme a Lei Complementar Estadual nº 136/2011 do Estado do Paraná:**

**a) As Defensorias Públicas do Estado do Paraná e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.**

**b) As Defensorias Públicas do Estado do Paraná e a Coordenadoria-Geral de Administração.**

**c) Os Defensores Públicos do Estado do Paraná e os Núcleos Regionais de Atendimento.**

**d) Os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado e a Coordenadoria-Geral de Administração.**

**e) Os Núcleos Regionais de Atendimento e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A LCE-PR n. 156/2011 trata da Defensoria Pública daquele estado. O artigo 9º informa a estrutura organizacional da instituição. Veja-se o texto compilado: Art. 9º A Defensoria Pública do Estado do Paraná compreende: I - Órgãos de administração superior: a) a Defensoria Pública-Geral do Estado; b) a Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado e a Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado; c) o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado; d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado e a Subcorregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná; II - Núcleos Regionais de Atendimento; III - Órgãos de atuação: a) as Defensorias Públicas do Estado do Paraná; b) os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado; IV - Órgãos de execução: os Defensores Públicos do Estado; V - Órgãos auxiliares: a) a Escola da Defensoria Pública do Estado; b) a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado; c) a Coordenadoria-Geral de Administração; d) a Coordenadoria de Planejamento Setorial; e) a Coordenadoria de Comunicação; f) a Coordenadoria Jurídica; g) a Central de Relacionamento com o Cidadão e o Centro Estadual de Atendimento Multidisciplinar; h) os Assessores Jurídicos; i) os Estagiários.

A alternativa A está **correta**. Nos termos do art. 9º, III, LCE-PR n. 136/2011, são órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná, as Defensorias Públicas do Estado do Paraná e os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado.

A alternativa B está **incorreta**. A Coordenadoria-Geral de Administração é órgão auxiliar.

A alternativa C está **incorreta**. Os Defensores Públicos do Estado são órgãos de execução e os Núcleos Regionais de Atendimento fazem parte da estrutura geral ao lado dos órgãos de atuação.

A alternativa D está incorreta. Como visto, a Coordenadoria-Geral de Administração é órgão auxiliar.

A alternativa E está incorreta. Novamente, os Núcleos Regionais de Atendimento fazem parte da estrutura geral ao lado dos órgãos de atuação.

**QUESTÃO 97. Com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar que:**

**a) A Defensoria Pública detém a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação.**

**b) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo que o valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.**

**c) É inconstitucional — por violar a competência do legislador complementar nacional e o princípio da isonomia — norma estadual que fixa o tempo de serviço público no ente federado ou o tempo de serviço público em geral como critério de desempate na aferição da antiguidade para a promoção e a remoção dos defensores públicos locais.**

**d) A Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais caso o seu assistido sagre-se vencedor na demanda.**

**e) O Defensor Público não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas dos órgãos de execução, por ser atribuição conferida exclusivamente ao Defensor Público-Geral, nos termos da lei.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra E**, por tanto, é o gabarito da questão. A questão trata do tema jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a Defensoria Pública.

A alternativa A está correta. Trata-se do decidido na ADI 6852 DF.

A alternativa B está correta. São as teses firmadas no RE RE 1140005, Tema 1.002, do STF.

A alternativa C está correta. A tese consta do Informativo STF 1.092. Trata-se da essência do julgado na ADI 7.317/RS aplicável à carreira da Defensoria Pública.

A alternativa D está correta. Entendeu o STJ, no REsp 1.912.281-AC, que a Defensoria Pública, no exercício da função de curadoria especial, faz jus à verba decorrente da condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais caso o seu assistido sagre-se vencedor na demanda.

A alternativa E está incorreta e esta alternativa é o gabarito da questão. Há previsão legal no Art. 4º, IX, LCE-PR n. 136/2011. Ademais, enfrentando o tema o STJ entendeu que o mandado de segurança pode

ser impetrado por Defensor Público para proteger suas prerrogativas funcionais. Nestes termos, veja-se a seguinte ementa: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. DEFENSORIA PÚBLICA. CURADORIA ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR DEFENSOR PÚBLICO. ATRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA DO DEFENSOR-GERAL. PRINCÍPIOS DA UNIDADE E DA INDIVISIBILIDADE. DEFESA JUDICIAL DAS PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS. CABIMENTO. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. O Defensor Público, atuando em nome da Defensoria Pública, possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução, nos termos do artigo 4º, IX, da Lei Complementar nº 80/94, atribuição não conferida exclusivamente ao Defensor Público-Geral. 2. A circunstância de a parte autora ser assistida pela Defensoria Pública não afasta a atribuição legal da instituição de, por meio de defensor distinto, exercer a curadoria do réu revel citado por edital (Lei Complementar 80/94, art. 4º, inciso XVI). 3. Recurso em mandado de segurança provido para conceder a ordem. (STJ - RMS: 64917 MT 2020/0282596-4, Data de Julgamento: 07/06/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/06/2022)".

**QUESTÃO 98. Com base na legislação vigente e nas normativas e deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a atuação da Defensoria Pública não depende de considerações prévias sobre a situação econômico-financeira da parte interessada nos seguintes casos:**

**I. Acusado preso que informou ter advogado, mas deixou de constituir patrono no prazo para resposta à acusação.**

**II. Apenado em regime semiaberto harmonizado que busca a Defensoria para pleitear indulto na execução da pena.**

**III. Adolescente que busca a Defensoria após ser intimado para justificar o descumprimento das medidas impostas pela remissão em processo de cumprimento de medida socioeducativa.**

**IV. Mulher vítima, nos termos da Lei nº 11.340/2006, para ações de família envolvendo divórcio, regulamentação da guarda e pensão, tendo ou não medida protetiva de urgência, sendo a ação judicial indispensável para auxiliá-la a sair do contexto de violência.**

**V. Comunidade caiçara do litoral paranaense que busca a Defensoria para pedir a regularização do fornecimento de iluminação pública em vila isolada.**

**Quais estão corretos?**

**a) Apenas III e IV.**

**b) Apenas I, IV e V.**

**c) Apenas II, III e V.**

**d) Apenas I, II, III e V.**

**e) I, II, III, IV e V.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná sobre assistência jurídica.

Cobrou-se o entendimento sobre os artigos 21 e 22 da Deliberação n. 42/2017 do Conselho Superior da DPE-PR. Vejamos os textos dos artigos: "Art. 21. O exercício da curadoria especial processual, da defesa criminal, a atuação nos feitos relacionados à execução da pena, a atuação nos processos socioeducativos relacionados às Varas da Infância e Juventude e atuação em medidas protetivas e ações de família (exceto direito sucessório) para a vítima nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) não dependem de considerações prévias sobre a situação econômico financeira do interessado. (Redação alterada pela Deliberação CSDP nº 021, de 25 de Setembro de 2020). Parágrafo único. Entende-se por vítima, para fins de dispensa de triagem para ação de família, nos termos da Lei nº 11.340 a mulher que sofre alguma das violências do art. 7º da mencionada lei, tendo ou não medida protetiva de urgência, e que busca a Defensoria Pública relatando a situação de violência atual e iminente, sendo a ação judicial indispensável para auxiliá-la a sair do contexto de violência. (Redação acrescentada pela Deliberação CSDP nº 021, de 25 de Setembro de 2020). Art. 22. É dispensada a triagem individual para a atuação em processos coletivos em prol de populações socialmente vulneráveis".

Nestes termos, verifica-se que todos os itens, I a V, estão corretos, já que a atuação da Defensoria Pública do Estado do Paraná não depende de considerações prévias sobre a situação econômico-financeira para estes casos. Desta forma, a alternativa E está correta e as demais alternativas A, B, C e D estão incorretas.

**QUESTÃO 99. O STF acolheu, recentemente, a tese sobre a atuação da Defensoria Pública como "guardião dos vulneráveis". Nesse sentido, são requisitos fixados pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 para a admissibilidade da Defensoria Pública como custos vulnerabilis:**

**I. A vulnerabilidade dos destinatários da prestação jurisdicional.**

**II. O elevado grau de desproteção judiciária dos interesses.**

**III. A formulação do requerimento por defensores com atribuição.**

**IV. A pertinência da atuação com uma estratégia de cunho institucional.**

**V. A hipossuficiência econômica do grupo a ser representado.**

**Quais estão corretos?**

**a) Apenas I e II.**

**b) Apenas I, II e III.**

**c) Apenas III, IV e V.**

**d) Apenas I, II, III e IV.**

**e) I, II, III, IV e V.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema admissibilidade da Defensoria Pública como custos vulnerabilis segundo o STF.

Os fundamentos estão na ADPF n. 709. Vejamos: “Além disso, a doutrina vem exigindo, para o acolhimento do instituto, a presença de alguns requisitos, a saber: (i) a vulnerabilidade dos destinatários da prestação jurisdicional; (ii) o elevado grau de desproteção judiciária dos interesses que se pretende defender; (iii) a formulação do requerimento por defensores com atribuição para a matéria; e (iv) a pertinência da atuação com uma estratégia de cunho institucional, que se expressa na relevância do direito e/ou no impacto do caso sobre um amplo universo de representados. Tais requisitos asseguram um uso razoável e não excessivo do instituto. Embora a análise de alguns deles compita à própria instituição, o Poder Judiciário em princípio poderá aferir, como etapa prévia à admissão do ingresso, ao menos os três primeiros acima elencados”. Nestes termos, observa-se que o único item que está incorreto é o item V, já que nos fundamentos da ADPF n. 709 não exige-se a hipossuficiência econômica do grupo a ser representado. Ademais, cabe ressaltar que o conceito de vulnerabilidade não se confunde com hipossuficiência. Na ADI 3943, fixou-se o entendimento de que a legitimidade da defensoria pública para ajuizar ação coletiva não está condicionada à comprovação prévia de hipossuficiência dos possíveis beneficiários. Outrossim, as 100 Regras de Brasília informam o conceito de pessoas em situação de vulnerabilidade na Regra n. 3. Vejamos. (3) Consideram-se em condição de vulnerabilidade aquelas pessoas que, por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas e/ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Assim, a vulnerabilidade não se confunde com hipossuficiência econômica.

Consequentemente, a alternativa D está correta e as demais alternativas, A, B, C, e E estão incorretas, pois apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

**QUESTÃO 100. Com base na legislação e na doutrina defensorial sobre a assistência judiciária, assistência jurídica e gratuidade de justiça, assinale a alternativa correta.**

**a) Nos termos do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.**

**b) A concessão de gratuidade de justiça afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.**

**c) A assistência jurídica integral e gratuita é direito de todos e dever do Estado, prestada pela Defensoria Pública ou, em locais em que não estiver instalada, por advogados dativos, por ter sido opção do constituinte o modelo misto ou híbrido de assistência.**

**d) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, podendo o juiz somente indeferir o pedido de gratuidade de justiça se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão, devendo, antes de**

**indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.**

**e) O direito à gratuidade de justiça compreende todas as despesas processuais e extrajudiciais e se estende ao litisconsorte ou ao sucessor do beneficiário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema assistência judiciária, assistência jurídica e gratuidade de justiça.

A alternativa A está incorreta. Ao que estabelece o artigo 5º, LXXIV, da CF/88, “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”

A alternativa B está incorreta. Conforme o § 2º, do artigo 98, do CPC, “A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.”

A alternativa C está incorreta. A assistência jurídica não é um direito de todos, mas sim um direito daqueles que comprovarem insuficiência de recursos, como visto acima.

A alternativa D está correta. A questão apresenta a conjugação dos parágrafos 4º e 7º do Artigo 99 do CPC. Vejamos: "CPC. Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. (...) § 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento".

A alternativa E está incorreta. Na verdade, o direito à gratuidade abrange apenas alguns elementos, previstos no parágrafo 1º do artigo 98 do CPC e não todos. Além disso, o direito à gratuidade não se estende a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos, conforme o artigo 99, § 6º, do mesmo código.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)